

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO - UEMA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO - PPG
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA, NATUREZA
E DINÂMICA DO ESPAÇO - PPGeo

DANILLO JOSÉ SALAZAR SERRA

**O POTENCIAL TURÍSTICO DO BOQUEIRÃO EM ICATU-MA: dinâmicas da
natureza e comunidade**



DANILLO JOSÉ SALAZAR SERRA

**O POTENCIAL TURÍSTICO DO BOQUEIRÃO EM ICATU-MA: dinâmicas da
natureza e comunidade**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, Natureza e Dinâmica do Espaço (PPGeo) da Universidade Estadual do Maranhão, como requisito para a obtenção do título de mestre em Geografia.

São Luís
2018

Serra, Danilo José Salazar.

O potencial turístico do Boqueirão em Icatu – MA: dinâmicas da natureza e comunidade/ Danilo José Salazar Serra. – São Luís, 2018.

f. 146

Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Natureza e Dinâmica do Espaço, Universidade Estadual do Maranhão, 2018.

Orientador: Profa. Dra. Edilea Dutra Pereira.

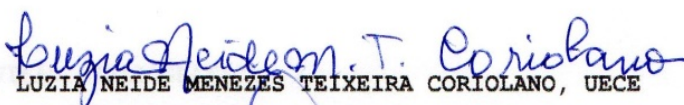
1.Comunidade. 2. Turismo. 3. Desenvolvimento. I. Título.

CDU338.48 (812.1)

**O POTENCIAL TURÍSTICO DO BOQUEIRÃO EM ICATU-MA: dinâmicas da
natureza e comunidade**

Aprovada com distinção em: 09 de maio de 2018.

BANCA EXAMINADORA


Dr. LUZIA NEIDE MENEZES TEIXEIRA CORIOLANO, UECE

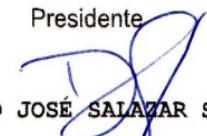
Examinador Externo à Instituição


CLAUDIO EDUARDO DE CASTRO, UEMA

Examinador Interno


EDILEIA DUPRA PEREIRA, UFMA

Presidente


DANILLO JOSÉ SALAZAR SERRA

Mestrando

Dedico este trabalho a Deus que guia meus caminhos nas missões terrestres. Aos familiares e amigos pelo apoio incondicional.

“Em um determinado dia, em uma dada circunstância, você acha que você tem um limite. E então você busca esse limite e encosta nele, e então você pensa: ‘Certo, esse é o limite’. Logo que você atinge esse limite, alguma coisa acontece e de repente você pode ir um pouco mais longe.”

(Ayrton Senna)

AGRADECIMENTOS

A Deus pela proteção e ensinamentos ao longo dessa minha caminhada pela vida na terra.

Ao meu avô José de Ribamar Serra (*in memoriam*) que apesar de não ter iniciado o ensino médio foi um dos grandes mestres na minha formação profissional e aquisição dos valores humanos.

Aos meus pais Josenilson de Ribamar Serra e Marta Celina Nogueira Salazar, exemplos humanos de amor e confiança que apoiaram minhas escolhas pelos espinhosos caminhos da educação e da segurança pública.

À minha irmã Letícia Salazar Serra que foi fundamental na pesquisa e hoje se encontra concluindo o mestrado na Universidade de Brasília (UNB).

Aos meus amigos de infância do João Paulo pelos momentos de diversão.

Aos meus irmãos da primeira turma de mestrado em Geografia do Maranhão, em especial a Gissely Muniz que me deu todo o apoio necessário na consolidação desse projeto e cuja admiração aumenta a cada dia.

À toda equipe docente do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGeo), em especial, a orientadora Ediléa Dutra Pereira.

À Anny Caroline que me auxiliou nas longas madrugadas com ideias fantásticas.

Ao professor Claudio Eduardo de Castro que foi o grande incentivador quando pensei em desistir do projeto. Ser humano admirável e preocupado com o próximo, sendo fonte de inspiração.

Ao professor Fernando Bezerra, companheiro das atividades de campo e profissional íntegro.

À Nana pelas conversas e estímulos constantes.

À professora Luzia Neide Teixeira Coriolano pela forma carinhosa ao aceitar o desafio da banca de avaliação.

Ao Cel QOPM Raimundo Nonato Santos Sá (comandante da Academia de Polícia Militar Gonçalves Dias - APMGD) pela sensibilidade em relação as solicitações do pesquisador.

Ao Maj. QOPM. Rayfran Mota pelo conselho.

À Cap. QOPM. Adriana Foicinho pelo apoio incondicional na APMGD.

Aos meus amigos da família Titãs com quem convivi 24 horas por dia no internato, em especial ao Anderson Arraes por compartilhar das minhas angústias de forma tão natural.

À minha namorada Ana Caroline pela paciência e apoio.

À toda comunidade do Boqueirão pelo carinho recebido e solidariedade admirável.

O POTENCIAL TURÍSTICO DO BOQUEIRÃO EM ICATU-MA: dinâmicas da natureza e comunidade

RESUMO

A dissertação tem como tema o desenvolvimento do turismo comunitário no povoado quilombola do Boqueirão em Icatu-MA, localizado na Mesorregião Geográfica do Norte Maranhense/Microrregião Geográfica de Rosário. O turismo é um setor em expansão que dinamiza as atividades nas localidades onde se insere, causando impactos sociais, econômicos e ambientais em diferentes escalas. O turismo comunitário visa minimizá-los ao buscar um ambiente ecologicamente equilibrado com a inserção das comunidades receptoras dos fluxos no processo de gestão da atividade. Icatu encontra-se entre os oitenta municípios menos desenvolvidos no Maranhão (IMESC, 2012), apesar de possuir potencialidades propícias ao turismo comunitário que contribuem na modificação desse cenário. A pesquisa direciona-se a compreensão dos impactos do turismo convencional e as relações sociais existentes no povoado. Optou-se pelo método dialético pois possibilita analisar os conflitos de uso do território e a compreensão do homem sob a perspectiva processual. Foram utilizados o estudo de Capacidade de Carga Turística (CCT) de Cifuentes (1992) e o Manejo de Impactos da Visitação (MIV) do ICMBio (2011) como ferramentas de gestão do território turístico. Como técnica de pesquisa, foram aplicados trinta formulários e vinte e uma entrevistas semiestruturadas com moradores e visitantes e assim perceber as visões dos agentes envolvidos. Para Creswell (2010), a pesquisa é de caráter exploratório e classifica-se como quanti qualitativa, tendo em vista os caminhos adotados. Constatou-se que 90% dos moradores entrevistados acreditam que o turismo gerará renda à comunidade, formada por 63 famílias. Os impactos do turismo convencional no povoado crescem de forma exponencial, todavia a comunidade busca alternativas de gestão para minimizá-los como: sinalização, iniciativas de reflorestamento, construção de banheiros coletivos para atender a demanda turística, entre outras. Com o estudo de CCT e do MIV foi possível estabelecer parâmetros de gestão turística como o número de visitantes diários para as condições atuais do atrativo que é de 125, mas que pode subir para 1.050 com as intervenções propostas como exemplo: construção de pontes suspensas e desvio do acesso ao atrativo. Com a gestão, a comunidade poderá arrecadar o valor inicial de R\$ 42.000 por mês ao se considerar apenas os finais de semana com uso máximo. Ressalta-se que os valores arrecadados pela comunidade com o turismo servem para melhorias no atrativo, construção da sede da associação de moradores e da igreja comunitária. Conclui-se que os resultados apresentados à comunidade e debatidos em assembleias fornecem diretrizes para a gestão eficiente do turismo, resultando em intervenções no território.

Palavras chave: Comunidade. Envolvimento. Turismo. Gestão.

THE TOURIST POTENTIAL OF BOQUEIRÃO IN ICATU-MA: dynamics of nature and community

ABSTRACT

This study has as theme the development of community based tourism in the quilombola village at Boqueirão in Icatu-MA, located in the Geographical Meso-region of North from Maranhão/Geographic Microregion from Rosario. The tourism is an expanding sector that improve the localities where it is stayed, bring on social, environmental and economics impacts at different levels. The community based tourism aims to minimize the impacts when it is seeking by an ecologically balanced environment and puties the recipient communities on the process of activities management. Currently, Icatu among the eighty less developed municipalities from Maranhão (IMESC, 2012), although it has potential for community tourism that may contribute to the modification of this scenery. Therefore, this research aims to understand the impacts of conventional tourism and the social relations that exist in the village. For this, the dialectical method was chosen because to enable discussion about the conflicts that involve the use of territory and to understand the individual under the procedural perspective. In add, the Cifuentes' study (1992) about the Tourism Cargo Capacity (CCT) and the Visitation Impact Management (MIV) of the ICMBio (2011) were used as tourism management tools. Then, thirty forms and twenty-one semi structured interviews were applied with residents and visitors to perceive the actors vision that involved it. For Creswell (2010), the research is exploratory nature and multi-method. The findings implies 90% of the residents believe that tourism can generate income for the community, it made up of 63 families. The impacts of conventional tourism in the village has grown exponentially, but the community seeks alternative management to minimize, for example: signaling, reforestation initiatives, construction of collective to meet tourist demand, among others. With the study of CCT and IVM it was possible to establish tourist management parameters such as the number of daily visitors to the current conditions of the attraction that is 125 but that can increase to 1.050 with the interventions proposed as an example: construction of suspended bridges and diversion of access to attractiveness. With the management, the community may the initial value of R \$ 42,000 per month when considering only the weekends with maximum use. It should be emphasize that the values raised by the community with tourism currently serve for the improvements in attractiveness, construction of the headquarters of the residents' association and construction of the community church. Lastly, it is conclude that the results presented to the community and discussed in assemblies provide guidelines for the efficient management of tourism, resulting in interventions in the territory.

Keywords: Community. Involvement. Tourism. Management.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Localização das Cachoeiras do Boqueirão, Icatu-MA.....	19
Figura 2- Esquema representativo do estudo de capacidade de carga.....	24
Figura 3- Ciclo de manejo de impacto da MIV.	27
Figura 4- Polos Turísticos do Maranhão - 2017	73
Figura 5- Polos turísticos: São Luís, Parque dos Lençóis e Chapada das Mesas	75
Figura 6- Chalés, condomínios e resorts no município de Barreirinhas - MA.....	76
Figura 7- Balneário no Rio Una em Morros - MA	78
Figura 8- Pousada no município de Morros -MA	79
Figura 9- A- Povoados de Santa Maria de Guaxenduba e B-Boqueirão em Icatu - MA	81
Figura 10- Inscrições no arenito formador das Cachoeiras do Boqueirão em Icatu - MA.....	85
Figura 11- Senhor Raimundo Silva Costa	87
Figura 12- Escola municipal Diogo Cassiano Costa	89
Figura 13- Jovem morador voltando da roça.....	90
Figura 14- Construção coletiva de moradia na comunidade	91
Figura 15- Resíduos sólidos descartados.....	94
Figura 16- Turistas nas Cachoeiras do Boqueirão em Icatu - MA	94
Figura 17- Pesquisadores em contato com a comunidade.....	95
Figura 18- Reunião do pesquisador com a comunidade.....	96
Figura 19- Algumas intervenções realizadas pela comunidade.....	96
Figura 20- Placa indicando cobrança no acesso ao atrativo	97
Figura 21- Cachoeiras do Boqueirão em Icatu-MA.	99
Figura 22- Bacias hidrográficas em Icatu-Ma.	103
Figura 23- Delimitação da Bacia Hidrográfica do Rio Beira com hipsometria.	104
Figura 24- Unidades geológicas do município de Icatu	105
Figura 25- Relevo de Icatu	106
Figura 26- Topografia da trilha de acesso ao Lago e cachoeiras do Boqueirão.....	110
Figura 27- Fragmentos dos fatores de correção de erosão	111
Figura 28- Inscrições no arenito	113
Figura 29- Área do Lago e do Entorno, Boqueirão com áreas (m ²) de visitaçã.....	115

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Aferição das coordenadas geográficas do <i>smartphone</i>	29
Tabela 2- Destinos comunitários no Brasil por estado conforme a REDTURS (adaptado).....	64
Tabela 3- Macrorregiões, regiões turísticas e municípios com atrativos turísticos.....	70
Tabela 4- Matriz de Priorização	113

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Fatores considerados nas etapas de análise do estudo de CCT	26
Quadro 2- Setores e aspectos positivos e negativos intensificados pelo turismo.....	43
Quadro 3- Atrativos turísticos nos municípios de Morros, Icatu, Primeira Cruz e Santo Amaro do Maranhão	80
Quadro 4- Fatores de correção erosão	110
Quadro 5- Questões levantadas para o cálculo do NBV.	114
Quadro 6- Procedimentos para seleção de indicadores	117
Quadro 7- Indicadores especificados para o Boqueirão.	118
Quadro 8- Matriz de Monitoramento de Impactos da Visitação	119

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1- Distribuição territorial dos municípios no Nordeste brasileiro.....	71
Gráfico 2- Quantidade de pessoas que residem na casa	93
Gráfico 3- Faixa etária dos turistas entrevistados.....	98

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

a.C.	antes de Cristo
ANA	Agência Nacional de Águas
CCE	Capacidade de Carga Efetiva ou Permissível
CCF	Capacidade de Carga Física
CCR	Capacidade de Carga Real
CCT	Capacidade de Carga Turística
CM	Capacidade de Manejo
CNTur	Conselho Nacional de Turismo
CONAMA	Conselho Nacional do Meio Ambiente
CPRM	Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais- Serviço Geológico do Brasil
DNIT	Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes
EA	Educação Ambiental
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias
EMBRATUR	Empresa Brasileira de Turismo
ENG	Encontro Nacional de Geógrafos
FC	Fator de Correção
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IDGE	Índice dos Desafios da Gestão Estadual
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IDM	Índice de Desenvolvimento Municipal
IES	Instituição de Ensino Superior
IMESC	Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos
INPE	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
Invtur	Inventário de Oferta Turística

ITERMA	Instituto de Colonização e Terras do Maranhão
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MIV	Monitoramento de Impacto de Visitação
ML	Magnitude Limitante da variável
MT	Magnitude Total
MTur	Ministério do Turismo
NBV	Número Balizador de Visitação
OMT	Organização Mundial de Turismo
PlanTur	Plano Nacional do Turismo
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílio
PNLM	Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses
PRODETUR	Programa de Desenvolvimento do Turismo
PRODETUR/NE	Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste
PROECOTUR	Programa de Desenvolvimento do Ecoturismo
REDTURS	Rede de Turismo Comunitário da América Latina
RESEX	Reserva Extrativista
SCC	Sistema de Classificação Climática
SECTUR	Secretaria de Estado da Cultura e Turismo do Maranhão
SENAES	Secretaria Nacional de Economia Solidária
SIG	Serviço de Informação Geográfica
TBC	Turismo de Base Comunitária
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
TRC	Turismo Rural Comunitário
TURISOL	Rede Brasileira de Turismo Comunitário
UEMA	Universidade Estadual do Maranhão
UERJ	Universidade Estadual do Rio de Janeiro
UFC	Universidade Federal do Ceará

SUMÁRIO

I. INTRODUÇÃO	14
1. A OPÇÃO METODOLÓGICA E FERRAMENTAS NA CONSTRUÇÃO DE PARÂMETROS PARA O TBC NA COMUNIDADE BOQUEIRÃO	20
1.1 As categorias de análise	21
1.2 Procedimentos metodológicos	22
2. O TURISMO E AS COMUNIDADES: o local e os novos usos	31
2.1 As transformações geradas pelo turismo convencional	36
2.2 Os segmentos turísticos alternativos	44
3. TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA -TBC: experiências e desafios	49
3.1 Conceituações	49
3.2 O desenvolvimento endógeno a partir da economia solidária	57
3.3 Experiências de TBC no Brasil	60
4. O MARANHÃO NO ENCALÇO DO TURISMO	69
4.1 O turismo convencional no Maranhão	72
4.2 Polo Munim: de estratégico a indutor turístico	77
5. O POTENCIAL TURÍSTICO DA COMUNIDADE DO BOQUEIRÃO	85
5.1 Comunidade quilombola à turística	86
5.2 Perfil socioeconômico dos moradores do povoado Boqueirão	99
5.3 Perfis e visões dos turistas em relação ao atrativo	98
5.4 Aspectos geoambientais da comunidade	100
5.5 Capacidade de Carga como Ferramenta de Gestão Turística	115
6. CONCLUSÕES	121
REFERÊNCIAS	123
APÊNDICES	137
ANEXO	145

I. INTRODUÇÃO

A dissertação intitulada “O potencial turístico do Boqueirão em Icatu: dinâmicas da natureza e comunidade” apresentada ao Programa de Pós Graduação em Geografia (PPGeo) da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) tem como objeto de investigação a atividade turística na comunidade do Boqueirão, localizada a 48km do centro administrativo do município de Icatu¹, aproximadamente 110 km de São Luís, capital do Estado, e 140 km do município de Barreirinhas, portal de entrada para o Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses. O principal acesso a comunidade é realizado a partir de uma estrada vicinal situada no km 117 da BR 402, principal corredor do turismo convencional no Maranhão, que associada a BR 135, interliga os polos turísticos São Luís, Munim e Lençóis Maranhenses.

A localização geográfica e a singularidade do atrativo turístico, as cachoeiras, contribuem para o número crescente de visitantes que transformam o território e a comunidade quilombola, sendo esta relação analisada ao longo da pesquisa.

Segundo o Índice dos Desafios da Gestão Estadual (IDGE), publicado em 2017, o Maranhão encontra-se na última colocação no ranking geral dos estados brasileiros, resultado da avaliação de 28 indicadores que consideram: infraestrutura, desenvolvimento econômico e social, condições de vida, transporte, educação e juventude. Diante desse cenário, são apresentados os desafios à gestão estadual, considerado o mais pobre economicamente do país e com a pior distribuição de renda como revela a pesquisa. Para Amaral Filho (1996), essa realidade modifica-se com o desenvolvimento endógeno gerado a partir da exploração das potencialidades locais de forma planejada, a exemplo da atividade turística.

Para Ferreira (2007), o planejamento da atividade turística no Maranhão perpassa pelo Plano de Desenvolvimento Integral do Turismo (Plano Maior), criado em 1999, a partir do Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (PRODETUR/NE) e do Programa de Desenvolvimento do Ecoturismo (PROECOTUR) capitaneados pelo Banco do Nordeste. O Plano Maior fornece aos gestores um panorama das potencialidades turísticas do Maranhão, destacando os pontos sensíveis ao desenvolvimento da atividade e os polos de interesse turístico.

O Maranhão possui dez polos turísticos distribuídos ao longo de quarenta e seis municípios (MTur,2016), sendo que apenas três concentram mais de 80% do fluxo turístico

¹ Segundo o Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos (IMESC), o município de Icatu localiza-se na Mesorregião Norte Maranhense/ Microrregião Geográfica de Rosário que é composta pelos municípios de: Axixá, Icatu, Cachoeira Grande, Morros, Presidente Juscelino, Bacabeira, Rosário e Santa Rita.

no Estado². Essa realidade deve-se, entre outros fatores, pelas iniciativas do setor privado que transformou as potencialidades em atrativos turísticos nessas regiões, tendo em vista que a gestão pública, nas diferentes esferas, não realizou grandes investimentos no setor. Nesse cenário, as comunidades locais ficaram a margem do planejamento e gestão turística e passaram a conviver exclusivamente com os impactos negativos da atividade, como: aumento nos valores das mercadorias, especulação imobiliária, crescimento da violência, prostituição, segregação espacial, entre outros. Em relação ao Plano Maior, Icatu está situado no Polo Munim juntamente com os municípios de: Axixá, Cachoeira Grande, Morros e Rosário. A potencialidade turística dos municípios pertencentes ao Polo é percebida nos balneários, praias, rios, corredeiras e cachoeiras, além das características culturais, favoráveis ao desenvolvimento de segmentos como: ecoturismo, turismo de sol e praia, turismo rural e turismo de aventura. Apesar disso, os investimentos (privados) destinados a infraestrutura turística são identificados, em sua maioria, no município de Morros que se destaca entre os municípios mencionados.

A proposta da dissertação versa sobre o modelo de gestão turística participativa que minimize os impactos do turismo, transforme os indicadores socioeconômicos e melhore a realidade vivenciada pelas comunidades maranhenses, tendo como ponto de partida a compreensão das relações e transformações intensificadas pelo turismo na comunidade quilombola do Boqueirão em Icatu-MA, cujos índices revelam as disparidades e o baixo desenvolvimento social. Em 2010, o município de Icatu atingiu o valor de 0,546 no Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), considerado baixo, conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). As informações serviram de suporte para o Índice de Desenvolvimento Municipal (IDM), elaborado pelo Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos (IMESC), em 2012, onde Icatu encontra-se entre os oitenta municípios menos desenvolvidos no Maranhão, com valor de 0,361³.

Diante do cenário supracitado, pergunta-se: por que estudar o turismo comunitário em Icatu? Diferentes motivos justificam esta pesquisa. Em princípio, a inquietação é o ponto de partida para responder ao questionamento, afinal foram oito anos entre a inserção nas análises científicas e a produção da dissertação em nível de mestrado. Em 2009, ainda na graduação, o pesquisador foi voluntário no projeto denominado “Diagnóstico Socioeconômico e Ambiental do Estuário do Rio Munim em Icatu-MA”, onde observou uma

² Os três polos turísticos de destaque no Estado são: São Luís, Lençóis Maranhenses e Chapada das Mesas. O Maranhão possui 217 municípios.

³ As informações referentes ao IDHM podem ser analisadas no Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil.

população carente economicamente e paradoxalmente com potencialidades turísticas inexploradas no território.

Em 2013, durante o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) em Geografia pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), o pesquisador aproximou-se das literaturas sobre turismo comunitário, utilizando autores como: Seabra (1999), Irving (2002) e Coriolano (2005) que direcionam suas pesquisas ao desenvolvimento endógeno resultante da participação das populações locais no gerenciamento do turismo, tornando-se um defensor do modelo de gestão proposto.

O aumento visível do fluxo de visitantes na área de estudo, contribuiu para o surgimento de uma dinâmica caracterizada pela tentativa da comunidade em minimizar os impactos da atividade turística a partir do controle de acesso ao atrativo natural da localidade (as cachoeiras), inserção de placas de sensibilização ambiental para alertar os visitantes sobre o descarte dos materiais poluentes, práticas de reflorestamento, entre outras. Essa realidade chamou atenção do pesquisador e contribuiu para o surgimento dos seguintes questionamentos:

- Quais os impactos da atividade turística percebidos pela comunidade do Boqueirão em Icatu?
- Quando ocorreu a intensificação do fluxo turístico no povoado?
- A comunidade apropria-se do turismo para geração de renda?
- A comunidade sente-se pertencente ao lugar?
- Como a comunidade minimizará os impactos da atividade turística?
- De que forma a localização geográfica e o atrativo turístico favorece o desenvolvimento local?

Diante dos questionamentos norteadores, definiu-se o objetivo geral da pesquisa: compreender os impactos da atividade turística e as relações sociais existentes no povoado Boqueirão em Icatu. Para atingi-lo, foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos:

- Identificar as potencialidades e os atrativos turísticos no povoado Boqueirão.
- Constatar as relações sociais existentes entre turistas e comunidade.
- Analisar as transformações intensificadas pelo turismo na comunidade.
- Verificar a gestão turística direcionada ao desenvolvimento endógeno.

A atividade turística contribui para o crescimento econômico em diversas localidades, mas a ausência de planejamento intensifica os impactos sociais, econômicos e

ambientais potencializando as desigualdades sociais. Essa dicotomia é verificada na análise do turismo enquanto fenômeno socioespacial, na medida em que os recursos financeiros advindos dessa atividade acabam não refletindo em melhorias nas condições de vida das comunidades receptoras dos fluxos turísticos, não favorecendo o desenvolvimento socioeconômico⁴.

Para Coriolano (2006), o turismo convencional deixa lacunas que podem ser utilizadas pelo Turismo de Base Comunitária (TBC), sendo uma oportunidade às comunidades excluídas da geração de renda. Assim, os municípios com potencialidades turísticas, todavia com baixos índices socioeconômicos podem se inserir no mercado de forma organizada, canalizando o fluxo de visitantes para as práticas alternativas.

Apesar do TBC não ser consensualmente aceito entre os pesquisadores do turismo, constata-se a importância das discussões na busca por práticas efetivas capazes de favorecer o desenvolvimento endógeno. Para Araújo (2014) esse tipo de desenvolvimento é apresentado como alternativa aos modelos clássicos de crescimento econômico, pois utiliza-se dos recursos disponíveis nas comunidades, contribuindo para: circulação de capital, aumento dos rendimentos das famílias e o bem-estar social. O pesquisador acastela que o desenvolvimento endógeno deve ser: viável social e economicamente, socialmente justo e ambientalmente equilibrado. Economicamente, no TBC os recursos financeiros são gerenciados pelas populações locais e direcionados, em geral, à estruturação dos espaços turísticos e às necessidades coletivas. Assim como o ambiente natural, as características culturais das comunidades devem ser conservadas e valorizadas, pois contribuem para o fortalecimento do turismo local.

As discussões sobre o turismo comunitário são relativamente recentes, em âmbito internacional, sendo as primeiras experiências relatadas nas últimas décadas do século XX. Na América Latina, países como: Argentina, Equador, Bolívia, Chile, Costa Rica, Peru, Panamá, México e Colômbia, possuem experiências de turismo comunitário, além da formação das redes colaborativas que objetivam fortalecer a atividade com práticas efetivas (BARTHOLO; SANZOLO; BURSZTYN, 2009).

As práticas de turismo comunitário no Nordeste brasileiro destacam-se em cenário nacional e internacional pelo desenvolvimento endógeno gerado. Entre as experiências

⁴ Para fins da Lei N° 11.771, de 17 de setembro de 2008, art. 2º, “*considera-se turismo as atividades realizadas por pessoas físicas durante viagens e estadas em lugares diferentes do seu entorno habitual, por um período inferior a 1 (um) ano, com finalidade de lazer, negócios ou outras.*” Não existe um consenso entre os pesquisadores sobre a definição de turismo, por isso serão apresentadas outras definições ao longo da dissertação.

exitosas, destacam-se as localizadas no Estado do Ceará onde se verifica a formação e consolidação da Rede Cearense de Turismo Comunitário (TUCUM) que possui quatorze comunidades distribuídas em diferentes municípios cearenses, produzindo resultados substanciais. A rede TUCUM interliga-se à Rede Brasileira de Turismo Solidário e Comunitário (TURISOL) que reúne experiências de diversas regiões brasileiras. Apesar da formação, a rede nacional não contempla iniciativas de todos os estados brasileiros, pois algumas práticas ficam na penumbra do turismo convencional⁵.

Ao direcionar a pesquisa à perspectiva do TBC no povoado Boqueirão, buscou-se minimizar os impactos crescentes da atividade turística na localidade e alertar os agentes envolvidos para as fragilidades do território turístico. A pesquisa serve como suporte ao ordenamento turístico no município, a partir da gestão da atividade pelas comunidades receptoras dos fluxos, contribuindo para que se alcance o desenvolvimento endógeno. A seguir serão apresentados os caminhos adotados nas diferentes fases da pesquisa que possibilitaram a compreensão dos impactos da atividade turística e as relações sociais existentes no povoado Boqueirão em Icatu.

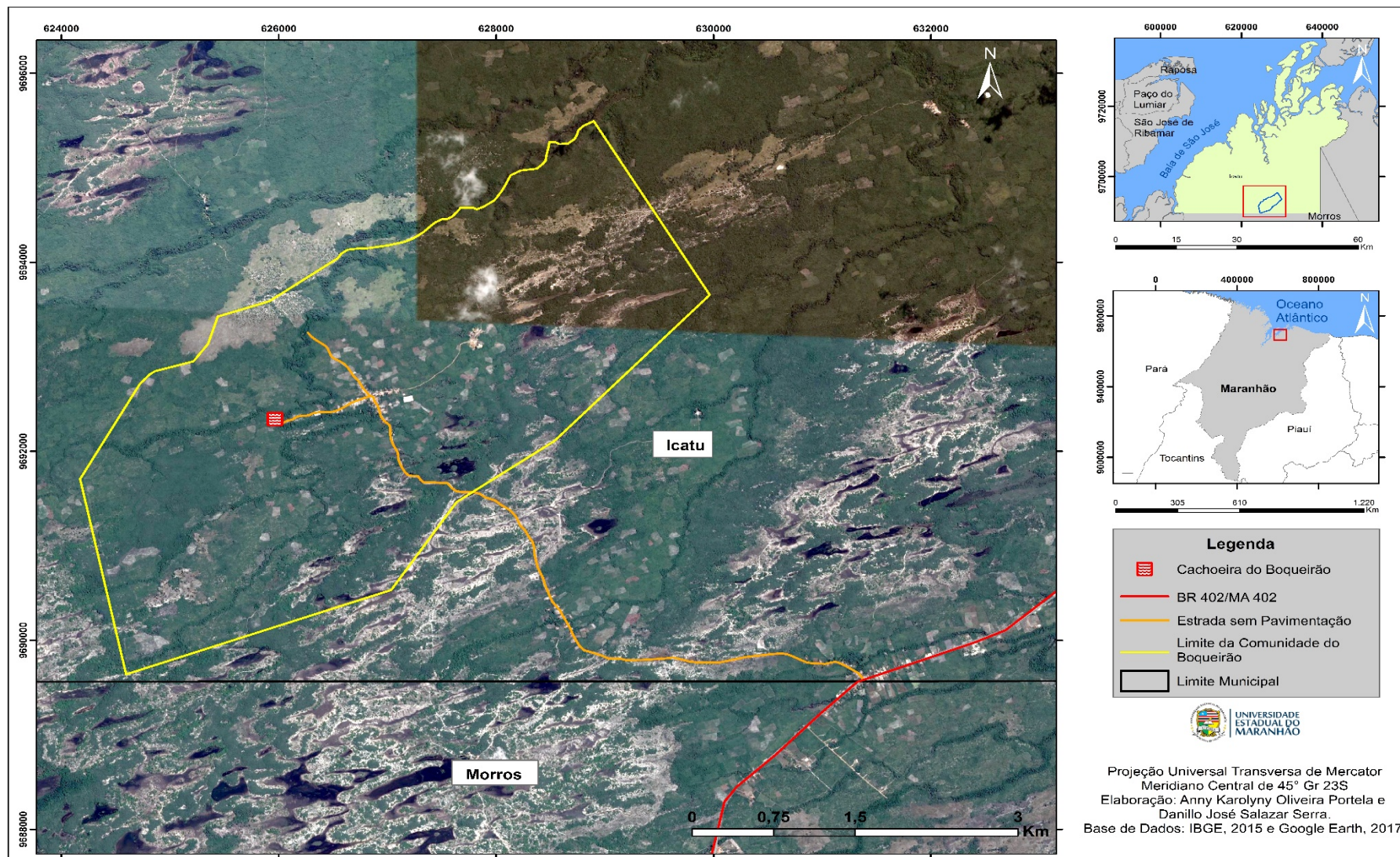
A dissertação encontra-se estruturada em seis partes. Na primeira, apresenta-se a contextualização do objeto de estudo, questões norteadoras, objetivos, justificativas e relevância da pesquisa. A opção metodológica e as categorias de análise são elucidadas no segundo momento, com o embasamento teórico que possibilitou a estruturação do estudo.

Na terceira parte faz-se uma análise das transformações intensificadas pela atividade turística, os múltiplos usos do território, a produção do espaço geográfico e as relações com a comunidade. No quarto tópico têm-se o direcionamento das análises ao turismo no Maranhão com destaque para os polos de planejamento turístico e as projeções ao desenvolvimento do turismo comunitário no Estado.

As potencialidades turísticas do povoado Boqueirão, as relações sociais existentes, a Capacidade de Carga Turística (CCT) e o Manejo de Impactos da Visitação (MIV) são analisadas no tópico seguinte, considerado central da pesquisa. Finaliza-se a dissertação com as considerações sobre o desenvolvimento do TBC no povoado Boqueirão, destacando as transformações e os desafios na consolidação desse modelo de gestão turística participativa no Estado (Figura 1).

⁵ As informações sobre o TBC no Ceará estão disponíveis em: <http://www.tucum.org/rede-tucum/>. Acesso em 06 de nov de 2016. Rede formada em 2008.

Figura 1-Localização das Cachoeiras do Boqueirão, Icatu-MA.



Fonte: Portela, 2017.

1. A OPÇÃO METODOLÓGICA E FERRAMENTAS NA CONSTRUÇÃO DE PARÂMETROS PARA O TBC NA COMUNIDADE BOQUEIRÃO.

A formulação de novos constructos perpassa por uma abordagem teórico-metodológica essencial nas análises de um ou mais objetos. Na ciência geográfica há utilização recorrente de três diferentes métodos de abordagem: hipotético-dedutivo, fenomenológico e dialético que devem ser escolhidos conforme os objetivos traçados pelo pesquisador (SPOSITO, 2004).

Para Mandel (1978) a utilização da dialética na ciência geográfica possibilita a compreensão dos processos resultantes das interrelações no espaço geográfico, portanto, ao optar pela escolha, direciona-se a pesquisa para a compreensão do homem sob a perspectiva processual, ou seja, resultante da apropriação da natureza e das relações sociais desenvolvidas com o trabalho (CORIOLANO, 2005).

Com a dialética têm-se um método de transformação da realidade, onde as interrelações ao serem compreendidas criticamente podem ser confrontadas e modificadas como destaca Kosik (2010, p.22):

[...] método revolucionário de transformação da realidade. Para que o mundo possa ser explicado criticamente, cumpre que a explicação mesma se coloque no terreno da práxis revolucionária. [...] a realidade pode ser mudada de modo revolucionário só porque e só na medida em que nós mesmos produzimos a realidade, e na medida em que saibamos que a realidade é produzida por nós.

Inicialmente desenvolvida pelos filósofos gregos, a dialética ganha notoriedade científica com Hegel, Marx e Engels que aprofundam as discussões com base na relação: tese, antítese e síntese, considerada a mola propulsora do método que permite compreender os resultados da práxis humana. Ao utilizar a dialética como método deve-se atentar para a interligação dos elementos que não é uma tarefa fácil como afirma Zago (2013, p.06), “existem aparelhos independentes das ações humanas que acabam por determinar e subjugar os sujeitos, como uma manipulação subjacente, ‘invisível’, que gere o sistema, o que leva a perder-se a percepção de que na verdade todos os elementos estão interligados”.

Dessa maneira ao utilizar a dialética como método objetiva-se compreender os elementos que transformam o povoado Boqueirão e as consequências da intensificação do fenômeno turístico na localidade. Diante do exposto serão apresentadas as categorias de análise que permitiram direcionar a pesquisa e elucidar o objeto de estudo.

1.1 As categorias de análise

A pesquisa foi iniciada com o levantamento de referencial teórico/metodológico em livros, artigos, revistas, sites nacionais e internacionais, utilizando-se como termos indexadores: turismo, território, espaço geográfico, planejamento turístico, TBC, capital social, solidariedade, comunidades e desenvolvimento endógeno, a partir de autores como: Souto Maior (1990), Seabra (1999), Fratucci (2000), Perez e Carillo (2000), Singer (2000), Barquero (2001), Ruschmann (2001), Lemos (2001), Zacchi (2002), Irving (2002), Beni (2004), Coriolano (2006) e Silva (2012).

As categorias supracitadas são analisadas por meio da geografia crítica, ou seja, de forma sistêmica e pragmática. Ao compreender as transformações intensificadas pelo fenômeno turístico busca-se transformar a realidade vivenciada pela comunidade do Boqueirão em Icatu, apresentando novas perspectivas de gestão territorial necessárias ao desenvolvimento endógeno.

A Geografia Crítica pode e deve também ser um instrumento de uso político para transformação do mundo, mas a partir de uma ação do geógrafo enquanto um pensador da sociedade atual. Desta forma, o geógrafo poderá demonstrar suas reais condições para ajudar na construção política de um mundo menos injusto, através muito mais da produção de Conhecimento Geográfico Crítico, enquanto método ou visão de mundo (HENRIQUE, 2002, p.06).

O fenômeno turístico deve ser analisado sob diferentes prismas científicos e a ciência geográfica é indispensável, pois permite ao pesquisador constatar por meio da relação dialética as dualidades existentes entre sociedade e natureza. A partir da compreensão é possível desenvolver formas de gestão participativa do território. Para Santos (1978), o espaço geográfico caracteriza-se pela produção das relações sociais que sucede a formação territorial.

[...] o espaço por suas características e por seu funcionamento, pelo que ele oferece a alguns e recusa a outros, pela seleção de localização feita entre as atividades e entre os homens, é o resultado de uma práxis coletiva que reproduz as relações sociais[...] o espaço evolui pelo movimento da sociedade total (SANTOS, 1978, p. 171).

Por conseguinte, pode-se considerar que as categorias de análise utilizadas nesta pesquisa se relacionam e convergem para a consecução dos objetivos propostos inicialmente, fundamentais no entendimento das modificações oriundas do fenômeno turístico e das relações de poder que diferenciam os territórios.

1.2 Procedimentos metodológicos

A priori foram consultadas plataformas digitais de instituições de pesquisa e órgãos de planejamento, no intuito de compor a revisão de literatura que serviu de subsídio para a pesquisa, a saber: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos (IMESC), Agência Nacional de Águas (ANA), Companhia de Pesquisas em Recursos Minerais-Serviço Geológico do Brasil (CPRM), Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) e Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), as bases cartográficas disponíveis nas plataformas digitais foram utilizadas na confecção dos mapas.

Para se atingir o objetivo geral da pesquisa foram realizadas interrelações metodológicas por meio da tríade: potencialidade, ordenamento e intervenção, caminhando-se para planos mais abrangentes, iniciando das constatações particulares. Utilizou-se a observação sistemática com objetivos e propósitos previamente definidos.

Por tratar de levantamentos de dados quantitativos e de opiniões, informações subjetivas e descrição do ambiente, a pesquisa tem caráter quali-quantitativa, definida por Creswell (2010) e Creswell e Plano-Clark (2013) como mista. Do ponto de vista dos objetivos, a pesquisa é considerada exploratória, pois proporciona maior familiaridade do pesquisador com o problema. Os procedimentos metodológicos adotados estão divididos em três etapas: gabinete, campo e intervenção.

- Etapa de gabinete

Nessa etapa foram realizadas análises sobre as metodologias utilizadas nos estudos sobre turismo comunitário no Brasil, onde se buscou adaptá-las para se atingir os objetivos propostos. Diante disso, optou-se em aplicar o estudo de Capacidade de Carga Turística (CCT) e o Monitoramento de Impacto de Visitação (MIV) com o objetivo de contribuir para o ordenamento turístico.

Os diagnósticos sobre os impactos ambientais e sociais do turismo não são vistos, em geral, por meio dos Estudos de Impactos Ambientais (EIAs) e Relatórios de Impactos Ambientais (RIMAs), portanto a utilização de técnicas complementares (menos dispendiosas) são fundamentais. Nesse sentido, escolheu-se dentre as ferramentas disponíveis e vastamente utilizadas no planejamento turístico, a Capacidade de Carga (CIFUENTES, 1992) e o

Monitoramento de Impacto de Visitação (ICMBio, 2011), que visa estabelecer um Número Balizador da Visitação (NBV), o objetivo é o de evitar minimamente os riscos causados pela excessiva aglomeração de turistas que pode levar a acidentes e dificuldades em socorrismo, por exemplo.

Pormenorizar-se-á cada uma delas, iniciando pela CCT. A Capacidade de Carga, apesar de não ter sido inicialmente criada para avaliar os impactos da atividade turística, permite análises cada vez mais direcionadas aos atrativos turísticos. Segundo Takahaski (1997), a utilização da capacidade de carga direcionada ao turismo foi intensificada a partir da segunda metade do século XX na tentativa de contribuir para um manejo adequado em áreas de fragilidade ambiental, surgindo adaptações do modelo geral como a Capacidade de Carga Turística (CCT).

Na historiografia dos estudos do fenômeno turístico, encontra-se a figura de Cifuentes (1992) como um dos precursores na adoção do estudo de capacidade carga direcionado ao turismo que após adaptações aplicou a metodologia na Reserva Biológica Carara na Costa Rica, servindo de referência a outros estudos.

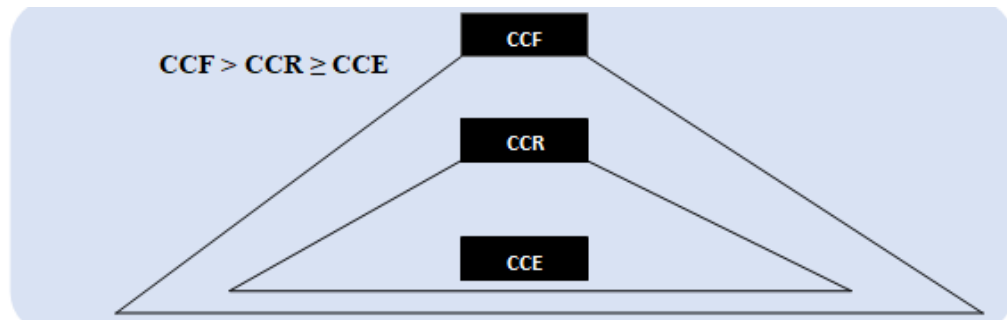
[...]somente até 1990 houve uma revisão e ajuste do procedimento metodológico aplicado à Reserva Biológica Carara (Costa Rica) [...] Até o momento (1992), a Costa Rica produziu três estudos de caso adicionais que usaram a metodologia apresentada [...] Entre os dias 15 e 17 de outubro de 1991, a Fundação Neotrópica (FN), com apoio do World Wildlife Fund (WWF-US), organizou um congresso costarricense para discutir os diferentes estudos de caso sobre capacidade de carga [...] (CIFUENTES, 1992, p.02).

Cifuentes (1992) ressalta que o estudo de CCT não deve ser visto como uma solução para os problemas ambientais, mas como uma ferramenta de planejamento capaz de auxiliar gestores e comunidades na tomada de decisões. Em áreas legalmente protegidas, as diretrizes resultantes da aplicação metodológica tornam-se mais fáceis de serem adotadas. Em relação a área de estudo, têm-se a proteção dos seguintes dispositivos legais: Art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), Art. 215 e 216 da Constituição da República Federativa do Brasil (CRFB), Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003 que são alguns dos instrumentos normativos que versam sobre a delimitação e preservação das comunidades reconhecidas quilombolas como a do Boqueirão em Icatu.

Na aplicação dos procedimentos metodológicos propostos por Cifuentes (1996) é essencial compreender a atividade como resultante das características dinâmicas para que as análises não fiquem condicionadas aos parâmetros matemáticos. Assim como as diferentes metodologias, algumas limitações são destacadas, como por exemplo, a ausência de parâmetros cognitivos (SEABRA, 1999).

Nos estudos de Cifuentes (1996), são considerados três níveis de capacidade de carga: Capacidade de Carga Física (CCF), Capacidade de Carga Real (CCR) e Capacidade de Carga Efetiva ou Permissível (CCE), com parâmetros de análise diversificados, porém complementares (Figura 2).

Figura 2- Esquema representativo do estudo de capacidade de carga



Fonte: Adaptação do autor (CIFUENTES,1999).

A CCF sempre será maior que os demais níveis, porém a CCR ou CCE podem ser coincidentes, mas na maioria das análises a CCR é superior. Essa peculiaridade ocorre devido aos parâmetros que recebem valores distintos conforme o atrativo analisado. Existem diferentes modelos de análise como: *Recreation Opportunity Spectrum*/Espectro de Oportunidades Recreativas (ROS); *Limits of Acceptable Change*/ Limite Aceitáveis de Câmbio (LAC); *Visitor Impact Management*/Manejo de Impacto de Visitação (VIM); *Tourism Optimization Management Model*/Modelo de Gestão e Otimização do Turismo (TOMM); *Visitor Experience and Resource Protection*/Métodos de Experiência do Visitante e Proteção dos Recursos (VERP), *Sustainable Recreation and Tourism*/ Recreação Sustentável e Turismo (SRT), entre outros que fazem parte dos estudos de manejo e CCT, portanto a escolha depende dos objetivos do pesquisador (CIFUENTES, 1992; PIRES, 2005).

Segundo Cifuentes (1992) a CCF é definida como o limite máximo de visitas que um espaço específico pode receber em determinado tempo, devendo ser calculada a partir da razão entre visitantes por área ocupada, multiplicada pela superfície disponível para uso e pelo tempo necessário à visitação. No cálculo da CCF alguns pressupostos básicos devem ser seguidos para que a análise seja validada. Nesse sentido Cifuentes (1992), chama atenção para os seguintes direcionamentos:

[...] as pessoas requerem normalmente 1m² de espaço para movimentarem-se livremente; a superfície disponível estará condicionada pelas características do atrativo e os fatores de limitação e; o fator tempo encontra-se em função do horário de visita e o tempo real que é necessário para visitar o atrativo (CIFUENTES, 1992, p. 09-10).

O limite máximo de visitantes é mensurado pelo cálculo da CCR que depende dos valores da CCF do atrativo, envolvendo variáveis físicas, ambientais, ecológicas, sociais e de manejo que são ajustadas conforme os fatores de correção⁶. O cálculo do Fator de Correção (FC) é realizado por meio da razão entre a Magnitude Limitante da variável (ML) e sua Magnitude Total (MT), multiplicado por cem. Ao se fazer a decomposição da equação de cálculo da CCR com a inserção da expressão do FC em percentual obtém-se a fórmula geral da CCR⁷.

Cifuentes (1992) salienta que cada sítio (local de visitação) será afetado por fatores de correção que podem ser distintos em relação a outras áreas, não se pode generalizar o estudo de capacidade de carga para áreas próximas, portanto, as análises devem ser pontuais.

Deve-se notar que cada local avaliado estará afetado por um grupo de fatores de correção não necessariamente igual ao de outros locais. As inundações que podem impedir o acesso a um local podem não afetar os outros, dentro da mesma área protegida por exemplo. Os fatores de correção estão associados estreitamente às condições e características específicas de cada local. Isso significa que a capacidade de carga de uma área protegida tenha que ser calculada local por local. (CIFUENTES, 1992, p.12).

A Capacidade de Carga Efetiva (CCE) é obtida ao se comparar a CCR com a Capacidade de Manejo (CM), prevista nos instrumentos normativos de administração da área protegida ou pode-se realizar a comparação da análise da infraestrutura real e ideal. As variáveis de caráter político/administrativo auxiliam na determinação da CCE.

Para o estudo de CCT nas Cachoeiras do Boqueirão, fez-se a adaptação da metodologia proposta por Cifuentes (1992) com base nas colaborações de Seabra (1999), Da Soller e Borghetti (2013) para que se pudesse contemplar o TBC. As adaptações metodológicas nos estudos de capacidade de carga são comuns, apesar de seguirem uma tendência ao serem realizadas em áreas de unidades de conservação. Oliveira (2010), por exemplo, direciona a metodologia proposta por Cifuentes (1992) às áreas urbanas das cidades históricas, denominando-a de Capacidade Ambiental.

Para obtenção dos dados necessários as análises de CCT, foram utilizados formulários semiestruturados com 53 (cinquenta e três) perguntas divididas em dois grupos de aplicação: 30 (trinta) turistas e 20 (vinte) famílias que moram no povoado Boqueirão

⁶ Segundo Cifuentes (1992), os fatores de correção (FC) são aqueles que dificultam o acesso ao atrativo em determinados períodos do ano, exemplo: inundações. Ressalta-se os fatores de correção são limitantes, mas não se restringem apenas as dificuldades, mas aos problemas/impactos que precisam ser revistos, pois limitam a quantidade de visitantes.

⁷ A apresentação das fórmulas e minúcias dos cálculos serão apresentadas nos resultados.

(Apêndice A). Essa divisão foi necessária, pois buscou-se identificar os perfis dos turistas (Apêndice B) e os anseios da comunidade com a atividade.

No estudo de CCT do povoado Boqueirão foram utilizados fatores conforme as etapas supracitadas e as adaptações propostas por Da Soller e Borghetti (2013) destinadas às áreas rurais (Quadro 1).

Quadro 1- Fatores considerados nas etapas de análise do estudo de CCT

CCF	CCR	CCE (Valores entre o atual e ideal)	
Espaço físico do atrativo ocupado por um grupo em um determinado tempo	Fatores ambientais <ul style="list-style-type: none"> • Precipitação • Questões ambientais 	Infraestrutura	<ul style="list-style-type: none"> • Banheiros • Lixeiras • Placas de orientação • Locais de vivência
	Fatores Físicos <ul style="list-style-type: none"> • Erosão • Acessibilidade 	Pessoal	<ul style="list-style-type: none"> • Monitores • Manutenção do atrativo
	Fatores biológicos <ul style="list-style-type: none"> • Fauna (Peixes) 	Logística	<ul style="list-style-type: none"> • Privacidade familiar • Atividades de subsistência x turismo
	Fatores de manejo <ul style="list-style-type: none"> • Fechamento para manutenção 		

Fonte: Adaptação do autor (DA SOLLER e BORGHETTI,2013).

Os dados referentes aos aspectos ambientais analisados no estudo de CCT foram obtidos *in loco*, fundamental na busca por fontes primárias de pesquisa e estreitamento dos laços com a comunidade.

A outra ferramenta no sentido dessa avaliação é a metodologia MIV, adotada pelo ICMBio (2011, p. 17-20) que parte de uma estruturação que considera imprescindível controlar a quantidade de pessoas que visitam determinado atrativo em função da “limitação das condições de manejo [...], dos serviços e da grande demanda pela visitação naquele lugar”. Considera fatores limitantes para a visitação como base à mensuração do número de visitas, tais como: espaço disponível, infraestrutura, pessoal, equipamentos, serviços disponíveis, dentre outros.

Para a comunidade Boqueirão nos atrativos do lago e das cachoeiras, optou-se pela CCR, uma vez que no MIV entende que a maior parte dos impactos não é decorrente da quantidade de visitantes e sim de seu comportamento, o mesmo que se expressa pelos modernos estudos baseados em Cifuentes (1992).

[...] fator chave do trabalho [na MIV] é a definição e o monitoramento de **indicadores de impactos da visitação** na qualidade do ambiente e da experiência do visitante. O monitoramento dos indicadores permitirá identificar alterações na qualidade do ambiente e da experiência, requerendo ações de manejo e também a alteração do fator numérico estabelecido inicialmente (ICMBIO, 2011, p.18, grifo nosso).

Esse movimento de constante monitoria do indicador e revisão do número de visitas gera um processo cíclico levando ao constante aprimoramento do uso do atrativo, como apresentado no esquema abaixo (Figura 3). Assim, inicialmente estabelece-se o número de visitação, representado pela CCR, definindo-se ao menos um indicador, que passa a ser monitorado e dependendo de como evolui, pode-se estabelecer novo número de visitações, sucedendo-se sempre a cada aferição do monitoramento.

Figura 3- Ciclo de manejo de impacto da MIV.



Fonte: Adaptado de ICMBio, 2011, p.18.

A etapa inicial trata dos levantamentos documentais, informações úteis para apoio às decisões e informações sobre os visitantes, serviços, usuário, manejo atual, procedimentos do uso. Por tratar-se de uma pesquisa de cunho acadêmico, exigiu-se que essa etapa fosse abordada de maneira mais aprofundada, como explicitado à frente, com a utilização das entrevistas e pesquisas documental e bibliográfica.

Os seus princípios constituem-se em:

- O manejo do uso público deve contribuir para o controle da visitação e dos impactos negativos decorrentes dela, maximizando a qualidade da experiência dos visitantes.
- O manejo de impactos da visitação deve possibilitar o controle das alterações nos recursos naturais e culturais produzidas pelas atividades de visitação.
- Os impactos gerados pela visitação pública podem ser ocasionados por inúmeras variáveis e podem ser descontínuos temporalmente ou espacialmente.
- O planejamento e o monitoramento devem ser contínuos.
- Gestão da visitação deve considerar para sua capacidade de manejo o orçamento, o número e qualificação dos funcionários, infraestrutura e serviços disponíveis⁸.

Como se pode perceber, o MIV tem uma abordagem muito próxima do estabelecido pela CCT, avançando a partir desta, no sentido da dinamicidade de tomada de decisões de manejo, considerando o número de visitas como balizador na tomada de decisão por uma multiplicidade de atores: usuários, especialistas, pesquisadores, excursionistas, praticantes de esportes de aventura, lideranças comunitárias e fundamentalmente, integrando no manejo a educação e interpretação ambiental.

Com a utilização dessas propostas metodológicas se pretende estabelecer um número de visitas, considerado de grande valia como ferramenta para o planejamento turístico nas comunidades⁹.

- Etapa de campo

A etapa de campo foi iniciada antes da elaboração do projeto, pois o pesquisador buscou constatar os aspectos do povoado em análise e ouvir os anseios da comunidade em relação ao ordenamento do turismo. A partir do primeiro contato, dirigiu-se ao gabinete em busca dos caminhos metodológicos que foram sendo modificados conforme as visitas a campo.

No campo, houveram diferentes contatos com a comunidade por meio de vinte visitas técnicas realizadas no período compreendido entre setembro de 2015 e março de 2018 que possibilitaram: aplicação de trinta formulários, realização de vinte entrevistas

⁸ Essa metodologia considera ainda que genericamente são precárias a infraestrutura para apoio à visitação, os serviços de manutenção, orçamento e a qualificação dos serviços é baixa (ZIMMERMAN, 2006).

⁹ Salienta-se que as variáveis utilizadas e os procedimentos adotados na utilização dessa metodologia serão elucidados ao longo das discussões.

semiestruturadas com visitantes e moradores, obtenção das coordenadas geográficas e dos dados para o estudo de CCT, além do registro fotográfico que consubstanciaram o banco de dados da pesquisa.

O mapeamento foi realizado com a utilização do aparelho de GPS (*Global Positioning System*) modelo Garmin *etrex* e do aplicativo “Minhas coordenadas geográficas” disponível gratuitamente no *Play store* (loja virtual) para *smartphones* com sistema Android que forneceram as coordenadas geográficas inseridas no programa ARCGIS para confecção dos mapas necessários à análise territorial.

A utilização do aplicativo no *smartphone* para obtenção das coordenadas geográficas deu-se por meio de um processo de aferição. Foram coletados 05(cinco) pontos de coordenadas com o aparelho GPS Garmin e com o *smartphone* (modo de alta precisão de localização ativado) que foram comparadas¹⁰ (Tabela 1).

Tabela 1- Aferição das coordenadas geográficas do *smartphone*

PONTO DE REFERÊNCIA	GPS / GARMIN	GPS / SMARTPHONE (Aplicativo: Minhas Coordenadas Geográficas)
JABURU/ICATU	02°48'26" S 43° 49'04,9" W	02°48'26,13" S 43° 49'04,96" W
CACHOEIRAS BOQUEIRÃO (ICATU)	02°46'58,5" S 43°51'59,8" W	02°46'58,58" S 43°51'59,84" W

Fonte: Elaborado pelo autor, 2017

Com a aferição das coordenadas, observou-se que as alterações apresentadas não prejudicariam a análise, pelo contrário, a utilização do *smartphone* atenderia a demanda da pesquisa, apresentando-se mais vantajosa em relação ao aparelho de GPS/Garmin, pois o *smartphone* apresentava mais informações, sem a necessidade de alterar a tela de exibição, tais como: exatidão (metros) do sinal GPS, coordenadas Universal Transversa de Mercator (UTM) e geográficas na mesma tela e qualidade do sinal¹¹.

¹⁰O aplicativo serve como indicativo do uso tecnológico para o barateamento das pesquisas científicas, mas necessita de análises consubstanciadas para sua utilização.

¹¹Segundo a Associação de Moradores do Boqueirão, o povoado é composto por sessenta e três famílias, sendo que as vinte entrevistas representam 30% destas. Ao realizar a aferição das coordenadas, buscou-se colocar o aparelho de GPS Garmin e o *smartphone* nas mesmas posições ao nível do solo.

- Etapa de intervenção

A última etapa metodológica caracteriza-se pela intervenção, onde o pesquisador apresentou à comunidade formas de ordenamento turístico, por meio da técnica do *brainstorming* ou tempestade de ideias. Durante a aplicação da técnica, pesquisador e comunidade estiveram reunidos na Associação de Moradores do Povoado Boqueirão para identificarem juntos os problemas da comunidade e as alternativas para minimizar os impactos da atividade turística.

Ressalta-se que os instrumentos metodológicos propostos sofreram alterações ao longo da pesquisa. Segundo Feyerabend (1977, p.30), “dada uma regra qualquer, por fundamental e necessária que se afigure para a ciência, sempre haverá circunstâncias em que se torna conveniente não apenas ignorá-la como adotar a regra oposta”. Os dados coletados compõem um banco de dados que será encaminhado à Secretaria de Turismo do município de Icatu e à comunidade do Boqueirão.

2. O TURISMO E AS COMUNIDADES: o local e os novos usos

Neste item será apresentada a evolução histórica da atividade turística, os impactos decorrentes do turismo convencional e o surgimento dos segmentos alternativos que transformam os territórios das comunidades com os novos usos. No primeiro momento, destacam-se as dificuldades nas explicações do fenômeno socioespacial na medida em que adquire ressignificações em diferentes períodos de sua evolução.

O turismo, a exemplo de outros fenômenos, é uma realidade em busca de uma teoria que o explique. A dificuldade, entretanto, reside no fato de ser uma atividade que evolui conforme evolui a própria humanidade, com os efeitos percebidos no que é aceito ou definido como turismo em momentos diferentes da história (MEDAGLIA e SILVEIRA, 2010, p.160).

Os deslocamentos ou viagens ao longo do tempo confundem-se com a história da humanidade, tendo diferentes motivações. Esses deslocamentos podem ser considerados a proto-história (pré-história) da atividade turística como afirma Barretto (1999). Pontualmente, não se pode afirmar qual a primeira civilização a realizar deslocamentos a lazer, mas nas civilizações greco-romanas, por exemplo, as viagens ganharam importância de forma gradativa com a construção de estradas e realização de expedições além-mar¹².

De acordo com Barbosa (2002), etimologicamente a palavra turismo tem sua origem associada ao movimento circular, ou seja, para efetivar-se o indivíduo deveria voltar ao ponto de partida, realizando um *tour* (giro)¹³. Esse conceito foi ganhando novos elementos ao longo da história, porém a essência como movimento de ida e volta manteve-se preservada. No Brasil, por exemplo, a definição de turismo presente na Lei Federal nº 11.771, de 17 de setembro de 2008, art. 2º, acrescenta a escala temporal, pois os deslocamentos para serem considerados turísticos devem ser inferiores a 01(um) ano¹⁴.

Para Lickorish (2000), a evolução da atividade turística perpassa por quatro estágios: pré-histórico, era das ferrovias, entre guerras e decolagem do turismo¹⁵. No estágio inicial encontram-se as primeiras experiências das viagens realizadas, principalmente, pelas civilizações clássicas até a chegada do *Grand Tour*. O segundo momento é marcado pela emergência da Revolução Industrial, construção das ferrovias e a mudança postural das

¹² Para Barreto (1999), a existência do turismo é mais antiga que a realização dos jogos olímpicos na Grécia no século VIII a.C(antes de Cristo). Fenícios, árabes e chineses já realizavam deslocamentos anteriores aos jogos olímpicos.

¹³ Moesch (2002) encontrou o primeiro registro da palavra “Turismo” em 1800 no Dicionário de Inglês Oxford.

¹⁴ A Lei Federal nº 11.771, de 17 de setembro de 2008, art. 2 considera turismo: “as atividades realizadas por pessoas físicas durante viagens e estadas em lugares diferentes do seu entorno habitual, por um período inferior a 1 (um) ano, com finalidade de lazer, negócios ou outras”.

¹⁵ Para Molina (2003) o fenômeno turístico pode ser analisado através de três estágios: proto-história (pré turismo), o Turismo Industrial e o paradigma do Pós Turismo.

sociedades industrializadas. No período entre guerras têm-se um controle maior da atividade com a obrigatoriedade de documentos como o passaporte, por exemplo. Ao final do período entre guerras, a evolução tecnológica dos meios de comunicação e transporte contribuiu para um *boom* da atividade turística com a captação de divisas em diversos países.

Da proto-história do turismo até os dias atuais verificam-se inúmeras motivações que contribuem para o deslocamento das pessoas de seu local habitual às áreas geograficamente distintas. Para Souto Maior (1990), a civilização romana foi a primeira a viajar em busca do prazer ou da contemplação da paisagem. Os deslocamentos iniciais das populações eram em busca do fortalecimento do comércio ou até mesmo por terem sido forçadas a mudar devido as guerras e/ou desastres naturais como afirma Theobald (2002).

A construção de novas estradas pelo Império Romano no final do século II a.C possibilitou um crescimento exponencial das viagens, busca por novos territórios e intercâmbios culturais que tiveram um declínio com o surgimento da sociedade feudal (entre os séculos IX e X) devido a desestabilidade política e o aumento expressivo da violência contra as expedições (IGNARRA,2003).

Com advento das correntes teológicas e a descoberta de monumentos históricos, houve um redirecionamento das viagens e o fortalecimento das expedições peregrinas, ou seja, as motivações religiosas estavam gerando novos fluxos de pessoas às áreas de elevado valor simbólico¹⁶. As expedições ganharam projeções nesse período e houve a formação do primeiro guia turístico impresso da história no final do século XI (BARRETTO, 2001)¹⁷.

O desenvolvimento das técnicas e instrumentos de navegação, aliados a exploração dos novos territórios pelos europeus e aos avanços científicos ao final do século XIV, dinamizaram as viagens, pois tornaram-se mais seguras, reforçando os laços entre turismo e comércio. Nesse período já haviam expedições organizadas para atender grupos de peregrinos das classes abastadas, pois as viagens eram dispendiosas. “O peregrino não escolhia o itinerário nem a durabilidade de seu périplo. Ele estava totalmente exposto às dificuldades e às intempéries do caminho a ser percorrido” (BARBOSA, 2002, p. 24). Esse caráter elitista do turismo perpassa por um período considerável até a democratização das viagens¹⁸.

As viagens pelo mundo ganharam notoriedade ao serem consideradas indispensáveis aos recém-formados da elite europeia, assumindo o valor de diploma sociocultural. Nesse

¹⁶ Ressalta-se que nesse período o turismo ainda não era analisado como ciência.

¹⁷ O crescimento das viagens nesse período deve-se ao restabelecimento da lei e da ordem.

¹⁸ Segundo Theobald (2002), essa “democratização” refere-se às viagens realizadas por diferentes grupos.

momento surgiu o *Grand Tour* que, para Barbosa (2002), era uma espécie de “visita técnica” onde os estudantes deveriam compreender as diferentes formas de governar, por exemplo.

O Grand Tour começou no século XVI, atingindo o auge no século XVIII. Era restrito principalmente aos filhos de famílias ricas, com propósitos educacionais, sobretudo de jovens recém-saídos de Oxford ou de Cambridge, duas das mais conceituadas universidades inglesas. Esses jovens deveriam percorrer o mundo, ver como ele era governado e se preparar para ser um membro da classe dominante (BARBOSA, 2002, p. 31-32).

Para Andrade (1995), a classe nobre inglesa considerava os detentos de cultura apenas aqueles que tivessem em seus currículos as experiências das grandes viagens, ou seja, hábitos culturais diferenciavam ricos e pobres¹⁹. Em princípio, o *Grand Tour* tradicional destinava-se a percepção cultural e modificou-se à contemplação paisagística sendo denominado de *Grand Tour Romântico* (BARBOSA, 2002). Essa modificação postural contribuiu para o redirecionamento dos fluxos aos cenários naturais, principalmente, em países como: França, Itália, Portugal e Inglaterra.

Segundo Valls (2003, p.19), “a ferrovia avança por todo o Ocidente e liga as cidades, tecendo uma rede permanente de viagens. Graças a isso, águas termais e balneários estão ganhando enorme relevância à medida que novas linhas e estações de trem são abertas.” A construção das ferrovias contribuiu à formação das redes de viagens, como afirma Valls (2003), todavia não foi condição exclusiva para visitação das áreas naturais, pois as mudanças nos hábitos das populações diante das revoluções emergentes foram substanciais²⁰.

Paralelamente à Revolução Industrial, surge o Turismo Moderno ou Turismo Industrial com a consolidação das agências de viagens, onde o viajante passa a planejar seus roteiros com os pacotes turísticos oferecidos pelas empresas. Nesse contexto Thomas Cook destacou-se, sendo considerado por pesquisadores como: Rejowski (1998) e Acerenza (2002), o primeiro operador profissional do turismo ou um empresário visionário.

Para Santos Filho (2003), Thomas Cook só passa a ser conhecido a partir das releituras da historiografia do turismo, pois para o autor os historiadores ingleses desconsideraram suas contribuições.

[...]o personagem histórico Thomas Cook só se tornou conhecido e considerado pelas literaturas inglesa e mundial quando foi resgatado por meio de estudos sobre o fenômeno turístico, os quais começaram a ser objeto de interesse do capitalismo e de centros de pesquisa. Por esse motivo, como mencionamos anteriormente, os grandes historiadores ingleses (conhecidos mundialmente) em nenhum momento o citam. A omissão pode ajudar a comprovar que o mesmo desempenhou na história da nação

¹⁹ Essa distinção cultural das classes ainda pode ser vista nos dias atuais com a hierarquização dos destinos.

²⁰ Refere-se as revoluções industriais e francesa.

inglesa, um papel de pouco destaque para o conjunto das modificações estruturais que estavam ocorrendo na época[...] (SANTOS FILHO, 2003, p. 74-75).

Salienta-se que a estruturação do turismo convencional perpassa pelas contribuições de Thomas Cook, afinal as agências de viagens foram e são responsáveis pelo direcionamento dos fluxos turísticos em larga escala. Esse turismo moderno adquiriu status de turismo convencional pela quantidade exponencial de deslocamentos no período, favorecidos por fatores como: “estabilidade política nas zonas de conflito, aumento do tempo livre dos trabalhadores, emergência de classes sociais, busca por novas rotinas, desenvolvimento dos transportes e o *marketing* turístico” (REJOWSKI, 2002, p.85).

Para Molina (2003) o turismo industrial pode ser dividido em três categorias: primitivo, maduro e pós-industrial. Essa divisão proposta segue as transformações socioeconômicas e ambientais vivenciadas pelas sociedades a partir da Revolução Industrial até o fortalecimento do discurso da “sustentabilidade no turismo”²¹.

O Turismo Industrial Primitivo surge com a corrente iluminista no século XIX e finda-se com a Segunda Guerra Mundial. Nesse período, alguns destinos turísticos foram desenvolvidos e houve a construção de inúmeras hospedagens voltadas a atender um crescente fluxo de viajantes. Esse incremento da atividade turística sofreu desacelerações com o período entre guerras, pois houve um controle maior dos países em relação ao acesso dos viajantes, por exemplo, com a adoção dos passaportes por diferentes nações²².

Após a Segunda Guerra Mundial inicia a fase denominada de Turismo Industrial Maduro, onde há uma otimização dos fluxos turísticos por meio do desenvolvimento, principalmente, dos transportes terrestres e aéreos²³. O turismo passou a ser visto como fonte de crescimento econômico dos países, em geral, enfraquecidos pós-guerra²⁴. Nesse período, apareceram políticas públicas direcionadas ao setor turístico e o fortalecimento de segmentos como sol e praia. Além disso, novos centros receptores dos fluxos turísticos foram fortalecidos, como o Brasil²⁵.

Esteve Secall (1983) faz uma crítica ao papel assumido pelo turismo nessa fase de recuperação do sistema capitalista, para o autor: “o turismo, e mais especificamente as férias

²¹ Para alguns autores a sustentabilidade não passa de um discurso utópico como defende a professora Maria Adélia Aparecida de Souza no artigo intitulado: *Meio ambiente e desenvolvimento sustentável*. Disponível em <https://periodicos.ufrn.br/cronos/article/viewFile/3289/2677>. Acesso 07 de nov de 2016.

²² Os britânicos já utilizavam passaportes por volta de 1915, mas no período entre guerras esse controle passou a ocorrer em diferentes países.

²³ No Brasil, a Panair foi a maior companhia aérea até 1965, uma das pioneiras na rota Brasil-Europa-Brasil.

²⁴ No pós-guerra houve a denominada “decolagem do turismo”.

²⁵ Ressalta-se que não se buscou datar os estágios do Turismo, mas demonstrar as principais características de cada fase. Essa postura tem como base as reflexões propostas por Machado (2003).

de verão, constituem um período de 'libertação' controlada, visando a manutenção e a reprodução das relações de produção capitalistas e a estrutura das classes.” (ESTEVE SECALL, 1983, p. 145). Ao afirmar que o turismo reproduz as relações capitalistas, o autor reforça a visão dos pesquisadores céticos do turismo comunitário, pois desconsidera que a atividade pode ser uma alternativa às classes menos favorecidas.

No turismo pós-industrial percebe-se a valorização das vontades individuais dos turistas que iniciam buscas por segmentos alternativos, como: ecoturismo, sol e praia, turismo de aventura, entre outros, considerados de baixo impacto socioambiental. Fato explicado pelos efervescentes debates sobre desenvolvimento sustentável que ganharam notoriedade após as revoluções industriais. Com isso, surgem os serviços e pacotes turísticos personalizados, ou seja, o turista impõe suas vontades ao mercado que tenta adaptar-se às novas demandas.

Para Machado (2003, p. 01), “quando uma destas etapas do turismo é iniciada não se deve compreender que a anterior terminou de maneira definitiva, pois estas não são excludentes no contexto do tempo, podendo aparecer simultaneamente”. Por esse motivo, em alguns momentos é natural a confusão de conceitos.

Segundo Santos Filho (2003), o turismo é anterior ao capitalismo, todavia ao se inserir no processo de globalização atende aos interesses do capital, ampliando a miséria e a segregação social.

Esse processo de globalização do turismo atende aos interesses do capital internacional que, na falsa premissa de trazer emprego e desenvolvimento para as localidades, acaba ampliando a miséria e o desespero das populações nativas e regionais. Cria-se uma discriminação étnica que poderíamos chamar de um verdadeiro *apartheid* do turismo, estimulado pelos grandes empreendimentos nacionais e estrangeiros que isolam a população nativa do convívio para com o turista (SANTOS FILHO, 2003, p.374).

O pesquisador desconsidera a atividade turística como geradora de desenvolvimento econômico, todavia deve-se atentar às metodologias e vertentes da atividade que possibilitam vislumbrar um horizonte contrário a esse posicionamento²⁶. Para Banducci Jr (2001), deve-se buscar “uma análise mais ampla do turismo, capaz de revelar sua natureza e seu significado no contexto da sociedade ocidental moderna e das comunidades pré-industriais em que ocorre” (BANDUCCI JR., 2001, p. 30).

²⁶ O professor Olavo de Carvalho na obra “O Imbecil Coletivo: atualidades inculturais brasileiras”, publicada em 1996, chama atenção do leitor para o descrédito do marxismo na atualidade. A obra com mais de 500(quinhetas) páginas encontra-se disponível no endereço eletrônico: <http://lelivros.top/book/baixar-livro-o-imbecil-coletivo-olavo-de-carvalho-em-pdf-epub-e-mobi/>. Acesso em 08 de nov de 2016.

Ao se analisar o estágio evolutivo do turismo verifica-se a adaptabilidade da atividade associada ao desenvolvimento tecnológico, aos meios de transporte, as características sociais e a lógica do mercado capitalista. Nesse cenário, os impactos socioeconômicos e ambientais do turismo foram sendo percebidos em diferentes escalas, principalmente, devido aos grandes deslocamentos de pessoas ou turismo convencional. Conforme Castro (2009), as bases mercadológicas dessa vertente do turismo favorecem um consumismo incontrolável que relega os impactos socioambientais e culturais da atividade.

O turismo convencional é visto como intensificador dos impactos sociais, econômicos, ambientais e culturais por Barquero (2001), Krippendorf (2001), Theobald (2002), Coriolano (2006), entre outros. Esses impactos são visíveis em países ou regiões de intenso fluxo de pessoas, todavia, ao se discuti-los, pode-se compreender o surgimento dos segmentos alternativos.

No subitem a seguir: “*As transformações geradas pelo turismo convencional*”, busca-se discutir alguns dos impactos ou transformações geradas pela atividade turística que contribuem para o fortalecimento do discurso desenvolvimentista defendido no turismo comunitário, principalmente, no Brasil.

2.1 As transformações geradas pelo turismo convencional

Antes de analisar alguns impactos gerados pelo turismo faz-se a elucidação do conceito norteador. Em princípio, utiliza-se a definição legal de impacto prevista na Resolução nº001 do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), de 23 de janeiro de 1986, artigo 1º, que o considera como

[...] qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas que, direta ou indiretamente, afetam: I - a saúde, a segurança e o bem-estar da população; II - as atividades sociais e econômicas; III - a biota; IV - as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente; V - a qualidade dos recursos ambientais (CONAMA,1986, p.01).

Na resolução supracitada são encontradas diretrizes para elaboração do Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e do Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) que objetivam analisar os impactos socioambientais gerados pelos mais variados projetos. Esses instrumentos normativos são de suma importância à gestão territorial, mas como analisar os impactos do turismo enquanto fenômeno socioespacial?

Segundo Cruz (2003), os impactos ambientais do turismo convencional estão relacionados com dois fatores principais: infraestrutura e fluxo turístico, considerados interdependentes e que transformam os ambientes²⁷.

Os impactos do turismo em ambientes naturais estão associados tanto à colocação de infraestrutura nos territórios para que o turismo possa acontecer como a circulação de pessoas que a prática turística promove nos lugares. (...) meios de hospedagem edificadas em áreas não urbanizadas bem como outras infraestruturas a eles associados podem representar riscos importantes de desestabilização dos ecossistemas em que se inserem (CRUZ,2003, p.31).

Ruschmann (2001) ao associar o conceito de impacto ambiental ao turismo, reforça a necessidade de se compreender as inter-relações entre os agentes sociais e os espaços naturais apropriados, afinal as alterações provocadas pela atividade podem ser irreversíveis.

[...] são consequência de um processo complexo de interação entre os turistas, as comunidades e os meios receptores. Muitas vezes, tipos similares de Turismo provocam diferentes impactos, de acordo com a natureza das sociedades nas quais ocorrem[...] referem-se à gama de modificações ou sequência de eventos provocados pelo processo de desenvolvimento turístico nas localidades receptoras[...]natureza, intensidade, direções e magnitude diversas; porém os resultados interação e são geralmente irreversíveis quando ocorrem no meio ambiente natural[...] (RUSCHMANN, 2001, p. 34).

No turismo convencional os impactos socioeconômicos e ambientais ocorrem em escala macro, ou seja, o fluxo turístico constante e a crescente infraestrutura alteram o espaço geográfico em todas as dimensões, provocando dicotomias socioespaciais visíveis no território²⁸. Essa realidade pode ser exemplificada quando se analisa as populações desassistidas em territórios turísticos reconhecidos internacionalmente, como no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses (Brasil), cujos indicadores socioeconômicos revelam concentrações de renda e populações locais que sobrevivem dos programas assistencialistas e com os impactos negativos da atividade turística²⁹.

Para Wood e House (1991) é fundamental categorizar os impactos que podem afetar os territórios turísticos. Segundo Fratucci (2000), o território turístico é definido como local das relações entre visitantes e anfitriões, quebrando barreiras culturais.

²⁷ Adota-se o termo “ecossistema” como sinônimo de ambiente ou meio ambiente, na medida em que se considera ambos como resultantes das interações sistemáticas indivisíveis entre sociedade e natureza que produzem a cultura.

²⁸ Refere-se a infraestrutura destinada a atender apenas a demanda turística, onde as populações locais ficam marginalizadas em espaços segregados. Exemplos: formação dos *resorts e condoresorts*.

²⁹ Os indicadores do Censo Demográfico do IBGE, realizado em 2010, e/ou os índices de desenvolvimento dos municípios que fazem parte do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses elaborado pelo IMESC demonstram essa dicotomia.

O território onde o turismo se realiza e onde há a ocorrência de interações e inter-relações temporárias entre o anfitrião e o turista [hoje acrescentamos os agentes de mercado, os trabalhadores e o Estado], aos quais irão permitir um contato direto, sem barreiras (físicas ou simbólicas) entre eles e o reconhecimento da existência do outro, recíproca e simultaneamente (FRATUCCI, 2000, p. 65).

De acordo com os autores supracitados os impactos do fenômeno turístico podem ser: econômicos, socioculturais, ambientais e políticos. A seguir serão apresentados, com base na categorização proposta por Wood e House (1991), alguns dos impactos (positivos e negativos) intensificados pelo fluxo turístico. Essa análise torna-se necessária para se compreender as vertentes da atividade turística.

No sistema capitalista as transformações econômicas geradas pelo fenômeno turístico são as mais analisadas, apesar do crescimento exponencial dos estudos direcionados aos impactos sociais e ambientais. Esse cenário se deve, entre outros fatores, pela estruturação dos indicadores econômicos que permitem analisar os resultados das transformações em um curto período de tempo (MARINS *et al.*, 2015)³⁰.

Os recursos financeiros advindos dos fluxos turísticos podem ser direcionados para setores como: transportes, entretenimento, hospedagens e até mesmo a indústria. Para Collado (2012) as pequenas empresas podem ser beneficiadas nesse processo.

[...] a afluência turística implica um fluxo significativo de fundos, em particular, para a hospitalidade, transportes, comunicações, cultura, entretenimento e [...] indústrias de varejo [...] também afetará as pequenas e médias empresas [...] eles serão amplamente beneficiados ³¹(COLLADO, 2012, p.51-52).

Percebe-se que essa relação em cadeia no turismo convencional é interligada diretamente aos serviços direcionados à demanda turística, pois os equipamentos criados ficam em territórios segregados onde as populações locais não acessam com facilidade³².

Lemos (2001) e Beni (2004) acastelam que o crescimento exponencial do fluxo turístico pode modificar a estrutura econômica de uma nação e por conseguinte gerar benefícios sociais a curto e médio prazos, prevalecendo sobre os impactos negativos da atividade. Os autores sustentam suas teses pelo fato do fluxo turístico gerar empregos, equilibrar a balança comercial, contribuir para a distribuição de renda e gerar um efeito multiplicador.

³⁰ Os efeitos em cadeia dos recursos financeiros gerados são difíceis de serem quantificados. As informações referentes à movimentação financeira dos grandes fluxos partem das grandes empresas e dos órgãos governamentais.

³¹ Collado (2012) faz uma análise do impacto turístico da Copa do Mundo FIFA 2014 e dos Jogos Olímpicos 2016 no Brasil.

³² O turismo convencional também é conhecido como turismo receptivo. Atender a necessidade do turista é objetivo principal do turismo receptivo.

Esses fatos são verificados no turismo convencional, porém é necessário fazer alguns apontamentos. A geração de emprego advindo do turismo convencional, em geral, é temporária e não contempla as comunidades receptoras dos fluxos. Outro fator é o equilíbrio da balança comercial que coloca na penumbra as disparidades sociais do território, gerando um pseudodiscurso de distribuição de renda. Nos países desenvolvidos o turismo acaba sendo complementar à economia, porém nos emergentes e/ou subdesenvolvidos pode tornar-se uma alternativa para minimizar as desigualdades.

Na relação entre turistas e comunidades, culturas distintas entram em contato, produzindo efeitos diversos e imensuráveis em curto prazo. Deve-se conservar os hábitos tradicionais das comunidades locais, pois, em geral, representam uma sociedade marcada pela coletividade ou solidariedade mecânica que carregam suas histórias nas falas das pessoas mais vividas.

Nesse contato entre turistas e comunidades ocorre, em princípio, um “choque cultural”, uma espécie de resistência, onde os costumes, crenças e valores são confrontados. Apesar da repulsa inicial, com as relações constantes haverá uma metamorfose cultural, ou seja, os turistas tentarão inserir novos valores nas comunidades autóctones modificando suas características tradicionais³³.

A avaliação dos impactos socioculturais negativos advindos do turismo deve ser realizada de médio a longo prazo, pois o constante contato das comunidades com os turistas pode trazer consequências psicológicas aos indivíduos receptores dos fluxos, tais como: stress, irritabilidade e isolamento.

Salienta-se que o intercâmbio cultural é de suma importância para o incremento da consciência social, revisão de valores das comunidades ou até mesmo favorecer o bem-estar social, mas para que isso ocorra a atividade turística deve ser planejada com todos os agentes partícipes do processo.

As relações socioculturais existentes na atividade turística despertam os interesses dos pesquisadores das ciências sociais e humanas. O turismo enquanto fenômeno socioespacial não pode ser compreendido em uma análise compartimentada ou hermeticamente fechada, portanto ao direcionar os olhares, busca-se compreender, principalmente: as motivações turísticas e os papéis dos atores sociais envolvidos (DIAS,2008b).

³³ Esse processo de metamorfose cultural é também denominado de aculturação.

Para Rejowski (2001), o pesquisador do fenômeno turístico necessita realizar um mosaico metodológico capaz de agregar diversas áreas do conhecimento. Diante disso, as metodologias devem favorecer interseções científicas necessárias a compreensão do turismo enquanto fenômeno socioespacial.

O pesquisador precisa saber da existência de outros recursos metodológicos além daqueles de sua área acadêmica específica, os quais podem se revelar mais adequados ao estudo do tratamento de determinado tema em turismo. Daí a necessidade de um quadro referencial metodológico da pesquisa em turismo, para o desenvolvimento de trabalhos interdisciplinares (REJOWSKI, 2001, p. 49).

Quando o pesquisador compartimenta as análises para verificar os impactos ambientais da atividade turística, as transformações podem ser verificadas de forma mais precisa e os investimentos para recuperação, por exemplo, podem ser direcionados. Os estudos para compreensão dos impactos ambientais do turismo direcionam-se, em geral, aos grandes empreendimentos que são obrigados por lei a realizarem as análises, mas será que o turismo enquanto fenômeno alcança apenas os complexos turísticos? A resposta é negativa, afinal a definição de fenômeno se deve à atipicidade ao atingir distintos setores e territórios com formas peculiares de consumir a paisagem (KRIPPENDORF, 2001)³⁴.

Para Dias (2008a) os impactos ambientais do turismo podem ser irreversíveis a ponto dos recursos naturais utilizados colocarem em xeque as gerações futuras, principalmente, das comunidades autóctones³⁵.

O turismo pode causar impactos ambientais em todos os recursos naturais, a água, a terra, as florestas, os animais silvestres, as plantas de modo geral, a paisagem; quando não bem dimensionados, podem tornar-se irreversíveis, prejudicando a comunidade residente atual e as gerações futuras que terão prejudicada sua qualidade de vida (DIAS, 2008a, p. 32).

Nos locais onde o fluxo turístico é intenso, todavia sem instrumentos normativos de gestão é indispensável a consolidação de pesquisas direcionadas a minimização dos impactos observados, principalmente, aquelas que envolvam as comunidades locais que são as mais prejudicadas. Entre as metodologias existentes, destaca-se o estudo da capacidade de carga como alternativa para minimização dos impactos negativos das atividades turísticas nas comunidades, porém não se recomenda aplicá-la sem associá-la a metodologias complementares de sensibilização ambiental³⁶. Esse processo de sensibilização ou

³⁴ Para Krippendorf(2001), a paisagem é a condição essencial para a existência do turismo.

³⁵ Comunidades locais

³⁶ A metodologia de capacidade de carga será detalhada nos itens posteriores.

conscientização ambiental é de suma importância para minimizar os impactos e auxiliar na gestão do território de forma eficaz.

Ao se buscar os pontos positivos das transformações ambientais resultantes do turismo, destaca-se a valorização de espaços outrora relegados que se transformam em atrativos, ou seja, espaços desvalorizados turisticamente ao receberem intervenções podem se transformar em receptores dos fluxos turísticos, como exemplo, a formação dos parques temáticos em antigas áreas de lixões, como o Parque do Gramacho no Rio de Janeiro.

Nos trabalhos acadêmicos os impactos políticos da atividade turística são analisados em segundo plano, todavia não devem ser desprezados, afinal a gestão do território perpassa por todos os atores envolvidos, inclusive os governamentais³⁷. Os impactos políticos salientados referem-se à condição essencialmente humana debatida desde as civilizações clássicas anteriores a Cristo, ou seja, o homem como ser *zoon politikon* (político por natureza), capaz de tomar decisões que influenciam diferentes comunidades³⁸.

Os impactos da atividade turística podem ser minimizados com políticas públicas direcionadas ao setor. Em países como França, Inglaterra, Itália e Holanda, por exemplo, a política de turismo faz parte permanente do pacote de gestão, o setor é contemplado em ações direcionadas ao crescimento econômico desses países.

No Brasil tem-se a visão de que a infraestrutura turística precisa ser materializada a partir do setor privado, todavia há necessidade da desmistificação dessa premissa, pois o setor carece ser visto como resultado da parceria entre: entes governamentais, setores privados e comunidades³⁹. Assim o Brasil pode ser inserido efetivamente como país receptor dos fluxos turísticos internacionais, em uma lógica desenvolvimentista, onde os agentes envolvidos usufruam dos benefícios da atividade. Para isso, os instrumentos normativos precisam balizar as funções de cada partícipe da gestão turística.

Apesar das discussões sobre as políticas destinadas ao setor turístico serem anteriores ao século XX no Brasil, apenas em 1966 com o Decreto-Lei n° 55/66 que criou o Conselho Nacional de Turismo (CNTur) e a Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR), houve uma efervescência nos debates. Nesse momento, o turismo passa a ser visto como “indústria” responsável pela geração de divisas econômicas e beneficiado com incentivos fiscais

³⁷ Utiliza-se a palavra política no sentido de “tomada de decisões”.

³⁸ *Zoon politikon* conceito trabalhado nas obras aristotélicas.

³⁹ Essa visão é vista, principalmente, nas comunidades onde as agências de viagem assumem o controle da gestão da atividade turística e as populações compartilham a ideia de que a gestão deve ser realizada apenas pelos setores privados.

destinados ao setor industrial como o Decreto-Lei n° 1.191/71 e 1.376/74 que criaram fundos de investimentos específicos (ARAÚJO,2012)⁴⁰.

Desde a criação do primeiro documento normativo, houve o fortalecimento paulatino das discussões, porém inicialmente fragmentadas ao enfocarem o viés econômico da atividade. O notável crescimento do turismo no Brasil deve-se ao incremento da EMBRATUR que dinamizou as atividades no setor, adotando posturas diversificadas e algumas vezes contestadas ao longo de sua história.

Entre os direcionamentos que despertaram o interesse do pesquisador na análise política, encontra-se a postura adotada em 1987 pelo governo federal que inseriu o discurso desenvolvimentista do “turismo ecológico” e redirecionou os olhares às áreas outrora relegadas pelo setor. Como o objetivo inicial era atrair investimentos do setor privado e consolidar a infraestrutura necessária ao fortalecimento da atividade, os impactos negativos dos empreendimentos foram verificados em diversos cenários. Segundo Araújo (2012), entre 1991 e 2002, o país começa a integrar diversos setores turísticos com a EMBRATUR ao fortalecer o discurso desenvolvimentista com a prática da educação ambiental e preservação cultural⁴¹.

Para a integralização do turismo houve a consolidação do Plano Nacional de Turismo (PlanTur), em 1992, a partir de sete programas específicos com destaque para: Programa de Polos Turísticos, Programa Turismo Interno e Programa Ecoturismo. Foram citados esses programas tendo em vista o objeto de análise da pesquisa. O primeiro caracterizou-se pela consolidação de projetos dos polos turísticos reconhecidos no Brasil, sendo balizador na elaboração dos programas estaduais. Por sua vez, o Programa Turismo Interno destinou-se ao fortalecimento do turismo convencional no país ao estimular o fluxo turístico interestadual.

Por sua vez, o Programa Ecoturismo buscou atender a um seguimento emergente que se contrapõe ao turismo convencional na medida em que presa pelo fortalecimento de uma atividade capaz de minimizar os impactos dos fluxos turísticos com a Educação Ambiental (EA). Esse programa surgiu a partir dos inúmeros debates sobre as consequências do turismo convencional nos ambientes naturais.

Com a Lei n. 8181/91 e o Decreto n. 448/92 houve de fato a restituição da Política Nacional do Turismo, diante da crise vivenciada pelo país na década de 1990. O Estado buscou fortalecer o turismo receptivo com o Programa de Desenvolvimento do Turismo no

⁴⁰ A instituição da Política Nacional do Turismo foi o marco balizador para o desenvolvimento da atividade a partir de 1966.

⁴¹ Desenvolvimento das regiões turísticas ou desenvolvimento regional.

Nordeste (PRODETUR/NE) que destinou recursos na ordem de um bilhão de reais aos estados contemplados na primeira fase, entre eles o Maranhão com duas cidades: São Luís e Alcântara (ARAÚJO, 2012).

Os recursos da primeira fase do PRODETUR/NE não dinamizaram as atividades no Maranhão como ocorreu nos estados do Ceará e Rio Grande do Norte. Entre os fatores que contribuíram para essa dicotomia, encontra-se a má gestão dos investimentos no Estado. Outras políticas que objetivaram o crescimento da atividade turística no Brasil foram fortalecidas com a criação do Ministério do Turismo (MTur), em 2003, que inseriu diretrizes para o turismo comunitário.

As transformações supracitadas representam um recorte dos setores que o fenômeno turístico atinge e os reflexos das discussões que se efetivam com políticas públicas direcionadas. No quadro 2, encontra-se a síntese das principais transformações intensificadas pelo turismo, elaborada com base nas propostas de Smith (1989) e Wood e House (1991).

No turismo convencional esses impactos são potencializados gerando dicotomias socioespaciais visíveis. Nesse sentido, faz-se necessária a compreensão dos segmentos alternativos que objetivam minimizar os impactos, valorizando e redescobrimdo novas áreas.

Quadro 2- Setores e aspectos positivos e negativos intensificados pelo turismo

SETORES	ASPECTOS POSITIVOS	ASPECTOS NEGATIVOS
ECONÔMICO	Circulação de capital Melhoria da infraestrutura Crescimento econômico Atração de investidores	Aumento de divisas Crescimento da violência Elevação do custo de vida Especulação imobiliária
SOCIOCULTURAL	Valorização da cultura autóctone Apreciação do patrimônio Novas relações sociais	Transformações culturais Cultura do consumo Choque cultural
AMBIENTAL	Busca pela conservação ambiental Crescimento da infraestrutura turística Tentativas de minimizar os impactos	Degradação ambiental Gastos elevados com a manutenção dos atrativos Impactos irreversíveis
POLÍTICO	Criação de legislações específicas Ação política da comunidade Legislações protetivas	Desinteresse político Formação de currais eleitorais Tentativas de revogar as legislações protetivas

Fonte: Elaborado pelo autor.

2.2 Os segmentos turísticos alternativos

Os seguimentos turísticos alternativos são aqueles que se contrapõem ao turismo convencional, não pelo *marketing* empregado, mas pelas práticas diferenciadas. Afinal, alguns empreendimentos que carregam os “discursos ecoturísticos”, por exemplo, escamoteiam práticas segregacionistas que não se relacionam à sensibilização ou conscientização ambiental definida como condição *sine qua non*.

As análises das segmentações turísticas permitem a elaboração das estratégias de planejamento capazes de otimizar as atividades. No Brasil, o MTur define segmentação, como:

[...]forma de organizar o turismo para fins de planejamento, gestão e mercado. Os segmentos turísticos podem ser estabelecidos a partir dos elementos de identidade da oferta e também das características e variáveis da demanda[...] Segmento, do ponto de vista da demanda, é um grupo de clientes atuais e potenciais que compartilham as mesmas características, necessidades, comportamento de compra ou padrões de consumo[...] Os produtos e roteiros turísticos, de modo geral, são definidos com base na oferta (em relação à demanda), de modo a caracterizar segmentos ou tipos de turismo específicos. Assim, as características dos segmentos da oferta é que determinam a imagem do roteiro, ou seja, a sua identidade, e embasam a estruturação de produtos, sempre em função da demanda. Esta identidade, no entanto, não significa que o produto só pode apresentar e oferecer atividades relacionadas a apenas um segmento - de oferta ou de demanda (BRASIL, 2006, p.03).

Brasil (2006) na obra “Segmentação do Turismo: Marcos Conceituais” faz uma análise das segmentações com base em critérios como: oferta e demanda turística, ou seja, considera as motivações que levam os turistas a deslocarem-se e as estruturas presentes nos locais de destino, com base na conceituação de turista definida na Lei N° 11.771, de 17 de setembro de 2008. Nessa publicação são definidos os seguintes segmentos: turismo social, ecoturismo, turismo cultural, turismo de estudo e intercâmbios, turismo de pesca, turismo náutico, turismo de aventura, turismo sol e praia, turismo de negócio e eventos, turismo rural e turismo de saúde.

Apesar das segmentações turísticas serem distintas mundialmente, alguns pontos são coincidentes, como: foco na conservação dos recursos naturais e culturais; além das tentativas de minimizar os impactos da atividade turística que se encontram presentes em quase todas as definições⁴². A Secretaria de Turismo do México (2004), por exemplo, define turismo alternativo como aquele que atende aos anseios dos viajantes que tem por finalidade

⁴² Turismo alternativo ou segmentação turística.

atividades recreativas a partir do contato direto com a natureza e as manifestações culturais, assumindo o compromisso de contribuir para a conservação dos recursos.

As viagens que têm como finalidade realizar atividades lúdicas em contato direto com a natureza e as expressões culturais que o cercam com uma atitude e compromisso de conhecer, respeitar, desfrutar e participar na conservação dos recursos naturais e culturais (SECRETARIA DE TURISMO DO MÉXICO, 2004, pág. 23).

Sarlet e Manço (2008) advogam que na França não existe um consenso nas definições de segmentação turística, mas estas são coincidentes ao afirmarem que o turismo alternativo surgiu como forma de alertar para a necessidade de minimizar os impactos do turismo convencional e valorizar os recursos naturais e culturais das populações locais.

[...]Não existe uma definição oficial dos diferentes termos relacionados às atividades alternativas de turismo [...] Assim, o turismo responsável refere-se ao turismo cujas fundações são o envolvimento das populações locais nas diferentes fases do projeto de turismo, o respeito pela pessoa, culturas e natureza e distribuição equitativa dos recursos gerados[...] (SARLET, MANÇO, 2008, p. 05-06).

A preocupação em alertar para os impactos negativos do turismo também é identificada em pesquisas norte-americanas e canadenses. Os autores Okech, Haghiri e George (2012) ao analisarem o turismo rural (segmento alternativo) em Luanda-Kenya reforçam a necessidade da utilização de estratégias que diminuam os impactos da atividade turística e possibilitem o desenvolvimento das potencialidades endógenas, ao afirmarem que: “As estratégias de turismo devem, portanto, concentrar-se na minimização dos impactos negativos, bem como na exploração dos benefícios potenciais” (OKECH; HAGHIRI; GEORGE, 2012, p. 42).

As exemplificações mencionadas possibilitam compreender as discussões sobre as segmentações turísticas em âmbito mundial e permitem concluir que nos diferentes cenários as preocupações são as mesmas, afinal o turismo enquanto fenômeno socioespacial provoca alterações direta ou indiretamente em diferentes países.

Não se discutirá todos os seguimentos turísticos, afinal é uma tarefa difícil de ser concluída devido às particularidades presentes, mas se direcionará os olhares para as transversalidades que permitem a proposição do Turismo de Base Comunitária (TBC) como forma de otimizar as atividades e contribuir para o desenvolvimento socioeconômico⁴³.

⁴³ A utilização do termo desenvolvimento também é discutida, principalmente, pelos pesquisadores mais céticos.

No Brasil, o MTur ao elencar as segmentações tenta favorecer a inclusão de todos os agentes envolvidos (turistas, prestadores de serviço e comunidades). Nessa perspectiva é fundamental perceber as aspirações dos atores sociais envolvidos.

A partir dessa concepção, é importante entender que, sob a ótica do turista, o interesse social concentra-se no turista em si, como sujeito pertencente a determinados grupos de consumidores com renda insuficiente para usufruir da experiência turística, ou a grupos que, por motivos diversos, têm suas possibilidades de lazer limitadas[...]Pela ótica do prestador de serviços turísticos o foco está nos pequenos e micro empreendedores e nos trabalhadores que têm a possibilidade de inclusão social viabilizada pelas oportunidades advindas da atividade turística[...]Pela ótica dos grupos e comunidades de interesse turístico, a ênfase está nas condições sociais e culturais de um determinado grupo ou comunidade que integra o ativo turístico local. A conservação do patrimônio cultural, natural e social da população local é um dos temas desenvolvidos sob esta abordagem (BRASIL, 2006, p. 05-06)

Entre os segmentos alternativos que visam a conservação do patrimônio encontra-se o Ecoturismo, todavia é um dos mais utilizados para escamotear empreendimentos geradores de grandes impactos. No Maranhão, por exemplo, o Complexo Turístico de Pedra Caída localizado no município de Carolina ao Sul do Estado, utiliza o *slogan* ecoturístico, mas adota práticas contrárias que não favorecem o bem-estar das populações locais. Segundo o MTur, o ecoturismo para se efetivar deve fazer “utilização sustentável do patrimônio natural e cultural, incentivo à conservação do patrimônio natural e cultural, busca de uma consciência ambientalista pela interpretação ambiental e promoção do bem-estar das populações” (BRASIL, 2006, p. 10-11).

A conservação ambiental é o ponto de partida para o desenvolvimento das práticas alternativas de turismo. Segundo a Lei nº 9.985 de 18 de julho de 2000, a conservação deve possibilitar a recuperação dos ambientes naturais e otimizar os recursos para que sejam utilizados por diferentes gerações.

[...] o manejo do uso humano da natureza, compreendendo a preservação, a manutenção, a utilização sustentável, a restauração e a recuperação do ambiente natural, para que possa produzir o maior benefício, em bases sustentáveis, às atuais gerações, mantendo seu potencial de satisfazer às necessidades e aspirações das gerações futuras, e garantindo a sobrevivência dos seres vivos em geral[...] (BRASIL, 2000, p. 01).

As práticas de Educação Ambiental são fundamentais para se atingir a conservação dos ambientes naturais e culturais, por esse motivo devem perpassar todos os segmentos turísticos, afinal os turistas devem ser sensibilizados a ponto de realizarem mudanças posturais necessárias às relações com as comunidades. O turista é capaz de perceber as comunidades locais e contribuir, com sua prática, à conservação das peculiaridades.

Para Zacchi (2002), os turistas que buscam os segmentos alternativos podem ser denominados de “novos turistas”, pois tentam vivenciar os costumes das comunidades locais, valorizar os conhecimentos das populações tradicionais e contribuir para o desenvolvimento endógeno. Os turistas que buscam atrativos milimetricamente planejados, comodidade, exclusividade, em geral, não valorizam as culturas tradicionais, consideram-se superiores às populações locais e conseqüentemente não contribuem para conservação dos espaços visitados.

Turistas Tradicionais: procura a imitação artificial cuja experiência lhe propicie o fantástico e o sonho para satisfação de todas as suas necessidades e onde a semelhança opõe-se a identidade. Padronizam a população como seres primitivos e atrasados. Invariavelmente permanecem em complexos e resorts, verdadeiros guetos turísticos na visão de Krippendorff (1989), percebendo tudo do “alto para baixo”.

Novo Turista: procura a autenticidade da destinação, busca principalmente os ecossistemas mais tradicionais da comunidade autóctone. Visitam os ícones turísticos do local, mas fundamentalmente escolhem ambientes onde os guias não levam, atribuindo-lhes valores excepcionais. Procuram sair do comum e buscam vivenciar as práticas locais. (ZACCHI, 2002, p. 103).

A divisão entre turistas tradicionais e novos turistas, elencada por Zacchi (2002) chama atenção à necessidade de identificar os perfis dos visitantes, pois se o perfil identificado for considerado tradicional, deve-se elaborar estratégias de EA que possibilitem as mudanças posturais. Silva (2012) alerta para o tipo de educação que se pretende estimular com a prática do turismo alternativo, tendo em vista o objetivo que pode ser conservador ou transformador. A primeira, reproduz o sistema segregacionista presente no turismo convencional, ao passo que a transformadora busca modificar as estruturas e contribuir para constantes análises das práticas turísticas adotadas.

Nas áreas rurais, com atrativos turísticos, verifica-se a convergência do turismo social, rural, ecoturismo, sol e praia, de aventura e cultural. Essas segmentações atendem públicos com perfis distintos, mas para serem consideradas alternativas ao turismo convencional (gerador de grandes impactos socioambientais) devem possuir práticas que permitam a valorização das comunidades visitadas e a diminuição dos conflitos gerados pelos fluxos constantes.

Os territórios rurais são considerados mais frágeis ao turismo, pois concentram populacionais tradicionais (quilombolas, indígenas, castanheiros, quebradeiras de coco, ribeirinhos e outros) que ao entrarem em contato com fluxos turísticos constantes podem perder suas peculiaridades. Esse fator deve ser levado em consideração na gestão turística nessas áreas para que se atinja o verdadeiro desenvolvimento.

O desenvolvimento deve ser encarado como um processo complexo de mudanças e transformações de ordem econômica, política e, principalmente, humana e social. Desenvolvimento nada mais é que o crescimento – incrementos positivos no produto e na renda – transformado para satisfazer as mais diversificadas necessidades do ser humano, tais como: saúde, educação, habitação, transporte, alimentação, lazer, dentre outras (OLIVEIRA, 2002, p.40).

Os hábitos das populações locais ou culturas autóctones são desconsiderados quando o espaço rural é visto apenas como concentrador das atividades primárias. Os segmentos turísticos alternativos ao se inserirem nesses espaços modificam essa concepção, valorizando-as. Para Mattei (2004, p. 198), “as atividades turísticas que estão sendo desenvolvidas no meio rural visam, sobretudo, à geração de empregos, o incremento na renda e à própria valorização do meio rural”.

A valorização perpassa pela ruralidade que para Locatel (2004, p. 14), “pode ser entendida a partir do ponto de vista funcional, sob o qual os territórios rurais se qualificam como espaços que coexistem e se integram funções econômicas, ambientais e socioculturais”. Ressalta-se que o planejamento da atividade turística precisa contemplar as características dos espaços rurais, sendo que os turistas devem ser sensibilizados para um turismo diferenciado onde a cultura autóctone torna-se tão importante quanto a paisagem.

No Turismo de Base Comunitária os segmentos turísticos supracitados são convergentes, possibilitando a geração de renda à comunidade. Nesse cenário, o desenvolvimento endógeno é identificado em diferentes práticas que serão mencionadas no item seguinte.

3. TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA -TBC: experiências e desafios

Neste item realiza-se uma análise do desenvolvimento do turismo comunitário no Brasil com destaque às experiências ao longo do território. Essa reflexão possui como suporte discussões sobre: comunidade, solidariedade, capital social e economia solidária, embasada em autores como: Tönnies (1973), Wellman e Berkowitz (1988), Baumann (2003), Perez e Carillo (2000), Palácios (2001) e Beni (2006). Finda-se o item analisando as práticas exitosas do TBC e as redes de solidariedade formadas no Brasil.

Antes de serem iniciadas as discussões sobre o turismo comunitário, ressalta-se que não existe uma definição capaz de agregar todas as características dessa metodologia de trabalho ou proposta de turismo, mas, em geral, as conceituações são coincidentes ao destacarem a importância do turismo comunitário como forma de valorizar os ambientes naturais e culturais, favorecer o desenvolvimento econômico das comunidades e estimular a participação política (tomada de decisões) dos agentes locais na gestão da atividade turística. Essas características colocam o turismo comunitário como uma metodologia de trabalho capaz de agregar diferentes segmentos turísticos que versam pela conservação dos ambientes naturais e valorização das culturas locais, todavia para se consolidar depende do interesse das comunidades⁴⁴.

3.1 Conceituações

Para se compreender o turismo comunitário é fundamental a elucidação da palavra “comunidade”. As discussões sobre o termo são identificadas nas contribuições de: Parson (1969), Weber (1973), Buber (1987), Baumann (2003), entre outros. Segundo Baumann (2003), as comunidades formam-se a partir dos compartilhamentos fraternos que são capazes de minimizar as individualidades em prol do bem-estar comum, sendo

[...] tecida de compromissos de longo prazo, de direitos inalienáveis e obrigações inabaláveis [...] E os compromissos que tornariam ética a comunidade seriam do tipo do ‘compartilhamento fraterno’, reafirmando o direito de todos a um seguro comunitário contra os erros e desventuras que são os riscos inseparáveis da vida individual (BAUMANN, 2003, p. 57).

Nas comunidades tradicionais, onde os laços sociais são superiores aos anseios individuais, verifica-se uma solidariedade do tipo mecânica que, para Durkheim (1972),

⁴⁴ O Turismo de Base Comunitária (TBC) é visto nas publicações, em geral, como uma proposta de turismo alternativo. Para o Ministério do Turismo (2008), o TBC é considerado um modelo de desenvolvimento turístico. Nessa dissertação, defende-se o turismo comunitário como segmento ou metodologia agregadora dos diferentes segmentos alternativos.

diferencia as comunidades primitivas das pós-industriais. Diante dessa perspectiva, as comunidades primitivas não estariam inseridas na lógica de competitividade e individualismo reinante nas sociedades modernas onde se encontra uma solidariedade do tipo orgânica⁴⁵.

Wellman e Berkowitz (1988) fazem uma ressalva quando afirmam que a maioria das comunidades antes da Revolução Industrial eram menos solidárias do que se projetava, ou seja, a solidariedade mecânica não se encontra presente exclusivamente nas comunidades pré-industriais, podendo ser compreendida a partir dos fatores de formação. Para Tönnies (1973) as comunidades podem se formar a partir dos laços de parentesco, vizinhança ou amizade. Em geral, nas zonas rurais, as comunidades se desenvolvem pelos diferentes graus de parentesco e/ou de amizade, enquanto nas áreas urbanas estruturam-se, principalmente, pela aproximação física ou vizinhança. Ao se analisar as comunidades deve-se compreender essas características de formação, pois permitem visualizar as relações sociais e as fragilidades existentes.

A visão totalizante das comunidades é discutida na obra “Sobre Comunidade” de Buber (1987) onde são demonstrados os “estágios evolutivos” das diferentes comunidades que inicialmente eram formadas pelos graus de parentesco e posteriormente pelos laços de escolha ou interesses que unem os indivíduos. Segundo Palácios (2001), o sentimento de pertencimento é responsável por manter os indivíduos em grupos, sendo mantidos mesmo à distância, como nas comunidades virtuais.

As comunidades ao se apropriarem dos territórios, são capazes de gerenciá-los e transformá-los em prol do bem-estar comum. O gerenciamento ocorre com as decisões tomadas em assembleias que são soberanas e representam o anseio da maioria. Esse processo de mobilização empodera as comunidades que passam a cobrar investimentos dos gestores públicos em áreas como: educação, saúde e moradia.

O interesse das comunidades pelo gerenciamento da atividade turística pode favorecer o desenvolvimento endógeno, mas, caso não haja, abre-se espaço para que grupos de empresários coloquem as comunidades à margem do processo de desenvolvimento gerado pelo turismo. Para Sato (2001), a palavra desenvolvimento deve ser substituída por envolvimento, pois os esforços para se alcançar melhorias nos índices socioeconômicos devem ser de todos os agentes sociais envolvidos, com parcerias constantes entre gestores e comunidades.

⁴⁵ As definições dos tipos solidariedade podem ser vistas na tese de Durkheim na obra: *Da Divisão do Trabalho Social* publicada em 1893.

O principal desafio das comunidades que convivem com o fenômeno turístico é aproveitar o fluxo de visitantes para a realização de mudanças no território capazes de atender a demanda, gerar recursos aos habitantes locais e contribuir à conservação do ambiente.

Na visão de Perez e Carillo (2000), o turismo comunitário possibilita o desenvolvimento local com o crescimento econômico das comunidades, tendo como objetivo principal contribuir para o bem-estar das populações e melhoria da qualidade de vida. Diante disso, o desenvolvimento local é caracterizado pelos autores como:

[...] processo reativador da economia e dinamizador da sociedade local que mediante o aproveitamento dos recursos endógenos que existem em uma determinada zona ou espaço físico é capaz de estimular e fomentar o seu crescimento econômico, criar emprego, renda e riqueza e, sobretudo, melhorar a qualidade de vida e o bem-estar da comunidade local (PEREZ; CARRILLO, 2000, p. 48).

Para Max-Neef (1993), as discussões que envolvem comunidades devem ser analisadas na perspectiva do desenvolvimento na escala humana, pois permite compreender o cenário de crise e as perspectivas dos setores populares.

[...] vivemos e trabalhamos uma história que desconhece as peculiaridades. Observamos rotineiramente as graves desarticulações entre as atuações das cúpulas políticas e as aspirações e impulsos que se desencadeiam nos setores populares. Buscamos justificações para as nossas ações [...] sem destacar a importância dos homens e mulheres que compartilham seus materiais para sobreviver [...] a população é gerenciada por aqueles que desconhecem a realidade (MAX-NEEF, 1993, p. 34).

Diante das conceituações supracitadas questionou-se: será que toda forma de turismo que se consolida nas comunidades pode ser chamada de base comunitária? Segundo Irving (2002), o turismo comunitário caracteriza-se pelas seguintes premissas: base local de iniciativa e desenvolvimento; participação dos habitantes locais na implementação, planejamento e monitoramento da atividade turística; escala limitada e impactos socioambientais controlados; geração de benefícios as comunidades receptoras dos fluxos turísticos; afirmação cultural e interculturalidade a partir do contato entre visitantes e comunidades e; o encontro como condição essencial⁴⁶.

⁴⁶ As premissas do turismo comunitário foram adaptadas de IRVING, M. A. Reinventando a reflexão sobre turismo de base comunitária - inovar é possível? In: BARTHOLO, R.; SANZOLO, D.G.; BURSZTYN, I. (Orgs.). Turismo de base comunitária: Diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009. p. 108-119.

a) Base local de iniciativa e desenvolvimento

Apesar dos fluxos turísticos serem exteriores às comunidades e indutores do turismo, é indispensável o interesse destas na atividade turística para se atingir o desenvolvimento real. O interesse das populações locais indica o sentimento de pertencimento ao processo de construção do território turístico, permitindo o gerenciamento da atividade com base nas inter-relações com os visitantes e na conservação dos ambientes naturais.

Para que a comunidade gerencie a atividade turística em seus territórios de forma efetiva deve munir-se dos saberes endógenos (IRVING, 2002). Ao conhecer suas características, limitações e potencialidades, as comunidades podem contribuir para mudanças posturais dos visitantes.

b) Participação dos habitantes locais na implementação, planejamento e monitoramento

A consolidação e manutenção dos projetos de turismo comunitário dependem de um planejamento constante dos agentes sociais envolvidos, principalmente das comunidades receptoras dos fluxos turísticos, pois convivem diretamente com os impactos da atividade e não dispõem de alternativas capazes de minimizá-los.

O planejamento turístico torna-se ainda mais efetivo quando há participação das instituições sociais, como as universidades, que fornecem às comunidades informações essenciais sobre as fragilidades do território turístico, afim de avaliar se a atividade é compensatória.

Segundo Beni (2006), o planejamento endógeno é indispensável pois considera o bem-estar das populações locais e as peculiaridades territoriais.

[...] visa atender às necessidades e demanda da população local por meio da participação ativa da comunidade envolvida. Mais do que obter ganhos em relação à posição do sistema produtivo local na divisão nacional ou internacional do trabalho, o objetivo é buscar o bem-estar econômico, social e cultural da comunidade local, o que leva à diferentes caminhos de desenvolvimento, conforme as características e capacidades de cada economia e sociedades locais. (BENI,2006, p. 36)

A sensibilização das comunidades com a educação ambiental é necessária à conservação dos ambientes naturais apropriados pelo turismo, sendo os pesquisadores indispensáveis à formação de cidadãos conscientes dos impactos dessa atividade.

c) Escala limitada e impactos socioambientais controlados

A atividade turística é geradora de impactos: sociais, econômicos e ambientais. Os segmentos turísticos podem minimizá-los ou maximizá-los dependendo da forma como ocorrem e das fragilidades dos territórios. No turismo comunitário onde as comunidades planejam a atividade, os impactos são menores e em escala localizada, ao ser comparada ao turismo convencional onde as transformações são, em geral, irreversíveis e de grandes proporções.

No TBC a qualidade socioambiental é de extrema importância para o sucesso da atividade, afinal os ambientes naturais são os principais atrativos e a forma como são gerenciados diferenciam projetos de sucesso daqueles que não conseguem se manter por muito tempo devido ao esgotamento do território turístico.

d) Geração de benefícios às comunidades receptoras dos fluxos turísticos

Combater a concentração de renda advinda da atividade turística torna-se um dos principais desafios do TBC, afinal nos diferentes segmentos turísticos as comunidades receptoras dos fluxos são excluídas do crescimento econômico e convivem apenas com os impactos negativos da atividade.

Para que se diminuam os riscos de concentração de renda por pequenos grupos envolvidos com o turismo, e que as comunidades sejam contempladas em sua totalidade é de suma importância a transparência em relação à destinação dos recursos financeiros gerados. Assim “mais do que o discurso, iniciativas de base comunitária têm que assegurar dispositivos e mecanismos para que os recursos advindos do turismo sejam reaplicados em projetos de melhoria de qualidade de vida, a partir das demandas locais e de alcance coletivo” (IRVING, 2002, p.116).

e) Afirmção cultural e interculturalidade a partir do contato entre visitantes e comunidades

As manifestações culturais das comunidades podem ser vistas pelos turistas como algo a ser admirado e valorizado, afinal representam costumes que se diferem nas sociedades modernas, podendo haver uma valorização cultural que contribui para reafirmação das identidades. Com a interculturalidade ocorre um choque de crenças e valores que modifica as posturas, principalmente, das comunidades receptoras dos fluxos turísticos, podendo traduzir-se em mudanças culturais.

Para que a interculturalidade não seja prejudicial às comunidades, estas devem ser capazes de reafirmar seus hábitos culturais e enxergarem a cultura como patrimônio indispensável.

f) O encontro como condição essencial

As interações entre turistas e comunidades necessitam ocorrer de forma respeitosa, em que os agentes sociais envolvidos possam compartilhar experiências, sendo concomitantemente sujeitos, agentes e objetos no processo (IRVING, 2009). Essas relações possibilitam a criação de laços sociais afetivos que reafirmam o sentimento de pertencimento das comunidades. Nesse processo é de fundamental importância compreender o perfil dos visitantes, pois o turista tradicional ao se considerar protagonista dificulta as trocas culturais, ao ser visto pelas comunidades como “superior”. A hierarquização cultural não deve existir, afinal as relações ocorrem horizontalmente onde visitantes e comunidades se enriquecem.

O “novo turista” que busca pelas comunidades autóctones, vivencia as práticas locais, respeita as fragilidades ambientais e tenta conservar os ambientes naturais. Esse é o perfil indispensável à efetivação dos projetos de turismo comunitário. A mudança postural do turista tradicional depende da sensibilização ambiental fornecida pelas comunidades que devem alertar os visitantes para os impactos e os benefícios gerados pelo fluxo turístico, tentando despertar a consciência ambiental. As premissas propostas por Irving (2002) norteiam as análises sobre o turismo comunitário no Brasil e auxiliam os pesquisadores na busca de metodologias capazes de monitorar as experiências.

Para se alcançar o desenvolvimento local é essencial perceber as peculiaridades e conflitos presentes nos territórios, afinal as experiências fornecem subsídios às novas práticas, porém não são como manuais engessados como alerta Fabrino (2013).

O desenvolvimento local não é um receituário de medidas prontas e padronizadas aplicável em qualquer realidade, mas uma estratégia de ação compatível com os princípios e os pressupostos ecológicos e humanistas. Sua efetivação decorre do amadurecimento de uma outra “cultura de desenvolvimento”, pautada na elevação do estado de bem-estar humano em todas as suas dimensões[...] (FABRINO, 2013, p.30).

As comunidades quando encaram o turismo como uma proposta de desenvolvimento capaz de estimular diferentes setores sociais formam as redes necessárias à gestão do território turístico e abrem-se novas possibilidades com o capital social. Pattussi *et all* (2006), definem o capital social como um processo de empoderamento da cidadania na busca de objetivos comuns, sendo considerado a soma de esforços e conhecimentos mútuos indispensáveis a

formação das redes de cooperação, onde as comunidades compartilham sentimentos de pertencimento, confiança e reciprocidade.

O TBC ocupa as lacunas deixadas pelo turismo convencional, surgindo da resistência das comunidades que são inseridas na lógica capitalista, porém de forma solidária, como afirma Coriolano (2006).

[...]o modelo de turismo adotado pelos grandes empreendedores e governos neoliberais, objetiva acumular lucros e divisas, por isto não cumpriu, e provavelmente não cumprirá as promessas de gerar emprego e distribuir renda para todos. Estas ideias vão ficando nos discursos, não chegam às políticas. Mas, contraditoriamente, as atividades turísticas deixam lacunas não ocupadas pelo grande capital, que passam a ser oportunidades para aqueles excluídos desta concentração, criando-se assim um turismo alternativo, solidário e comunitário. Trata-se de serviços turísticos realizados por pequenos empreendedores, pequenos núcleos receptores, comunidades que descobrem no turismo oportunidades de trabalho e formas de inclusão no mercado do turismo, sendo estas atividades estratégias de sobrevivência[...] (CORIOLANO, 2006, p. 01).

A autora afirma ainda que o TBC pode ser utilizado como estratégia de sobrevivência, afinal nas zonas rurais dos municípios brasileiros têm-se uma população desassistida e carente de recursos financeiros que identifica no turismo um importante aliado a geração de renda.

As áreas com potencialidades turísticas despertam o interesse de grupos de empresários que pressionam as comunidades a retirarem-se de seus territórios para que sejam construídos os complexos turísticos milimetricamente planejados. Os grupos criam estratégias que buscam enfraquecer o sentimento de pertencimento das comunidades tentando convencer os habitantes a venderem suas propriedades. Nas comunidades onde o sentimento de pertencimento encontra-se fragilizado e não se observa um horizonte favorável à geração de renda, a tarefa dos empresários é ainda mais fácil, por isso é de suma importância o esforço mútuo entre comunidades, universidades e gestores públicos na busca pela reafirmação das identidades territoriais.

Nos territórios acontecem as relações socioeconômicas e culturais onde as comunidades encontram suas referências que se perpetuam por gerações, formando as diferentes identidades. Segundo Carvalho e Guzmán (2011), a formação das identidades ocorre de forma dinâmica e mutável a partir de um processo histórico-cultural resultante das relações sociais.

[...]a identidade é entendida de maneira dinâmica e mutável, transitando em diferentes sistemas culturais, sem limites ou nuances definidos. Nesse sentido, os territórios se configuram como um produto que reflete a sociedade e como um processo, uma vez que os valores e significados da paisagem natural e urbana

mudam constantemente durante os processos históricos e culturais [...] (CARVALHO e GUZMÁN, 2011, p. 443)

Nas análises territoriais do fenômeno turístico observa-se a convergência de categorias geográficas como: lugar, paisagem, espaço e região. Segundo Raffestin (1993), a compreensão do território perpassa pelo conhecimento do espaço, pois nele acontecem as relações de poder que o define.

É essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator "territorializa" o espaço (RAFFESTIN, 1993, p. 50)

Para Santos (1978) há uma distinção entre território e espaço, pois apesar dos espaços formarem os territórios, o emprego das técnicas e as relações de trabalho irão diferenciá-los. Andrade (1995) explica que o espaço possui sentido mais abrangente que ultrapassa as fronteiras do território e atingem áreas não territorializadas. Os espaços considerados não territorializados são aqueles em que as populações não possuem laços afetivos ou de identidade, onde as transformações espaciais não interferem diretamente nos modos de apropriação das sociedades, ou seja, são espaços cujas as relações de poder não se consolidaram.

Em outra perspectiva, o lugar enquanto categoria geográfica também é visto nas conceituações de território como em Holzer (1997) que define o território como um conjunto de lugares hierarquizados e interconectados. As inúmeras definições sobre territórios, territorialidades, reterritorialização e multiterritorialidades, por exemplo, utilizam diferentes categorias geográficas, portanto, “o território parece ser mais que um conceito-chave da Geografia. Na realidade, o território é, por assim dizer, um metaconceito da ciência geográfica” (BOLIGIAN, 2003, p. 236). Ao adotar o conceito de território como norteador das análises foram compreendidas as transformações espaciais intensificadas pelo turismo a partir das inter-relações entre os agentes sociais (visitantes e comunidades).

O TBC envolve diferentes categorias geográficas, conceitos sociológicos e análises ambientais, pois as inter-relações ocorrem em espaços naturais metamorfizados cujas fragilidades precisam ser pontuadas para que a atividade turística não seja considerada predatória.

A geração de renda a partir do turismo atrai os olhares das comunidades para atividade, porém se o cenário de competitividade “intracomunidade” for intenso corre-se o risco das práticas de conservação ambiental serem relegadas. Para que isso não ocorra as

comunidades devem ser sensibilizadas sobre a importância dos controles ambientais na atividade.

3.2. O desenvolvimento endógeno com a economia solidária

O desenvolvimento endógeno se consolida a partir do gerenciamento dos recursos locais pelas comunidades envolvidas. Nessa lógica, encontra-se a economia solidária que é realizada inconscientemente ou não no TBC, fundamental para o crescimento econômico das comunidades que sobrevivem, principalmente, das transferências públicas (programas assistencialistas), sendo considerada uma proposta contra hegemônica necessária à otimização do turismo comunitário (HARVEY, 2007).

Para Singer (2000) a economia solidária possui princípios definidos baseados em: propriedade coletiva, cooperativismo e autogestão, contraditória ao individualismo competitivo do capitalismo moderno. Esse caráter da economia solidária, chamada de cooperativismo revolucionário (SINGER,2000), fez com que seus idealizadores fossem denominados de pesquisadores utópicos por tentarem, a partir de um modelo de acumulação de capital econômico, romper com a lógica capitalista.

As primeiras tentativas de cooperativismo revolucionário são anteriores ao século XIX e surgiram como forma de resistência às contradições do capitalismo industrial que criaram as oportunidades necessárias ao seu desenvolvimento (NASCIMENTO, 2011). Historicamente, as discussões sobre esse modelo econômico baseado na autogestão foram intensificadas na escola de Cornell nos Estados Unidos da América (EUA) a partir das contribuições trazidas por Yaroslav Vaneck da Universidade de Harvard.

O cooperativismo revolucionário encontrava-se intrinsecamente ligado ao associativismo que considerava o termo “economia social” como mais adequado. Conforme Laville e Roustang (1999) a utilização do termo representou a tentativa de se manter o enfoque na inter-relação política, econômica e social, necessária à efetivação do modelo econômico.

Nos diferentes continentes foram surgindo adaptações à terminologia, tais como: economia popular, economia solidária, terceiro setor, entre outras. Entre as discussões mais acirradas, encontra-se economia solidária x economia social que ganhou notoriedade com o editorial da Revista RECMA publicado em janeiro de 2001.

O termo “economia solidária” foi colocado em contradição pela Revista RECMA que ao buscar a origem etimológica da palavra “solidária” encontrou o caráter de dependência

empregado ao conceito que seria uma espécie de contrato entre os indivíduos. Essa característica contrapõe-se ao caráter de associação voluntária e foi alvo das críticas ao editorial após a publicação. Não se entrará na polêmica que envolve os termos, mas nos princípios norteadores que são coincidentes⁴⁷.

Em ambos os cenários, a gestão é considerada o ponto que diferencia a economia solidária dos modelos apresentados pelo capitalismo industrial. No Brasil, Nascimento (2011) defende que nas economias solidárias a “autogestão” permite a reapropriação dos modos de produção pelos trabalhadores que foram marginalizados ao longo do tempo.

A autogestão é mais um “ideal” de democracia econômica e gestão coletiva que caracterizam um novo modo de produção. Contudo, este “ideal” se expressa em formas distintas nos diversos momentos da história, como possibilidades concretas de os trabalhadores constituírem sua utopia de uma sociedade igualitária e socialista. Isto significa uma radicalização da Economia Solidária, no sentido de os trabalhadores se reapropriarem daquilo que o capital lhes expropriou ao longo da história (NASCIMENTO, p. 92, 2011).

Alguns pesquisadores mais céticos ao visualizarem o termo “utopia” na definição de autogestão podem ter a ideia que o modelo proposto não se materializa, fica apenas nas abstrações dos trabalhadores, mas a partir das experiências relatadas em diferentes publicações, conclui-se que a utopia se encontra no fato de não se acreditar em um modelo econômico capaz de dirimir as desigualdades impostas pelo próprio sistema capitalista⁴⁸.

As comunidades ao se utilizarem da economia solidária podem minimizar os impactos do capitalismo industrial, com a conservação dos ambientes naturais e consolidação dos laços sociais que contribuem para a formação das comunidades politicamente organizadas que lutam pelo bem-estar coletivo.

Para Singer (2000), as regras do sistema capitalista, em alguns momentos, estimulam as atitudes cooperativas, porém a ideologia que embasa esse comportamento visa um cenário de competitividade onde o individualismo impera. As sociedades excluídas inicialmente do cenário de competição unem-se com o discurso da solidariedade para serem inseridas no mercado e posteriormente entrarem na disputa pelo capital financeiro, por isso é fundamental que se compreendam as lógicas que sustentam as economias.

⁴⁷ Utilizar-se-á o termo economia solidária pela abrangência e pelo fator que interliga seus praticantes, a solidariedade. Os debates apresentados possuem como norteadoras as contribuições de Noelle Marie Paule Lechat feitas no capítulo: *As raízes históricas da economia solidária e seu aparecimento no Brasil* publicado em Economia Solidária (Volume I), disponível em: http://base.socioeco.org/docs/raizes_histor.pdf.

⁴⁸ Parece contraditório se fazer uma crítica inicial aos pesquisadores marxistas e nesse momento se apoiar no discurso marxista das disparidades econômicas do capitalismo para defender a economia solidária. Esse posicionamento justifica-se por não se utilizar de um discurso radical, mas pela busca por soluções aos problemas sociais dentro do próprio sistema capitalista.

Ao considerar que o capitalismo se escamoteia em busca de novos horizontes, conclui-se que a economia solidária é mais uma vertente do sistema. Esse posicionamento é coerente se a visão sobre o capitalismo for reducionista, mas ao compreendê-lo como resultante das relações econômicas voltadas para o mercado, onde há uma separação entre as classes detentoras dos meios de produção e os trabalhadores (assalariados), além da mais-valia, conclui-se que a economia solidária surge das lacunas do grande capital. Não há na economia solidária uma divisão entre classes detentoras dos meios de produção e nem a presença da mais-valia como no capitalismo moderno⁴⁹.

Segundo Verano (2001), a economia solidária permite o desenvolvimento endógeno a partir das seguintes particularidades: base na propriedade social dos meios de produção, controle coletivo dos empreendimentos e organização social do processo produtivo. A autogestão não é capaz de caracterizar a economia solidária, mas a inter-relação com o cooperativismo e a propriedade coletiva permite caracterizá-la.

No processo produtivo das economias solidárias o cooperativismo é marcante, mas não se pode confundi-lo ao realizado no capitalismo industrial. No capitalismo industrial, os trabalhadores ao se unirem em cooperativas visam à reestruturação de empresas falidas e/ou inserção no mercado competitivo, por exemplo, sendo submetidos a mesma estrutura imposta pelo sistema (mais valia, concentração dos meios de produção, entre outras). Esse tipo de cooperativismo é visto, principalmente, nas crises do sistema onde a mão invisível (não intervenção do Estado) é substituída pelo controle coordenado.

O cooperativismo na economia solidária é visto a partir da propriedade coletiva, onde todos são detentores dos modos de produção e os resultados são compartilhados de forma equitativa. Nas literaturas são encontrados exemplos de cooperativas de sucesso aos moldes da economia solidária como a de Rochdale fundada em 1844, sendo seus associados concomitantemente proprietários e trabalhadores. Inúmeras iniciativas partiram desse modelo, porém com as metamorfoses do capital, surge um fenômeno denominado de *coopergato* que se caracteriza pela formação de cooperativas (visando o lucro) onde o trabalhador perde direitos trabalhistas e passa a ser ainda mais explorado (SINGER, 2000)⁵⁰.

No Brasil, as tentativas para a consolidação de cooperativas populares são incentivadas pela Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), porém ainda são concentradas no eixo Sudeste/Sul do país, sendo que na região Nordeste as iniciativas ainda

⁴⁹ A origem do sistema capitalista e os conceitos sobre mais valia podem ser analisados em diversas publicações de Karl Marx, como por exemplo: O Capital; crítica da economia política. Livro 3, v. 6. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

⁵⁰ O fenômeno do *coopergato* também é conhecido como cooperativas fraudulentas.

são tímidas. A formação das cooperativas, na economia solidária, ocorre a partir de uma associação voluntária onde os participantes são conscientes dos riscos

[...] através da formação de uma organização administrada e controlada democraticamente, realizando contribuições equitativas para o capital necessário e aceitando assumir de forma igualitária os riscos e benefícios do empreendimento no qual os sócios participam ativamente (RECH, 1995, p. 25).

Segundo Nascimento (2011), a economia solidária é formada pelo conjunto dos empreendimentos produtivos (inclusive as cooperativas) de iniciativa coletiva no campo ou na cidade que tem como característica central a quebra da estrutura exploratória imposta pelo capitalismo industrial. Apesar da economia solidária possuir características próprias e estruturar-se paralelamente aos empreendimentos capitalistas, ainda não é capaz de ameaçar o sistema.

No turismo comunitário a efetivação da economia solidária possibilita o desenvolvimento real e a diminuição das desigualdades sociais. A seguir serão analisadas algumas práticas de TBC no Brasil e as redes de cooperação que exemplificam os posicionamentos apresentados.

3.3 Experiências de TBC no Brasil

Ao analisar o TBC é de fundamental importância o conhecimento de algumas práticas desenvolvidas ao longo do território, pois a visão dos empreendimentos permite ao pesquisador avaliar e adaptar metodologias com o objetivo de contribuir para a consolidação de novas experiências, fundamentais na inclusão das comunidades na lógica da economia solidária.

As discussões sobre o turismo comunitário no Brasil eram consideradas de certa forma isoladas, pois não existiam muitas publicações com relatos das experiências exitosas até a primeira metade do século XX. Nesse período as publicações ficaram na penumbra das pesquisas sobre o turismo convencional, mas que aos poucos foi sendo percebido como intensificador dos impactos socioambientais.

Após as duas primeiras revoluções industriais e as grandes guerras mundiais, as sociedades começaram a perceber a importância de se repensar as práticas turísticas desenvolvidas. Foi nesse cenário que as pesquisas direcionadas aos segmentos turísticos alternativos ganharam corpo e espaço em diversas publicações.

Paulatinamente, as discussões sobre o TBC foram adquirindo importância na medida em que autores como: Barqueiro (1999), Singer (2000), Verano (2001), Irving (2002), Coriolano (2005), Seabra (2007), entre outros, contribuíram na consolidação dos conceitos utilizados no turismo comunitário e nas premissas sobre esse campo de pesquisa no Brasil.

As discussões ao final do século XX e as pressões exercidas por pesquisadores do TBC chamaram a atenção dos gestores públicos para o tema que saiu da periferia dos debates e adquiriu *status* de centralidade com o “Edital de Chamada Pública de Projetos nº 01/2008” lançado pelo MTur que financiou, exclusivamente, projetos de turismo comunitário (FABRINO,2013). O Edital criado em consonância com o Plano Nacional de Turismo (PNT) do quadriênio 2007-2010 tinha como objetivo estimular práticas de desenvolvimento do turismo direcionadas à distribuição de renda e diminuição das desigualdades sociais.

[...] o modelo de desenvolvimento proposto pelo governo contempla e harmoniza a força e o crescimento do mercado com a distribuição de renda e a redução das desigualdades, integrando soluções nos campos econômicos, social, político, cultural e ambiental. [...] o turismo pode ser uma importante ferramenta para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, particularmente com relação à erradicação da extrema pobreza e da fome, à garantia de sustentabilidade ambiental e ao estabelecimento de uma parceria mundial para o desenvolvimento (BRASIL, 2007, p.15).

Foram assim selecionados cinquenta projetos de turismo comunitário em dezenove unidades federativas, aproximadamente cem municípios, espalhados em todas as regiões brasileiras que receberam um investimento total de mais R\$ 3 milhões⁵¹. O MTur ao selecionar as propostas adotou como norteador o conceito de turismo comunitário de Maldonado (2009) que o define como

[...] toda forma de organização empresarial sustentada na propriedade e na autogestão sustentável dos recursos patrimoniais comunitários, de acordo com as práticas de cooperação e equidade no trabalho e na distribuição dos benefícios gerados pela prestação dos serviços turísticos. A característica distinta do turismo comunitário é sua dimensão humana e cultural, vale dizer antropológica, com objetivo de incentivar o diálogo entre iguais e encontros interculturais de qualidade com nossos visitantes, na perspectiva de conhecer e aprender com seus respectivos modos de vida (MALDONADO, 2009, p. 31).

Ao selecionar os projetos, o MTur contou com o apoio de uma equipe formada por técnicos e pesquisadores do turismo que ao final destacaram a dificuldade das comunidades em formalizá-los para os trâmites burocráticos necessários à transferência dos recursos federais. Essa dificuldade contribuiu para que 08 (oito) convênios fossem desclassificados

⁵¹ O investimento foi executado no âmbito do Departamento de Qualificação e Certificação e de Produção Associada ao Turismo (DCPAT) do MTur. Livro - Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras.

após a seleção inicial. Nas comunidades onde pesquisadores realizavam estudos sobre as experiências do TBC, por exemplo, os caminhos para formalização dos projetos pelas comunidades foram percorridos de forma direcionada e assistida, culminando com a seleção da maioria⁵². Apesar da heterogeneidade, os projetos selecionados contemplavam ações como: planejamento da atividade turística; qualificação da gestão; formação de redes; comercialização e/ou; promoção (BRASIL, 2010)⁵³.

Conforme o Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007 e a Portaria nº 127, de 29 de maio de 2008, os recursos financeiros transferidos pela união à consolidação de projetos devem ser monitorados para fins de controle. Nessa perspectiva, o MTur realizou o acompanhamento de alguns projetos de TBC, selecionados a partir do Edital, com visitas técnicas ou a participação da equipe em eventos. Entre os projetos encontram-se: Destinos referência em TBC(SC); Reviver Paquetá (RJ); Caiçaras, indígenas e quilombolas: construindo juntos o turismo cultural da região Costa Verde (RJ); Promoção do turismo social e cultural de base comunitária no Sertão do Cariri(CE);Fortalecimento da rede de produção comunitária para o turismo em Brumadinho (MG); Ecobase Ilhas Caieiras (ES);Turismo comunitário e solidário no Assaré de Patativa (CE); Projeto Vila Solidária (RJ);Turismo comunitário: Afirmando identidades e construindo sustentabilidade (CE); Projeto Bagagem (NACIONAL); ONG Morrinho (RJ) e; Deslocamentos: Ecoturismo de base comunitária no litoral norte do Paraná (PR) (BRASIL, 2010).

Além do acompanhamento do TBC realizado pelo MTur, pesquisas complementares a exemplo da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) publicada em julho de 2011, contribuiu na avaliação das práticas efetivas no Brasil. Em princípio, a UERJ fez contato com 36 (trinta e seis) projetos de TBC que haviam sido contemplados com o Edital MTur, sendo 26 (vinte e seis) analisados.

Na metodologia de pesquisa, fatores como: governança, acesso ao mercado e monitoramento foram considerados na avaliação, pois diversas literaturas apontam que as dificuldades para a manutenção de projetos de TBC encontram-se nessa tríade (UERJ,2011). De forma geral, os projetos foram bem avaliados na medida em que os investimentos possibilitaram a elaboração de produtos turísticos (principalmente artesanatos) e a divulgação

⁵² Foram submetidos mais de 500 projetos dos cerca de 100 esperados pelo MTur, o que contribuiu para a seleção de 50 dos 10 a 15 que seriam selecionados inicialmente.

⁵³No Maranhão, apenas o projeto Central de Turismo do Município de Santo Amaro do Maranhão foi contemplado com o Edital MTur nº01/2008, recebendo, em 01 de dezembro de 2009, o valor de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) para o investimento em TBC. Informações retiradas do Portal da Transparência do Governo Federal em 26/12/2016. Disponível em <http://transparencia.gov.br/convenios>. O TBC no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses é objeto de estudo da dissertação de mestrado da Gabriela Silva Noronha da Universidade Federal do Piauí.

de práticas outrora desconhecidas. O principal entrave verificado encontrava-se na gestão, pois o turismo ainda não é encarado pelas comunidades como uma atividade de mercado que necessita de parcerias com setores privados, infraestrutura de acesso e hospedagem, *marketing* nacional e internacional, inserção nas redes sociais, cursos de capacitação constantes e parcerias com instituições de pesquisa.

Segundo Phipps e Shapson (2009), as pesquisas são fundamentais nas ciências humanas, pois os resultados geram processos de mobilização de conhecimentos, onde sujeito e objetivo de pesquisa relacionam-se a partir da dialética.

Um conjunto de serviços que aumenta a conexão bidirecional entre pesquisadores e usuários de pesquisas de modo que pesquisa e evidência podem informar decisões sobre política pública e prática profissional. Mobilização de Conhecimento abrange métodos de transferência de saberes, de tradução e intercâmbio e estende-os para englobar a coprodução de conhecimento. Mobilizações de Conhecimento tornam pesquisas em ações. Mobilização de Conhecimento (o como) permite a inovação social (o quê) (PHIPPS; SHAPSON, 2009, p. 213).

A mudança postural das comunidades em relação à atividade turística não depende exclusivamente dos laços de solidariedade que os unem, mas das orientações fornecidas por pesquisadores do turismo e administradores que devem fornecer meios para que a gestão da atividade saia do amadorismo inicial, entrave na manutenção dos projetos. As redes de solidariedade, por exemplo, podem ser excelentes parceiras dos projetos ao contribuírem para que as práticas sejam analisadas por diferentes prismas.

Na América Latina, o turismo comunitário é analisado pela Rede de Turismo Comunitário da América Latina (REDTURS) que destaca os destinos comunitários nos seguintes países: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Peru e Venezuela.

No portal da REDTURS, são elencados 37 (trinta e sete) destinos comunitários do Brasil, sendo 01(um) localizado no Maranhão. Conforme a REDTURS (2016), os destinos comunitários no Brasil estão espacializados em 18 (dezoito) estados sendo que a região Nordeste concentra 41% dos projetos, seguida das regiões Norte (22%), Sudeste (19%), Sul (13%) e Centro Oeste (5%). Na região Nordeste, os estados do Ceará e Bahia possuem 73% dos projetos comunitários reconhecidos pela Rede (Tabela 2).⁵⁴

⁵⁴Informações sobre a REDTURS estão disponibilizadas no site: <http://www.redturs.org/>. Acesso em 27/12/2016 as 02h.

Tabela 2- Destinos comunitários no Brasil por estado conforme a REDTURS (adaptado)

DESTINOS COMUNITÁRIOS	UF	DESTINOS COMUNITÁRIOS	UF
Pousada Aldeia dos Lagos, Silves	AM	Ecoturismo Comunitário no Polo Tapajós	PA
Pousada Uacari		Projeto VEM	
Turismo Comunitário no Rio Unini		Cooperativa de Turismo Comunitário em Curuçá	
Turismo Comunitário no Rio Negro		Ecoturismo Comunitário no Litoral Norte do Paraná	
Centro de Turismo de Santo Amaro do Maranhão	MA	Comunidades do Rio Sagrado	PR
Ecoturismo em Cassurubá	BA	Turismo Comunitário em Porto de Galinhas	PE
Projeto Trilhas dos Lençóis		Caiçaras, indígenas e quilombolas: turismo cultural	RJ
Turismo de Base Comunitária nos Lençóis		Reviver Paquetá	
Turismo Comunitário na Costa de Cacau		Ecoturismo Comunitário na Rota do Ouro	RJ/ SP
Casa grande, Memorial do Homem Cariri, Nova Olinda	CE	Turismo Solidário e Cultura Popular	RN
Ponta Grossa		Boas Práticas de Turismo Comunitário	RS
Prainha do Canto Verde		Rota Caminhos Rurais	
Rede de Ecoturismo para Vida		Turismo Comunitário com mulheres de Joinville	SC
Turismo Comunitário: afirmando identidades		Turismo Comunitário em Santa Catarina	SP
Turismo Comunitário em Tijuca Boa Vista		Turismo Comunitário em Juquitiba	
Turismo Comunitário e Solidário em Assaré de Patativa		Turismo Comunitário no povoado Terra Caída	SE
Turismo Comunitário nas Ilhas Caieiras		ES	Turismo Comunitário em Taquaruçu
Valorizando a cultura popular em Pirenópolis	GO	Turismo Comunitário em Brumadinho	MG
Guardiões do Pantanal	MT	Total	37

Fonte: Elaborado pelo autor, 2016.

Em uma análise no site da REDTURS podem ser verificadas informações sobre os destinos comunitários, tais como: localização e acesso, ecossistema, atrativos, atividades desenvolvidas, serviços turísticos, objetivos da organização e orientações gerais. Os turistas podem verificar hospedagens a partir dos contatos expostos, todavia nem todos os projetos disponibilizam websites para informações mais detalhadas ou reservas online. A plataforma, criada em 2007, auxilia na divulgação das práticas de TBC na América Latina, mas o formato requer algumas adaptações necessárias para atender públicos cada vez mais exigentes que buscam, com a interatividade virtual, conhecer as peculiaridades dos atrativos antes de realizarem os deslocamentos.

No Brasil são identificadas redes colaborativas que surgiram para fomentar as práticas de TBC, porém algumas fragilidades administrativas são entraves na otimização dos projetos e alcance do objetivo inicial. No site da REDTURS, por exemplo, a Rede Brasileira de Turismo Solidário e Comunitário (TURISOL) não é reconhecida como uma federação ou rede de turismo comunitário de referência.

A TURISOL, formada em 2003, a partir de sete iniciativas de turismo comunitário, foi criada para auxiliar no gerenciamento de práticas de turismo comunitário no país, porém demonstra fragilidade. As informações publicadas no site deixam claro que a rede passa por constantes “desafios internos” que colaboraram para períodos de inércia entre 2003-2007 e 2011-2014⁵⁵. Entre as fragilidades observadas em uma análise do site, por exemplo, destacam-se a ausência: de informações atualizadas sobre projetos pertencentes à rede, resultados dos encontros nacionais e estaduais, principais diretrizes da rede, parcerias firmadas, listas com os principais eventos do setor, entre outras informações importantes para que pesquisadores, gestores públicos e comunidades possam analisar as práticas de turismo comunitário no país⁵⁶. Entre os dias 12 e 14 de agosto de 2015 aconteceu o II Encontro TURISOL na Universidade de Brasília (UNB) e segundo seus organizadores houve uma reativação da Rede com a elaboração de um documento contendo as articulações necessárias para que não ocorressem novos períodos de inércia.⁵⁷

Os encontros nacionais são de fundamental importância na avaliação e conhecimentos das práticas de TBC no Brasil, pois estimulam novos pesquisadores, principalmente, recém ingressos no ensino superior a buscarem alternativas para diminuir as desigualdades regionais e fortalecer o desenvolvimento endógeno. Nessa perspectiva, o fortalecimento da rede TURISOL perpassa pela inclusão dos diferentes projetos espalhados pelo território brasileiro, além das articulações com experiências internacionais consolidadas.

Em estágio organizacional mais avançado, a Rede Cearense de Turismo Comunitário (TUCUM), formada em 2008, destaca-se em cenário nacional por reunir práticas de turismo comunitário do Estado do Ceará. A Rede conta com 14 (quatorze) comunidades (da zona costeira) que gerenciam a atividade turística a partir das diretrizes elencadas no *Caderno de Normas e Procedimentos Internos da Rede TUCUM*, elaborado em 2013. As comunidades estruturam-se de forma independente com base nas peculiaridades territoriais, porém

⁵⁵<http://turisol.wixsite.com/redeturisol/>

⁵⁶ Acesso em 25/12/2016 às 02h.

⁵⁷ Os investimentos recebidos através do Edital MTur nº01/2008 auxiliaram na estruturação da Rede.

compartilhadas na Rede que entre as inúmeras funções auxilia na divulgação das práticas com publicações em revistas, anais de eventos e site oficial.⁵⁸

Os turistas com o site da Rede TUCUM têm acesso: a história de formação das comunidades, as informações sobre os atrativos turísticos, aos mapas e vias de acesso, além das sugestões de roteiros. A plataforma permite a estruturação dos passeios que podem ser programados a partir do calendário dos eventos realizados nas comunidades. Nessa perspectiva, o TBC se insere, com as ferramentas tecnológicas, na rede mundial de turismo, onde visitantes de todos os continentes podem vislumbrar projetos que ocorrem no litoral cearense.

A relação entre tradicional e moderno no turismo é algo latente e necessário ao desenvolvimento das práticas, porém cada vertente deve possuir suas diretrizes definidas para que os impactos sejam minimizados. Por isso, a estruturação das plataformas digitais nos projetos de TBC permite a abertura de um leque capaz de atrair turistas cada vez mais conectados aos avanços tecnológicos que programam seus passeios em segundos nos computadores e/ou *smartphones*.

As tecnologias da informação podem ser excelentes aliadas ao desenvolvimento das práticas de turismo, contraditoriamente contribui para massificação dos fluxos turísticos, na medida em que os destinos se tornam conhecidos mundialmente, intensificando os conflitos territoriais.

As práticas de turismo na comunidade Prainha do Canto Verde em Beberibe/CE, por exemplo, são referências nos estudos de Rocha (2003) que aponta a reafirmação identitária com as Redes. Apesar disso, os conflitos territoriais são intensos, onde posseiros e grileiros tentam se apropriar do território da comunidade que é uma Reserva Extrativista (Resex) reconhecida desde 2009. As disputas territoriais não são exclusividade dessa comunidade, mas estão presentes em inúmeras outras que se utilizam do TBC como forma de resistirem às pressões de organizações externas como afirma Lima (2011). O turismo comunitário auxilia no processo de resistência social na medida em que os laços de solidariedade são fortalecidos e a consciência política estimulada.

Outro elemento que julgamos ainda incipiente na maioria das experiências comunitárias mais relevante em nossa definição de TBC é a formação de instituições que atendam às características antropológicas, sociais e políticas de uma determinada comunidade como um meio de resistir à instalação de organizações externas constituídas a partir de um outro arranjo de interesses que podem potencializar a resistência da população local e a intensificação de conflitos (LIMA, 2011, p. 19).

⁵⁸ Informações retiradas do site: <http://www.tucum.org/comunidades/>. Acesso em 26/12/2016 as 12h.

Na Rede TUCUM, projetos de TBC também são registrados em áreas urbanas e semiurbanas como as iniciativas do Centro de Formação Frei Humberto (MST) e do Conjunto Palmeiras em Fortaleza, contribuindo para desmitificar a visão que o turismo comunitário se encontra unicamente associado ao turismo rural. Maldonado (2009), por exemplo, utiliza-se da nomenclatura Turismo Rural Comunitário (TRC) tendo em vista as especificidades do espaço rural brasileiro, mas independente da nomenclatura adotada, deve-se buscar aos princípios que norteiam as atividades.

Na comparação entre as redes colaborativas de turismo comunitário (REDTURS, TURISOL e TUCUM), com base nas informações disponibilizadas em seus websites, são verificadas algumas inconsistências devido à ausência de atualizações. Na REDTURS são destacados sete destinos comunitários no Ceará, porém seis a menos do que os pertencentes a Rede TUCUM. Além disso, projetos premiados como o *Casa Grande – Memorial do Homem Cariri* é destacado na REDTURS porém não pertence a Rede TUCUM, pois não se localiza no litoral cearense. Das plataformas digitais verificadas, destaca-se a opção bilíngue (inglês e espanhol) como diferencial da REDTURS e a capacidade em se fazer reservas e programar passeios no site da Rede TUCUM, demonstrando ser a mais adequada ao perfil dos turistas que prezam pela comodidade na escolha do atrativo.

Defende-se que as redes colaborativas estaduais destinadas ao TBC devem ser fortalecidas com diferentes práticas, não só de áreas específicas do território, mas de sua totalidade, do litoral ao sertão. O fortalecimento das redes estaduais contribuirá para que diferentes gestores visualizem a importância do turismo para as comunidades e formem parcerias que contribuirão para a reestruturação da rede nacional.

No Maranhão, não existem redes colaborativas destinadas ao desenvolvimento do turismo comunitário, sendo diminutas as pesquisas sobre o tema que refletem na ausência de projetos efetivos. Esse cenário contribui para que o Maranhão figure constantemente como um dos estados com piores indicadores socioeconômicos em diferentes pesquisas realizadas, como por exemplo: Censo Demográfico 2010 e Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios (PNAD) 2014, realizadas pelo IBGE. Os indicadores revelam o resultado de uma administração marcada por estruturas segregacionistas que contribuem para grandes concentrações de renda. Entre os municípios menos desenvolvidos no Maranhão, encontra-se Icatu que não está inserido em políticas de crescimento econômico do Estado como o “Mais IDH” que prioriza os 30 (trinta) municípios menos desenvolvidos⁵⁹.

⁵⁹ O IDM é um indicador composto formado por 50(cinquenta) indicadores, distribuídos em dois grandes grupos: que tem como objetivo servir de suporte para o diagnóstico das realidades dos 217 municípios maranhenses.

4 O MARANHÃO NO ENCALÇO DO TURISMO

Neste item é demonstrado o turismo no Maranhão com ênfase aos seguintes aspectos: política de internacionalização da atividade e seus desdobramentos, potencialidades e atrativos, polos turísticos definidos no Plano Maior, fluxo de visitantes e os recursos financeiros movimentados. Além disso, faz-se uma comparação das atividades turísticas alternativas em face ao crescimento do turismo convencional no Estado e os principais desafios na consolidação dos projetos contra hegemônicos.

O turismo desenvolve-se de forma exponencial, apesar da crise econômica, em 2016 foi o sétimo ano consecutivo de crescimento, movimentando mais de US\$ 1 trilhão, ou 9% do Produto Interno Bruto (PIB) mundial, como apontam os relatórios da OMT (2017)⁶⁰.

No Brasil, a atividade turística movimentou mais R\$ 492 bilhões, correspondendo a aproximadamente 8% do PIB nacional⁶¹, colocando o país na décima colocação no ranking das economias movimentadas pelo setor⁶². Para o Ministério do Turismo (MTur) os eventos esportivos e culturais que o Brasil tem recebido nos últimos anos elucidam esse cenário, pois foram responsáveis pela entrada de divisas e o crescimento econômico do país.

A injeção de recursos em setores tão capilarizados como serviços – de hotelaria, refeição e receptivo – tem um efeito impressionante nas economias locais. Somente em três dos megaeventos que o Brasil recebeu nos últimos anos, Jornada Mundial da Juventude (JMJ), Copa das Confederações e Copa do Mundo de Futebol (FIFA), a movimentação direta na economia ficou em torno de R\$ 8 bilhões [...] Em 2014, a entrada de divisas obtida com o turismo dos visitantes internacionais somou US\$ 7,476 bilhões, segundo dados do Banco Central _US\$ 6,914 bilhões com viagens internacionais e US\$ 562 milhões com a venda no exterior de passagens aéreas pelas empresas brasileiras de aviação. Na comparação com os principais produtos de exportação que geram receita para o Brasil, esse valor colocaria os serviços turísticos na quarta posição, à frente da receita obtida com venda de açúcar de cana, farelo e resíduos da extração de óleo de soja, carne de frango, café cru em grãos e automóveis de passageiros (BRASIL, 2017).

A realização dos grandes eventos no Brasil nos últimos dez anos contribuiu para o aumento da visibilidade do país em cenário internacional, incluindo-o de forma definitiva no mapa de turismo mundial⁶³. Apesar disso, segundo o último relatório publicado pela Organização Mundial do Turismo, em 2016, com dados referentes ao fluxo turístico do ano anterior, o Brasil ainda não se encontra entre os trinta países que mais atraem turistas, pois os investimentos e o marketing empregado ainda são diminutos.

⁶⁰ Os relatórios podem ser analisados no site: <http://publications.unwto.org/>. Acesso em 20/12/2017.

⁶¹ Entre atividades diretas, indiretas e induzidas.

⁶² Informações da *World Travel & Tourism Council* (WTTC).

⁶³ Jogos Pan-Americanos (2007); Copa das Confederações (2013); Copa do Mundo de Futebol (2014); e Jogos Olímpicos (2016).

Entre os destinos turísticos mais procurados no Brasil estão: Rio de Janeiro (RJ), Florianópolis (SC), São Paulo (SP), Búzios (RJ), Salvador (BA), Foz do Iguaçu (PR), Paraty (RJ), Manaus (AM), Bonito (MS), Trancoso (BA), Balneário Camboriú (SC), Fortaleza (CE), entre outros, que se destacam pelo combate a sazonalidade com eventos destinados a captação de turistas⁶⁴. Nesses destinos os impactos negativos gerados pela queda no fluxo turístico são minimizados, pois as estruturas temporárias que são construídas para o atendimento eventual dos visitantes são mantidas, contribuindo para efetivação de empregos e geração de renda.

Os municípios supracitados fazem parte do Mapa do Turismo Brasileiro (2017-2019) que destaca 3.285 atrativos no país que estão distribuídos em 328 regiões turísticas⁶⁵. Conforme o MTur (2017), o Mapa compõe o Plano Brasil + Turismo lançado em 2017 que visa fortalecer o setor a partir da identificação das necessidades de investimentos e as ações de promoção das regiões turísticas. Para isso, há uma atualização bianual que baliza a distribuição dos recursos pelo MTur, sob responsabilidade dos órgãos estaduais de turismo⁶⁶.

Para auxiliar os gestores municipais, o Ministério do Turismo categorizou os atrativos e os agrupou em regiões turísticas levando em consideração aspectos históricos, culturais, econômicos e geográficos (Tabela 3).

Tabela 3- Macrorregiões, regiões turísticas e municípios com atrativos turísticos

MACRORREGIÃO	REGIÕES TURÍSTICAS	MUNICÍPIOS
Centro-Oeste	36	225
Nordeste	84	758
Norte	34	259
Sudeste	121	1138
Sul	53	905
Total	328	3.285

Fonte: Ministério do Turismo, 2017.

O Sudeste possui 37% das regiões turísticas do Brasil, seguida das regiões: Nordeste (26%), Sul (16%), Oeste (11%) e Norte (10%). No Nordeste, dos nove estados federados, o Maranhão tem apenas 7% das cidades com vocação turística cadastradas no Mapa do Turismo

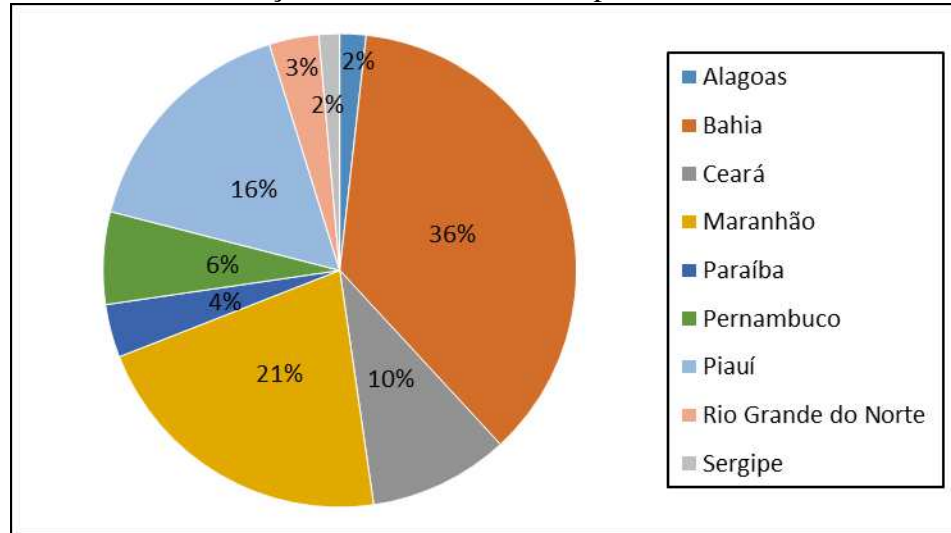
⁶⁴ A sazonalidade é a diferença entre baixa e alta temporada. Informações retiradas do site: <http://www.brasil.gov.br/turismo/2017/08/cidades-do-sul-estao-entre-as-10-mais-visitadas-do-pais>. Acesso em 12/01/2018.

⁶⁵ O Mapa do Turismo Brasileiro é interativo e pode ser visto através do site: <http://www.mapa.turismo.gov.br/mapa/init.html#/home..> Acesso em 02/02/2018.

⁶⁶ Segundo o MTur (2018), em 2016, eram 2.175 cidades em 291 regiões.

Brasileiro, apesar de possuir 217 municípios e 331.936,949 km² de extensão territorial a segunda maior da região Nordeste (Gráfico 1)

Gráfico 1- Distribuição territorial dos municípios no Nordeste brasileiro



Fonte: Serra, 2018 (IBGE, 2016, adaptado)

Apesar da extensão territorial e das inúmeras potencialidades, o Maranhão figura entre os estados brasileiros com maior deficiência em gestão turística. Esse cenário, deve-se, entre outros fatores, pela ausência de políticas públicas eficientes direcionadas ao setor no Estado cuja parceria público-privada ainda é incipiente⁶⁷. O Mapa do Turismo Brasileiro revela que dos 53 municípios maranhenses com vocação turística, 79% encontram-se categorizados como D e E, ou seja, possuem potencialidades e importância regional, mas a infraestrutura turística coloca em xeque o desenvolvimento da atividade nesses municípios.

Apenas os municípios de São Luís (Polo São Luís) e Imperatriz (Polo Chapada das Mesas) estão classificados como A e B respectivamente, pois possuem razoável infraestrutura, geração de empregos e outros fatores que atendem ao fluxo turístico doméstico e internacional sendo responsáveis pela polarização das demais regiões turísticas no Estado.

⁶⁷ Infraestrutura turística, marketing, promoção, eventos estaduais (foros, conferências, seminários) são alguns dos cenários em que os investimentos públicos são necessários.

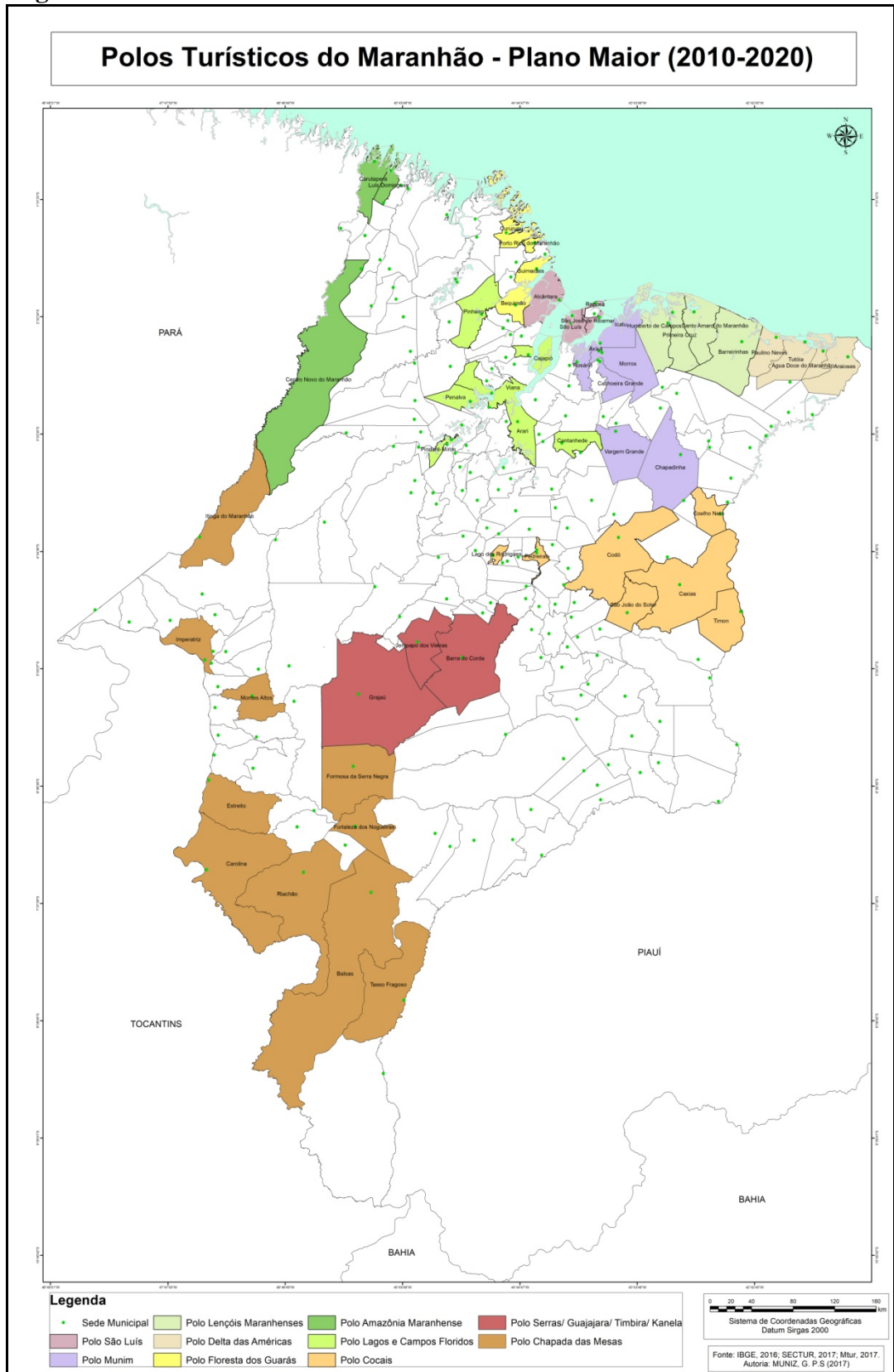
4.1 O turismo convencional no Maranhão

O Plano Estratégico de Turismo (Plano Maior) criado em 1999 pelo Governo do Estado do Maranhão objetivou a justaposição de informações sobre as potencialidades e atrativos turísticos presentes nos 217 municípios maranhenses, através do conceito de regionalização adotado pelo MTur. A partir das características similares (naturais e culturais) foram estabelecidos os polos de planejamento turístico que serão descritos e analisados⁶⁸.

Os cinco polos turísticos de planejamento (Ilha de São Luís, Lençóis Maranhenses, Delta das Américas, Floresta dos Guarás e Chapada das Mesas) estabelecidos no Plano Maior (2000-2010) foram reconfigurados após mudanças políticas e programas como o Maranhão Turístico. O Plano Maior (2010-2020) estabelece dez unidades de planejamento (Figura 4) através da inclusão dos seguintes polos: Lagos e Campos Floridos; Munim; Cocais; Serras, Guajajaras, Timbira e Kanela e; Amazônia Maranhense).

⁶⁸O Plano Maior foi idealizado por Josep Chias que faleceu em 2010 e também foi responsável plano de marketing turístico Aquarela adotado pelo governo federal.

Figura 4- Polos Turísticos do Maranhão - 2017



Fonte: Muniz, 2017.

No Maranhão, a série histórica (últimos 10 anos), apesar de deficitária, aponta um crescimento gradativo de entrada de turistas no Estado que segundo o Plano Maior 2010-2020, ultrapassou as expectativas do setor⁶⁹. Apesar disso, a efetivação do Plano Maior em sua totalidade ainda possui alguns entraves em setores como: hospedagem, equipamentos, serviços receptivos (agências e operadoras, transportadoras e locadoras), equipamentos do setor de eventos (centro de convenções, espaços para eventos e empresas organizadoras) e capacitação técnica.

Ao se analisar o turismo no Maranhão são identificadas melhorias na infraestrutura de acesso, marketing e promoção dos atrativos turísticos, mesmo de forma tímida, se comparadas aos outros estados do Nordeste como Ceará e Rio Grande do Norte. Nos últimos 15 anos destaca-se a concretização de alguns projetos que redinamizaram o turismo convencional no Estado, como exemplo: a conclusão da rodovia estadual MA-405 (reduziu o trajeto São Luís-Barreirinhas em aproximadamente 05 horas); reforma e duplicação parcial da BR 135 (única via de acesso terrestre entre São Luís e os municípios da área continental); reforma e adequação do Aeroporto Internacional Marechal Hugo da Cunha Machado em São Luís e do Aeroporto Prefeito Renato Moreira em Imperatriz; configuração da Rota das Emoções que envolve 14 municípios dos estados do Maranhão, Ceará e Piauí, além dos investimentos em equipamentos que atendem as populações locais e visitantes, como: hospitais, melhorias no abastecimento e esgotamento sanitário, pavimentações, entre outros⁷⁰.

A média de visitantes anuais por polos turísticos no Estado ainda é imprecisa, devido a fragilidade mencionada anteriormente, mas alguns dados disponibilizados por órgãos como o Instituto Chico Mendes de Biodiversidade (ICMBio) e a Secretaria de Estado da Cultura e Turismo do Maranhão (SECTUR), permitem concluir que três polos turísticos se destacam pelo número de visitantes nacionais e internacionais que recebem, são eles: São Luís, Parque dos Lençóis e Chapada das Mesas⁷¹ (Figura 5).

⁶⁹O Plano Maior 2020 destaca que as estatísticas do setor são inadequadas e insuficiente para o acompanhamento do fluxo turístico no Estado. Apesar disso, apresenta uma série histórica que indica essa evolução. O Observatório de Turismo da Universidade Federal do Maranhão, criado em 2016, é responsável por elaborar pesquisas sobre o setor no Estado.

⁷⁰ O direcionamento de políticas públicas ao turismo no Maranhão inicia com a criação do Departamento de Turismo e Promoção do Estado em 1962.

⁷¹ O município de Icatu localizado no Polo Munim, encontra-se entre o Polo São Luís e Parque dos Lençóis.

Figura 5- Polos turísticos: São Luís, Parque dos Lençóis e Chapada das Mesas



Fonte: Secretaria Estadual de Turismo do Maranhão, 2018.

Os atrativos paisagísticos dos polos turísticos destacados são fatores que motivam os visitantes nacionais e internacionais, todavia o fluxo crescente e constante resulta dos equipamentos e serviços que os diferenciam dos demais polos no estado. Os municípios pertencentes a esses polos totalizam 34% daqueles com vocação turística, conforme o Mapa do Turismo Brasileiro do MTur⁷².

Segundo o MTur (2018), o fluxo anual de visitantes nos atrativos turísticos é calculado através das informações repassadas pelos órgãos gestores como o ICMBio e serve de suporte para elaboração e acompanhamento de políticas direcionadas ao setor⁷³. Ao fazer a compilação das informações disponibilizadas chega-se a um valor médio de 600 mil visitantes/ano nos três polos turísticos mencionados, sendo que 50% dos turistas direcionam-se aos atrativos do Polo São Luís, 33% aos do Polo Lençóis Maranhenses e 17% aos atrativos do Polo Chapada das Mesas⁷⁴.

O número crescente de turistas no Maranhão contribui para a geração de receitas que segundo estimativas da SECTUR (2017) corresponde a 5% do PIB maranhense através das

⁷² Ressalta-se que existem divergências em relação a ortografia dos polos turísticos do Maranhão, como exemplo tem-se: Polo Parque dos Lençóis ou Polo Lençóis Maranhenses e Polo Munim ou Polo Munin.

⁷³ Nos municípios que não fazem parte de unidades de conservação esse controle é realizado pelos órgãos gestores municipais, quando existentes.

⁷⁴ Segundo o Plano Maior 2020, em 2009 o Maranhão ultrapassou a marca 1,7 milhões de visitantes/ano. Destaca-se que o ICMBio não consegue controlar de forma efetiva os parques nacionais no Estado, pois faltam profissionais e equipamentos.

atividades diretas, indiretas e efeito renda. Esse cenário possibilita identificar que o turismo gera uma cadeia produtiva que beneficia empresários e populações locais, quando inseridas no processo de gestão da atividade.

Ao se analisar a atividade turística no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses (PNLM)⁷⁵, pontualmente no município de Barreirinhas (considerado “portal de entrada”) percebe-se a dicotomia entre turismo convencional e desenvolvimento local que reflete em alguns indicadores socioeconômicos. Segundo o IBGE (2017), o município possui apenas 4,8% dos domicílios domésticos com esgotamento sanitário adequado, 0,1% de vias públicas urbanizadas, 5,7% da população ocupada sendo que 59,1% sobrevive com renda de até 1/2 salário mínimo. Contraditoriamente, o município possui PIB per capita de R\$ 6.449,67, o maior da Microrregião Geográfica dos Lençóis Maranhenses.

Os indicadores revelam a concentração de renda no município de Barreirinhas que, apesar de atrair visitantes nacionais e internacionais, possui dificuldades em atender as demandas básicas da população local que fica à margem do crescimento econômico gerado pelo turismo convencional. O fluxo crescente de turistas no PNLM, motivado também pela consolidação da Rota das Emoções, contribui para a formação dos resorts, chalés, condomínios, parques náuticos e condo-resorts destinados a demanda diversificada (Figura 6).

Figura 6- Chalés, condomínios e resorts no município de Barreirinhas.



Fonte: www.booking.com, 2018 (Agência de viagens).

Com o Plano Maior 2010-2020 é possível identificar os principais atrativos turísticos distribuídos no Estado, modelos para desenvolvimento dos polos, situação da oferta, perfis dos turistas, acessibilidade e os principais desafios de gestão. Salienta-se que alguns dados referentes aos recursos financeiros movimentados pela atividade e fluxo de visitantes, por exemplo, encontram-se desatualizados.

⁷⁵ O Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses está inserido nos municípios de Barreirinhas, Santo Amaro e Primeira Cruz. Principal indutor do turismo convencional no Maranhão.

Com as informações do Plano Maior é possível identificar dois macros conjuntos de polos: indutores e estratégicos. No primeiro grupo estão os polos São Luís, Parque dos Lençóis, Chapada das Mesas e Delta das Américas que são responsáveis por atrair fluxo de visitantes nacionais e internacionais, pois possuem estruturas como: hospedagens, agências de viagens, restaurantes, facilidade de acesso, linhas viárias e outros equipamentos e serviços turísticos. Do ponto de vista estratégico, os polos Floresta dos Guarás, Munim e; Lagos e Campos Floridos são fundamentais por formarem corredores turísticos (ainda em consolidação) necessários ao desenvolvimento regional dos municípios marginalizados pelo fluxo convencional de turistas.

4.2 Polo Munim: de estratégico a indutor turístico

O Polo Munim diante da perspectiva estratégica localiza-se entre dois dos principais polos indutores de turistas no Estado: São Luís e Parque dos Lençóis⁷⁶. Os turistas que visitam o Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses e demais municípios do Polo turístico utilizam-se do transporte terrestre (ônibus, carros e vans) para o trajeto São Luís-Barreirinhas deslocando-se pela BR 135, MA 405 e BR 402 passando pelos municípios de: Rosário, Axixá, Morros e Icatu potenciais indutores turísticos pertencentes ao Polo Munim⁷⁷.

As características paisagísticas presentes nos municípios do Polo Munim associam-se aos cursos dos rios Munim, Iguará, Preto e Una que formam balneários, lagoas, praias, corredeiras e cachoeiras que associadas às características culturas da população constituem territórios singulares com valores imensuráveis⁷⁸.

A reconfiguração territorial na região dos Polos Munim e Lençóis Maranhenses trazem projeções otimistas para consolidação do primeiro corredor de indução turística no Estado, envolvendo os municípios de Icatu, Morros, Humberto de Campos, Primeira Cruz, Urbano Santos, Santo Amaro do Maranhão e Barreirinhas com a consolidação da rota de ferryboat que interligará os municípios de São Luís (Arraial/Quebra Pote) e Icatu (povoado Santa Maria) reduzindo o trajeto rotineiramente realizado em 2 horas para 30 minutos de viagem. A concretização desse projeto planejado pela Agência Estadual de Mobilidade

⁷⁶ Em 2009, o Polo Munim passou a fazer parte do Plano Maior. Em 2017, os municípios pertencentes ao Polo eram: Axixá, Cachoeira Grande, Icatu, Morros, Presidente Juscelino, Rosário, Chapadinha e Vargem Grande (MTur, 2017). A inclusão dos municípios de Chapadinha e Vargem Grande deu-se por questões políticas.

⁷⁷ A utilização de transporte aéreo (de pequeno porte) encontra-se parada, pois o aeroporto municipal de Barreirinhas está em reforma.

⁷⁸ O Rio Munim nasce no município de Aldeias Altas – MA e corta diferentes cidades no Estado como: Icatu, Morros, Axixá, Nina Rodrigues, entre outras.

Urbana e Serviços Públicos (MOB) do Maranhão readequará a infraestrutura de acesso ao município de Icatu e possibilitará a inclusão dos polos Munim e São Luís na Rota das Emoções que envolve os Lençóis Maranhenses e o Delta das Américas.

Conforme a motivação do fluxo turístico, os municípios pertencentes ao Polo Munim pode ser classificados em dois grupos. No primeiro estão aqueles cujas características culturais são preponderantes na atração dos visitantes, principalmente nos períodos de festividade (aniversário da cidade, comemorações religiosas, monumentos históricos, entre outros) onde se destacam os municípios de Rosário, Cachoeira Grande, Vargem Grande e Chapadinha⁷⁹.

No segundo grupo, encontram-se os municípios de Axixá, Morros e Icatu cujo fluxo turístico é motivado principalmente pelos atrativos naturais como balneários, praias, rios, riachos, corredeiras e cachoeiras (Figura 7).

Figura 7- Balneário no Rio Una em Morros - MA



Fonte: Vieira, 2015.

Além dos atrativos naturais, a infraestrutura de acesso e hospedagem, principalmente no município de Morros, redireciona o fluxo turístico para essa região do Polo Munim que recebe visitantes, principalmente, de São Luís aos finais de semana e em feriados prolongados (Figura 8).

⁷⁹ Em Rosário (Polo Munim), o atrativo Lago Azul, recém explorado, movimentou novos turistas na região. Fica aproximadamente 67 km de São Luís.

Figura 8- Pousada no município de Morros -MA



Fonte: Serra, 2018.

O Plano Maior destaca a importância do planejamento na gestão turística e os desafios enfrentados pelos gestores para transformar as potencialidades do Polo Munim em atrativos. Segundo Vieira, Ferreira e Serra (2016), o município de Cachoeira Grande possui maior dificuldade na gestão turística do território pela inexistência de secretarias e de política públicas direcionadas ao setor.

Ao identificar os atrativos turísticos e o papel de cada polo, o Plano Maior 2020 estabelece caminhos e prioridades para o desenvolvimento turístico com foco na realidade atual e nas principais tendências de mercado para a próxima década. O planejamento, a gestão, o controle e o monitoramento bem desenvolvidos do turismo são fundamentais para a interação entre turista e o ambiente receptor. Porém, dois dos seis municípios que compõe tal polo, Cachoeira Grande e Presidente Juscelino, não possuem secretarias de turismo, o que dificulta qualquer tipo de desenvolvimento e apoio a essa atividade (FERREIRA, VIEIRA, SERRA, p.111, 2016).

Entre os recortes paisagísticos mais visitados pelos turistas nos municípios pertencentes ao Polo Munim destacam-se os balneários formados nos rios Una e Munim. No quadro 3 estão elencados alguns dos principais atrativos encontrados nos municípios de Morros (Polo Munim), Icatu (Polo Munim), Primeira Cruz (Polo Lençóis Maranhenses) e Santo Amaro do Maranhão (Polo Lençóis Maranhenses) que podem contribuir para o desenvolvimento endógeno e consolidação do TBC no corredor turístico em formação entre os polos São Luís, Munim e Lençóis Maranhenses⁸⁰.

⁸⁰ A distância aproximada entre os municípios de Morros e Santo Amaro do Maranhão é de 139 km.

Quadro 3- Atrativos turísticos nos municípios de Morros, Icatu, Primeira Cruz e Santo Amaro do Maranhão

MUNICÍPIOS	POLOS TURÍSTICOS	ATRATIVOS
Morros	Polo Munim	Corredeiras do Arruda Una do Mato Grosso Una dos Paulinos Bom Gosto Una Grande Una das Pedras Una das Mulheres Una dos Moraes Pedra do Tanque Quebra Anzol Pedra Grande
Icatu		Praia de Santa Maria Praia do Papagaio Prainha Cachoeiras do Boqueirão Rio Itatuaba Lagoa do Arraial
Primeira Cruz	Lençóis Maranhenses	Ilha do Veado Povoado Santaninha Parque de Dunas Lagoa do Cassó
Santo Amaro do Maranhão		Lagoa das Cabras Lagoa das Andorinhas Lagoa da Betânia Parque de Dunas

Fonte: Serra, 2018.

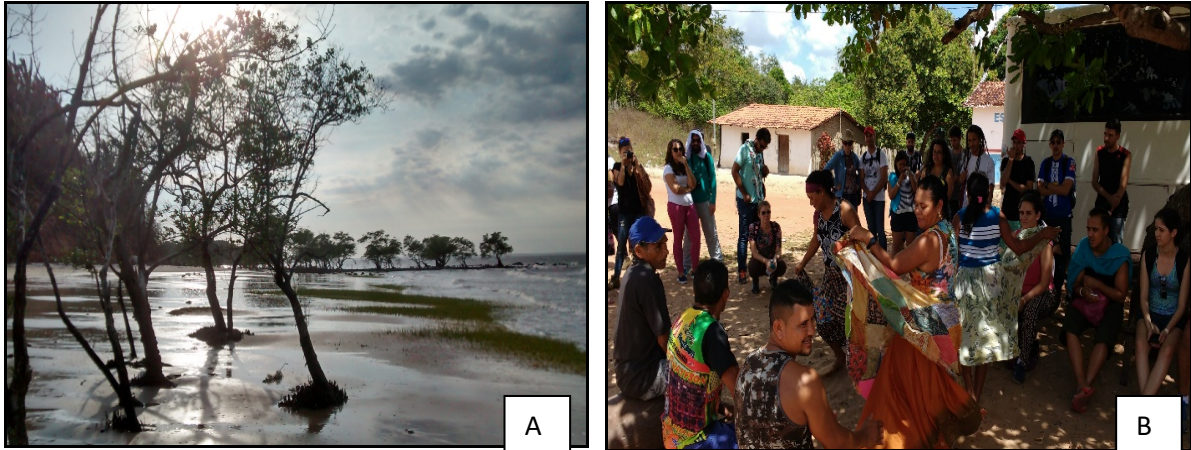
Os atrativos mencionados são potenciais indutores do fluxo turístico convencional, alguns consolidados como os encontrados no Polo Lençóis Maranhenses, mas em sua grande maioria recém descobertos pela atividade turística. Perceber-se a importância do fortalecimento do turismo alternativo para conservação dos atrativos e desenvolvimento endógeno.

Os municípios do Polo Munim possuem potencialidades que permitem o desenvolvimento dos segmentos turísticos alternativos, porém as estratégias de fortalecimento da atividade devem ser estabelecidas conforme as características de cada um. Além dos rios, balneários, cachoeiras, corredeiras e demais atrativos naturais, têm-se nessa região registros culturais *suis generis* como nas comunidades quilombolas de Icatu onde são encontrados atrativos naturais e populações tradicionais⁸¹. Como exemplo, cita-se os povoados Santa Maria de Guaxenduba e Boqueirão (objeto de estudo) que são comunidades reconhecidamente quilombolas e possuem atrativos naturais associados como praias (povoado Santa Maria) e

⁸¹ Icatu possui 110 km de litoral, o segundo maior do Estado.

cachoeiras (povoado Boqueirão), ou seja, territórios que agregam valores culturais e naturais que atraem segmentos turísticos distintos (Figura 9).

Figura 9-A- Povoados de Santa Maria de Guaxenduba e B-Boqueirão em Icatu - MA



Fonte: Serra, 2016

Para Neves (2003), turismo e cultura são indissociáveis. Ao visitar um atrativo o turista percebe a característica cultural da população local representada em manifestações, monumentos históricos, modos de falar, vestimentas e nas relações sociais estabelecidas.

O turismo, além de um importante instrumento de promoção social e dinamização econômica, é também, e principalmente, uma atividade cultural. Conhecer lugares [...] é conhecer elementos que dizem respeito a pessoas e suas sensibilidades, suas normas e valores, suas emoções. É um exercício de se colocar por alguns momentos na condição do outro que experimenta cotidianamente aquilo que, aos turistas, é proporcionado fortuitamente. O que se quer quando se viaja, se não apreender o outro, aquele que recebe? Se cultura é um processo dinâmico, em que novos usos são dados aos produtos culturais, também o turismo participa desse processo (NEVES, 2003, p.59).

A empatia do visitante em relação à população local destacada pelo autor nem sempre é fator existente, contribuindo para o crescimento dos impactos socioambientais gerados pelo fluxo turístico nas comunidades tradicionais (quilombolas, pesqueiras, quebradeiras de coco, entre outras). Por esse motivo, a atividade precisa ser interligada as práticas de sensibilização/educação ambiental (ZACCHI,2002).

O turismo em comunidades tradicionais gera impactos que devem ser analisados, afinal as transformações sociais são irreversíveis podendo descaracterizá-las. Segundo Dias e Aguiar (2002), o intenso fluxo turístico pode ocasionar a destruição dos monumentos que representam a história das populações tradicionais, inclusive pelos próprios habitantes que desconhecem a importância desses elementos na reafirmação identitária, considerados basilares na vida comunitária.

Com a sensibilização ambiental os impactos negativos são minimizados e o turismo tornar-se gerador de desenvolvimento, contribuindo para o aumento do sentimento de pertencimento dos habitantes locais, redução de estereótipos (turistas e moradores), produção de artesanatos com materiais locais e conservação ambiental. Para Pires (2012), esse tipo de turismo é denominado de sustentável e contribui para a autenticidade sociocultural das comunidades receptoras, tendo com objetivo

Otimizar, porém não maximizar a utilização dos recursos ambientais que constituem um elemento fundamental no desenvolvimento do turismo, mantendo os processos ecológicos essenciais e ajudando a conservar o patrimônio natural e a biodiversidade. Respeitar a autenticidade sociocultural das comunidades receptoras e conservar seu patrimônio construído, sua cultura e seus valores tradicionais. O turismo sustentável deve ainda contribuir para a aproximação intercultural entre turistas e anfitriões e para a tolerância recíproca. Viabilizar as operações econômicas de longo prazo que proporcionem benefícios socioeconômicos para todos os interessados, bem como sua distribuição de forma justa. Viabilizar ainda o emprego estável e as possibilidades de geração de renda e serviços sociais às comunidades receptoras, contribuindo para a redução da pobreza (PIRES, 2012, p. 183).

Para o desenvolvimento do turismo no Polo Munim fez-se o levantamento dos recursos e anseios de turistas e comunidades, afinal a gestão participativa é indispensável para consolidação dos atrativos. Essa combinação constitui o produto turístico que é “o conjunto de atrativos, equipamentos e serviços turísticos acrescidos de facilidades, localizados em um ou mais municípios, ofertado de forma organizada por um determinado preço”, tendo como características específicas: “ser intangível, estático, perecível, limitado, sazonal, sistêmico, variável em seu valor percebido, simultâneo e difícil de controlar” (BRASIL, 2007, p.17).

O produto turístico resulta da relação ambiente-turista-comunidade, cuja criação perpassa pela vocação e imagem do destino, o perfil do turista que deseja atrair e as preferências da demanda.

A imagem do destino: é necessário definir a identidade do destino e identificar como os turistas a percebem e qual o valor atribuído. O perfil do turista que se deseja atrair: qual o segmento de demanda que se deseja atrair para a localidade. As preferências da demanda: quais as necessidades e expectativas destes turistas sobre o destino (BRASIL, 2007, p. 27).

Ao se comparar os municípios dos polos Munim e Lençóis, percebe-se que apesar da existência de produtos turísticos, a promoção dos Lençóis Maranhenses possui maior eficácia refletindo em atração de novos visitantes. Nesse contexto, destaca-se a importância das publicações científicas que analisam o turismo nos polos do Estado, especialmente, naqueles considerados estratégicos como o Munim, pois servem de ferramentas para gestão e promoção da atividade.

Para o desenvolvimento do TBC no Maranhão as comunidades precisam se empoderar com conhecimentos necessários à gestão turística, sendo alertadas para os benefícios e consequências geradas pela atividade. Desta forma, as comunidades devem possuir auto sustentação, ou seja, serem capazes de identificar os efeitos negativos do fluxo turístico e os interesses difusos, como a especulação imobiliária (CORIOLANO, 2009).

Na visão de Silva e Martínez (2004) a palavra empoderamento traduz-se no sentido de fortalecimento dos grupos ou comunidades vulneráveis socioeconomicamente através do municíamento com informações e/ou ferramentas necessárias as mudanças pragmáticas. Esse processo permite a consolidação dos territórios políticos, econômicos, sociais e também tradicionais, afinal a relação de poder é indissociável.

Há dois sentidos de empoderamento mais empregados no Brasil: um se refere ao processo de mobilizações e práticas que objetivam promover e impulsionar grupos e comunidades na melhoria de suas condições de vida, aumentando sua autonomia; e o outro se refere a ações destinadas a promover a integração dos excluídos, carentes e demandatários de bens elementares à sobrevivência, serviços públicos etc. em sistemas geralmente precários, que não contribuem para organizá-los, pois os atendem individualmente através de projetos e ações de cunho assistencial (KLEBA; WENDAUSEN, 2009, p.735).

Defende-se na pesquisa o empoderamento das comunidades em busca das melhorias nas condições de vida como acastela Kleba e Wendausen (2009). As ações assistencialistas são importantes no primeiro momento, mas podem se transformar em instrumentos de manobras políticas, escamoteando interesses difusos e prejudicando o empoderamento real das comunidades.

Ao consultar a plataforma digital do Ministério do Turismo, especificamente, o Inventário de Oferta Turística (Invtur) percebe-se que o Maranhão não possui dados cadastrados referentes ao levantamento, identificação e registro dos atrativos. Apesar da existência do Plano Maior 2010-2020 que adota a proposta de regionalização do turismo, tem-se a necessidade da elaboração de inventários turísticos nos municípios maranhenses, pois é utilizado nacionalmente como instrumento de gestão e acompanhamento das políticas públicas direcionadas ao setor⁸².

Com o levantamento das informações turísticas devem ser elencadas as prioridades de investimentos, estabelecimento de metas e acompanhamento dos projetos em andamento, identificando possíveis falhas. Nos polos estratégicos o cadastro da oferta turística é de suma importância, pois contribui para o redirecionamento do fluxo turístico gerado pelos polos

⁸²http://www.inventario.turismo.gov.br/invtur/downloads/formularios/inventariacao_da_oferta_turistica.pdf. Acesso em 24/01/2018 às 04 h.

indutores, possibilitando a formação das redes colaborativas que envolvem: comunidades, turistas, empresários locais, agências de viagens, gestores municipais e demais agentes envolvidos.

Diante dos aspectos supracitados, percebe-se a importância do Polo Muni para o turismo no Maranhão, fatores como localização geográfica, potencialidades turísticas e indicadores socioeconômicos revelam esse cenário. Com a participação das comunidades na gestão turística pode-se diminuir as disparidades reveladas nos indicadores de concentração de renda, por exemplo, contribuindo para o desenvolvimento local e regional através da interligação dos projetos turísticos de base comunitária como na formação das redes TURISOL e TUCUM referências nacionais.

No próximo item será analisado o potencial turístico da comunidade quilombola do Boqueirão em Icatu, com destaque para a vida comunitária em face ao crescimento da atividade, os perfis dos visitantes, os anseios da população local e as ferramentas que podem auxiliar no ordenamento do atrativo turístico das cachoeiras através das metodologias de CCT e MIV.

5. O POTENCIAL TURÍSTICO DA COMUNIDADE DO BOQUEIRÃO

Neste item encontra-se a análise sobre o objeto central da dissertação: a comunidade quilombola do Boqueirão que possui 1.637, 3671 ha, localizada no município de Icatu, situado na Mesorregião Norte Maranhense-Microrregião Geográfica de Rosário. O título de reconhecimento de domínio quilombola foi emitido em 11 de novembro de 2013 pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Agricultura Familiar – SEDES através do Instituto de Colonização e Terras do Maranhão (ITERMA). Esse reconhecimento deu-se pelo processo de ocupação do território que representa núcleo de resistência a escravidão negra no Brasil (Anexo I).

A comunidade do Boqueirão sofre com os impactos do fluxo turístico motivado pelo atrativo das cachoeiras, consideradas singulares na região. A intensificação do turismo convencional transforma a paisagem da comunidade, como exemplo, a degradação da formação arenítica do atrativo considerado de grande fragilidade ambiental (Figura 10).

Figura 10- Inscrições no arenito formador das Cachoeiras do Boqueirão em Icatu - MA



Fonte: Serra, 2018.

Diante disso, buscou-se compreender o fluxo turístico, os perfis dos visitantes e os anseios da comunidade em relação as perspectivas geradas pelo turismo. As informações serviram de suporte para o planejamento da atividade através da Capacidade de Carga Turística (CCT) e do Manejo de Impactos da Visitação (MIV). As etapas metodológicas possibilitaram a análise das características da comunidade, considerada balizadora das práticas de gestão, afinal para que a atividade turística atinja o desenvolvimento endógeno a comunidade deve ser munida de informações sobre o território.

Ao identificar a relação entre os fatores limitantes e os impactos negativos da atividade turística, sugeriu-se à comunidade formas de mitigação dos problemas observados, tendo como estratégia de sensibilização a técnica da tempestade de ideias ou *brainstorming*.

A sessão *brainstorming*, por ser uma técnica de grupo, tem por objetivo coletar ideias de todos os participantes, sem críticas ou julgamentos. Logo, destina-se ao recolhimento de ideias e sugestões viabilizadoras de soluções para determinados problemas ou situações de trabalho improdutivo (ABREU, 1991, p. 175-176).

5.1 Comunidade quilombola à turística

Antes de iniciar a análise sobre o fenômeno turístico no povoado Boqueirão é de fundamental importância compreender a toponímia do lugar e o processo de ocupação. Nos acervos oficiais digitais e impressos pesquisados sobre o município de Icatu não foram encontradas referências sobre esses aspectos da comunidade, por isso fez-se o uso das entrevistas espontâneas ou desestruturadas com os moradores mais antigos do povoado em busca das informações necessárias⁸³.

Ao chegar no atrativo turístico, o visitante depara-se com uma das principais figuras da comunidade, o senhor Raimundo Silva Costa (Figura 11), também conhecido como Raimundo da cachoeira, um dos moradores mais antigos e considerado o “guardião”, fonte de conhecimento empírico sobre o povoado e zelador voluntário do ambiente⁸⁴.

Todos os dias após o trabalho na roça o senhor Raimundo desloca-se até as Cachoeiras do Boqueirão e de forma paciente recolhe os materiais descartados pelos visitantes e orienta-os sobre a importância da conservação ambiental. Os visitantes mais curiosos ao conversarem com o morador percebem o vasto conhecimento empírico sobre a comunidade que é identificado através das histórias e estórias contadas por ele.

⁸³ Os sites oficiais da Prefeitura Municipal de Icatu e do Governo do Estado do Maranhão não possuem informações referentes ao processo de ocupação no povoado. Salienta-se que a Enciclopédia dos Municípios Maranhenses/ Microrregião Geográfica de Rosário destaca a formação do território de Icatu, porém não destaca a formação das comunidades quilombolas no povoado.

⁸⁴ O uso da imagem foi autorizado pelo senhor Raimundo Silva Costa exclusivamente para fins acadêmicos e promoção turística.

Figura 11- Senhor Raimundo Silva Costa nas Cachoeiras do Boqueirão em Icatu



Fonte: Serra, 2018

Em entrevista, o senhor Raimundo, 78 anos, revelou que a toponímia do povoado Boqueirão se encontra intrinsecamente associada ao atrativo turístico das cachoeiras.

Eu sei contar muita história daqui. Eu não sei conhecer pra trás, mas do meu tempo em diante eu sei. Uma mulher que mora num povoadozinho Mata das Pedras me procurou e perguntou isso que você tá me perguntando sobre o nome. Raimundo tu que é filho daqui, nascido e criado aqui, sabe porque butaram o nome Boqueirão? Ela é até professora. Dona Socorro, eu não sei tirar essa dúvida. Ai ela disse que em Anajatuba colocaram o nome devido ao Anajar que tinha muito.... e no povoado dela existiam muitas pedras... em Centro Velho é outro povoado que era um local onde os pretos ficavam hospedados depois de fugir no tempo da escravatura. E aqui colocaram o nome Boqueirão. Ai depois de um tempo veio um professor de Icatu e descobriu com essas coisas de pesquisa que o nome é por causa das duas bocas de rios da cachoeira. Tá vendo a gente conversando vai sabendo das coisas. Ai agora eu sei tirar essa dúvida (Entrevista, Raimundo Silva Costa, morador, 2018).

Na entrevista, o morador busca apreender os conhecimentos através das conversas com os visitantes, esclarecendo as dúvidas ao ser questionado. Essa característica contribui para sensibilização ambiental através das orientações repassadas pelo morador aos turistas que tentam degradar o atrativo, atitude fundamental na preservação ambiental.

[...] eles pararam de riscar as pedras como antes. Falei que não era correto por que uma mulher sabida me falou que isso tá proibido. Uma família veio outro dia aqui e os filhos começaram a riscar. Falei que tava proibido e ela perguntou por que eu não tinha proibido desde o começo. Falei que não tinha ordem, mas agora eu tenho, pois a mulher sabida me falou que era para proibir e eu tenho autoridade. A ordem não é minha, mas da mulher sabida que veio e me disse. Ai ela obedeceu [...] o pessoal do IBAMA veio aqui pra ajudar. Ai nós fizemos umas placas avisando o povo pra não subir no topo das cachoeiras. As pedras tão caindo porque o povo pisava em cima (Entrevista, Raimundo Silva Costa, morador, 2018).

A função dos pesquisadores é de suma importância na gestão do atrativo turístico, pois são responsáveis por fornecer aos moradores informações que possibilitem a diminuição dos impactos da atividade turística. O sentimento de pertencimento também favorece a gestão territorial, pois contribui para a formação das redes de solidariedade necessárias ao desenvolvimento endógeno da comunidade. O senhor Raimundo ao ser indagado sobre a possibilidade de mudança respondeu:

[...] nunca desejei sair daqui não [...] rapaz, eu largar o meu lugar, sou nascido e criado aqui. Sei pra onde eu vou, sei sair, entrar, eu sei onde tirar cipó. Pra largar o meu lugar e ir pra onde eu não sei onde entrar ou sair eu não quero. Aqui é meu lugar não vou sair daqui pro lugar dos outros [...] (Entrevista, Raimundo Silva Costa, morador, 2018).

Para Leite (1999), o lugar resulta de uma relação dinâmica das características históricas e culturais de uma população que transforma os espaços em singulares, envolvendo-os no sentimento de estima. Ao fazer do território o lugar, o homem investe-se de autoridade e passa a controlar os múltiplos usos, preocupando-se com eles e dando significados.

Uma vez o pessoal tava fazendo coisa de macumba e deixaram umas velas acessas. Eu peguei meti o pé e esbandalhei tudo. Outro dia eu cheguei da roça meio dia no sol quente ai meu filho disse: papai passou uma van cheinha de macumbeiro pra cachoeira. Eu fui lá para ver o que era. Ai tinha uns cantando e dançando. Perguntei quem era o dono daquele trabalho e veio uma mulher na minha direção. Falei quem quiser fazer seu trabalho que faça em outro local, pois aqui é do banho e do lazer. A mulher disse que eles vieram fazer o bem, ai deixei [...] (Entrevista, Raimundo Silva Costa, morador, 2018).

O turismo é apenas um dos múltiplos usos das Cachoeiras do Boqueirão que também são fontes de lazer para os moradores, espaços de manifestações religiosas e das estórias que fazem parte do imaginário da população.

[...]a mãe daqui é mãe Ogum. [...] eu trabalho com duas forças: força de Deus e de mãe Ogum. Eles não mexem comigo por causa dessas encantarias. Até ainda agora eu tava sozinho aqui. A gente ver menino gritar, gente conversar... mas não tem ninguém. É uma encantaria de mãe d'água não sei de que. Agora muita gente já viu tambor de mina cantando aqui. Um sobrinho meu olhou doze hora da noite. Eu não acredito nessas coisas (Entrevista, Raimundo Silva Costa, morador, 2018).

As religiões de matrizes africanas estão presentes na comunidade, representadas em manifestações culturais da população, como no tambor de crioula e tambor de mina, resquícios do núcleo inicial de ocupação. Essas manifestações são praticadas pelos moradores mais antigos do povoado em diferentes épocas do ano e inter-relacionam-se de forma harmônica com os cultos evangélicos e festejos católicos.

O processo de ocupação da comunidade associa-se a formação do núcleo de resistência contra a escravidão negra no Maranhão, tendo como precursores os descendentes da família Silva e Costa, primeiros a ocupar o território no final do século XVII. O senhor Diogo Cassiano Costa representou um dos núcleos de ocupação da comunidade, considerado um dos principais líderes, tendo seu nome homenageado (*post mortem*) através da única escola de ensino (fundamental) existente na localidade (Figura 12).

Figura 12- Escola municipal Diogo Cassiano Costa



Fonte: Serra, 2018.

Para Gusmão (1995), os territórios quilombolas caracterizam-se pelas especificidades no modo de vida das populações localizadas, em geral, em áreas rurais do território brasileiro.

Um inventário parcial das informações existentes aponta para o fato de que os grupos negros vivem em bairros rurais, entendidos aqui na perspectiva desenvolvida por Cândido (1971) e por Queiroz (1976), ou então, em áreas esparsas reconhecidas como de negros. A especificidade do modo de vida demonstra existirem elementos que os diferenciam pela condição étnica e história particular de sua constituição. (GUSMÃO, 1995, p. 15).

Em 1988, o Brasil reconheceu o direito à propriedade dessa população através dos artigos 68 do Ato de Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), 215 e 216 da Constituição Federal de 1988. Esses atos simbolizam parcialmente o reconhecimento dos direitos ceceados aos negros no Brasil no processo de ocupação territorial. Com o Decreto N° 4.887, de 20 de novembro de 2003 houve a regulamentação dos procedimentos necessários a identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas pelos

remanescentes quilombolas, considerada legislação basilar para o reconhecimento dessas comunidades no país⁸⁵.

As terras ocupadas pelas comunidades reconhecidas quilombolas devem garantir a reprodução física, social, econômica e cultural das populações, além da preservação dos modos tradicionais. Na comunidade do Boqueirão os modos de vida da população podem ser percebidos nas atividades econômicas de subsistência como caça e agricultura (Figura 13).

Figura 13- Jovem morador voltando da roça no povoado Boqueirão



Fonte: Serra, 2018.

Nas áreas quilombolas os territórios são formados, em geral, por pessoas com laços consanguíneos cujo grau de parentesco e proximidade entre os moradores, contribui para a solidariedade, fator de coesão social. Nas atividades de campo realizadas entre 2015 e 2018 identificou-se que a solidariedade se encontra presente em situações rotineiras como a construção e/ou reforma das moradias onde grupos de vizinhos realizam a atividade em parceria (Figura 14).

⁸⁵ Além das legislações mencionadas, a Convenção 169 da OIT de 07 de junho de 1989, os decretos N° 143 de 20 de junho de 2002 e 5.051 de 19 de abril de 2004, a Instrução Normativa N° 49 do INCRA e Portaria N° 98 da Fundação Cultural Palmares regulamentam as áreas quilombolas no país.

Figura 14-Construção coletiva de moradia na comunidade do Boqueirão.



Fonte: Serra, 2018

Para Leite (1999), a solidariedade presente em comunidades tradicionais favorece a mobilização e inclusão social dos grupos marginalizados como quilombolas, pescadores, quebradeiras de coco, entre outros.

A própria noção de grupo contém uma dimensão específica em cada lugar, dependendo do que é compartilhado, daquilo que é considerado como sendo comum a todos os que dele participam. Alguns militantes ainda se apegam a uma visão ora romântica, ora vitimizada dos negros, chegando a vê-los ou projetados numa imagem negativa da exclusão ou através de uma visão folclorizada, construída de fora e reforçada por eles próprios. Com isto contribuem para aquela versão que foi muitas vezes idealizada em alguns estudos de comunidade e em diversas etnografias, quando, ao reconstituir processos políticos de reafirmação étnica, enaltecem a solidariedade e a resistência, menosprezando os níveis de conflito presentes no interior do próprio grupo como um importante agente de transformação e mudança (LEITE, 1999, p.146).

A gestão territorial no povoado é realizada em assembleias organizadas pela Associação Quilombola de Boqueirão que analisa as demandas da comunidade e toma decisões coletivas. No período 2015-2018 a assembleia discutiu questões referentes a projetos como: eletrificação rural, construção do poço de abastecimento de água pela Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão (CAEMA), formas de controlar o acesso ao atrativo turístico, entre outros assuntos⁸⁶.

A gestão participativa é de suma importância para o TBC, mas para isso é indispensável traçar o perfil socioeconômico dos moradores e os anseios da comunidade em relação a atividade.

⁸⁶ Em 2017 eram 73 associados a Associação Quilombola do Boqueirão sendo a comunidade formada por 63 famílias.

5.2 Perfil socioeconômico dos moradores do povoado Boqueirão

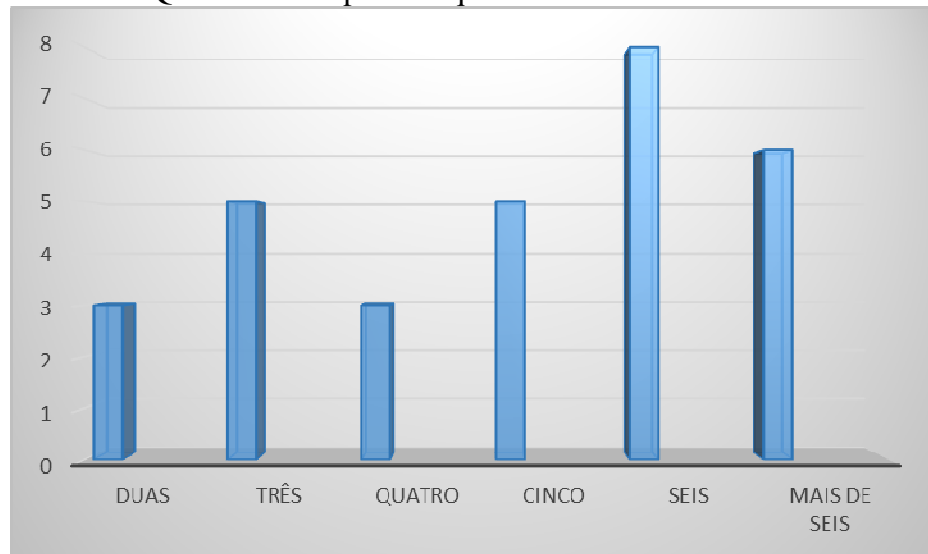
Segundo a Associação de Moradores do Povoado Boqueirão, a localidade possui aproximadamente 63(sessenta e três) famílias, sendo os formulários aplicados em vinte destas. O formulário (Apêndice I) destinado aos moradores divide-se em dois recortes de análise, sendo o primeiro direcionado a compreensão do perfil socioeconômico e o segundo as aspirações relacionadas ao turismo.

Em relação ao perfil socioeconômico têm-se que 54% dos núcleos familiares são geridos por homens com idade superior a 50 anos (72%). Dos moradores entrevistados, todos são naturais do Maranhão e ressaltaram que o núcleo inicial de ocupação se estruturou através de pequenos grupos familiares que resistiram à escravidão negra dos séculos passados e formaram no local um de centro resistência. Dos entrevistados, 70% residem no povoado a mais de trinta anos, pois os mais jovens saem da comunidade para continuarem os estudos em escolas dos municípios vizinhos (São Luís, Rosário, Morros e Barreirinhas) e acabam não retornando. Essa característica reflete no nível de escolaridade, pois apenas 9% dos entrevistados chegaram a concluir o ensino médio, sendo que 45% não finalizaram o ensino fundamental.

Em relação as profissões dos gestores familiares, 95% são lavradores e produzem como atividade de subsistência, ou seja, a produção é direcionada ao sustento das próprias famílias. Isso ajuda a elucidar o percentual de 90% das famílias receberem menos de R\$954,00 por mês⁸⁷, sendo que os programas assistencialistas (bolsa família, bolsa escola, entre outros) complementam a renda de 55% dos entrevistados. Apesar das famílias serem classificadas como extremamente pobres ou pobres, os recursos advindos das atividades primárias e dos programas assistencialistas sustentam mais de quatro pessoas em 45% das residências pesquisadas (Gráfico 2)⁸⁸.

⁸⁷ R\$ 954,00, valor do salário mínimo no momento da pesquisa.

⁸⁸Fonte de classificação: Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE) e livro "Estratificação Socioeconômica e Consumo no Brasil.

Gráfico 2- Quantidade de pessoas que residem no domicílio

Fonte: Elaborado pelo autor

Em relação a etnia, 72% consideram-se pardos, 18% negros e 10% brancos sendo que todos se declararam quilombolas. Nas práticas culturais as manifestações relacionadas a resistência negra ainda são identificadas.

Ao serem questionados sobre a atividade turística, todos os moradores entrevistados afirmaram que o município de Icatu possui potencialidades. Entre os lugares destacados como atrativos encontram-se os situados nos povoados: Boqueirão, Santa Maria, Prainha, Boa Vista, Anajatuba, Itatuaba e Papagaio. Para os moradores o povoado Boqueirão possui atrativos além das Cachoeiras, a exemplo: Festejo de Nossa Senhora da Vitória, Festejo de Santo Reis, tambor de Crioula, quadrilhas juninas e bumba meu boi que estão relacionados aos aspectos culturais do povoado e são fundamentais ao desenvolvimento do turismo comunitário.

Em relação ao desenvolvimento gerado pela atividade turística, 70% dos entrevistados acreditam que o turismo pode contribuir para o crescimento econômico do povoado, porém 80% ressalta que existem alguns malefícios gerados pela atividade como poluição, destruição do ambiente e degradação das cachoeiras.

Entre os impactos relatados foram identificados: descarte incorreto dos resíduos sólidos produzidos, presença de veículos como ônibus, caminhonetes e carros de passeio nas proximidades das cachoeiras, intensificando a erosão na via de acesso ao atrativo e a ausência de banheiros destinados a atender a demanda turística. A preocupação da população local em diminuir os impactos da atividade turística também foi observada com o trabalho voluntário dos moradores (Figura 15).

Figura 15- Resíduos sólidos descartados



Fonte: Serra,2016.

O desordenamento da atividade turística cresce exponencialmente nos espaços destinados ao banho que são ocupados por cadeiras, churrasqueiras, caixas de isopor e inúmeros outros utensílios que dificultavam o trânsito das pessoas e resultam em poluição visual (Figura 16).

Diante dos impactos da atividade, os moradores entrevistados sugeriram a otimização das medidas de controle de acesso as cachoeiras, com visitas programadas e orientações aos turistas. Além disso, medidas de recuperação como: reflorestamento, limpeza pública e melhorias na via de acesso.

Figura 16- Turistas nas Cachoeiras do Boqueirão em Icatu - MA



Fonte: Serra, 2016.

No dia 27 de julho de 2016 foi realizada a primeira experiência da comunidade na recepção dos turistas de forma programada. Esse cenário foi possível devido ao trabalho de campo proposto pelo pesquisador no XVIII Encontro Nacional de Geógrafos (ENG), realizado na Universidade Federal do Maranhão (UFMA), campus São Luís, no período de 24 a 30 de julho de 2016. Pesquisadores das diferentes regiões do país foram ao povoado Boqueirão analisar a perspectiva do TBC e puderam vislumbrar diferentes manifestações culturais como: tambor de crioula, quadrilhas juninas formadas por jovens da comunidade e ouvir histórias de vida (Figura 17).

Figura 17- Pesquisadores em contato com a comunidade do Boqueirão



Fonte: Serra, 2016.

No trabalho pós campo do ENG foram ouvidas as sugestões dos pesquisadores em relação às melhorias necessárias para otimização do atrativo turístico. As observações foram levadas à assembleia da Associação de Moradores do Povoado Boqueirão realizada no dia 24 de setembro de 2016 (Figura 18).

Durante a reunião com a comunidade foi observado o interesse dos participantes na busca por alternativas para diminuição dos impactos ocasionados pela atividade turística, além de contribuírem para melhorias de infraestrutura. As dificuldades encontradas no trabalho de campo do XVIII ENG foram debatidas pela comunidade que iniciou uma discussão acerca das visitas programadas. O pesquisador sugeriu algumas intervenções que foram analisadas pela comunidade, sendo o atrativo inserido em novas pautas das futuras reuniões da Associação.

Figura 18- Reunião do pesquisador com a comunidade



Fonte: Serra, 2016.

Em visitas realizadas em novembro de 2016 e março de 2018 foram observadas algumas intervenções realizadas pela comunidade no atrativo como: a remoção dos resíduos sólidos deixados pelos turistas (plásticos, garrafas, latas, entre outros), construção de dois banheiros no local onde se localizava o lixão, construção de cerca natural (com práticas de reflorestamento) no perímetro das Cachoeiras do Boqueirão, placas de sinalização e criação de barreiras para diminuir o acesso de veículos as proximidades do atrativo, colocação de sacos de areia para conter a erosão e início da construção de pequenos comércios de palha no acesso ao atrativo (Figura 19).

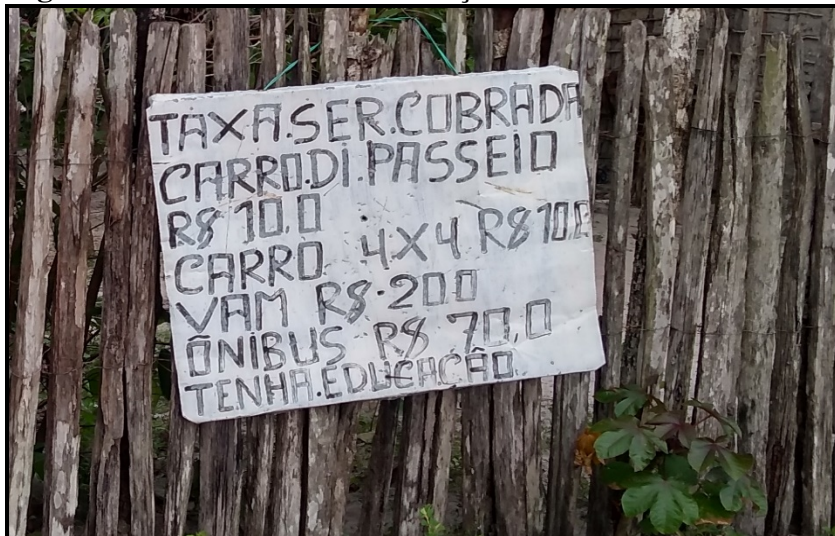
Figura 19- Algumas intervenções realizadas pela comunidade



Fonte: Serra, 2016.

Os entrevistados frequentavam as assembleias mensalmente e eram cientes da destinação final dos recursos advindos da atividade turística. Com o fluxo crescente de veículos e pessoas no povoado, os moradores decidiram em 07 de setembro de 2015 pela cobrança (Figura 20) no acesso ao atrativo, sendo os recursos gerenciados pela associação e destinados as obras de sinalização, compra de mudas para reflorestamento, construção da igreja e sede da associação, entre outras melhorias no povoado. A cobrança é realizada de forma não impositiva, pois os turistas que não contribuem podem acessar o atrativo normalmente. Essa postura adotada pela comunidade é aprovada por 80% dos moradores entrevistados.

Figura 20- Placa indicando cobrança no acesso ao atrativo



Fonte: Serra, 2018.

Ao buscar meios que podem ser usados como produto turístico, constatou-se que 80% dos entrevistados sabiam fazer algum tipo de artesanato que são utilizados, em geral, nas residências como: potes, caixas, jarros, abanos e cofos. Além do produto turístico, tentou-se verificar a possibilidade da formação das hospedagens familiares necessárias ao desenvolvimento do TBC, sendo que 60% dos entrevistados afirmaram que hospedariam pessoas desconhecidas em suas residências.

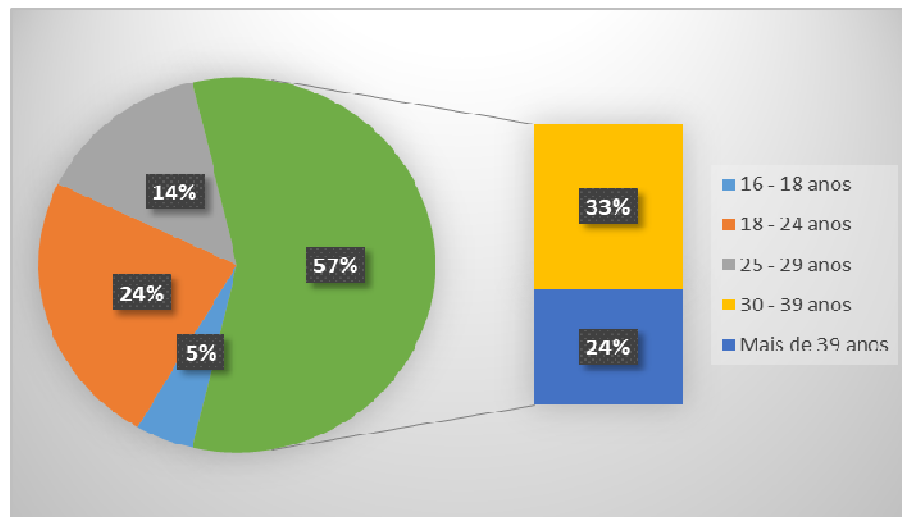
As características socioeconômicas supracitadas e a visão dos moradores em relação a atividade turística permitem concluir que o cenário de pobreza econômica no povoado pode ser modificado a partir do desenvolvimento do turismo comunitário que já é mesmo que de forma tímida. Os moradores percebem que a atividade turística pode ser utilizada para complementar as rendas das famílias e gerar melhorias infraestruturais no povoado.

No próximo item serão demonstrados os perfis dos visitantes e as visões em relação à atividade no povoado. Conhecer essas características é fundamental para o planejamento e elaboração de estratégias de educação ambiental.

5.3 Perfis e visões dos turistas em relação ao atrativo

Foram entrevistados 21 (vinte e um) turistas utilizando-se como critério a participação voluntária na pesquisa. Dos entrevistados, 55% eram do sexo masculino e 45% do sexo feminino, com idades variando entre 16 e 70 anos, sendo que 76% possuíam até 39 anos (Gráfico 3). Em relação a renda média, 91% dos entrevistados afirmaram receber mais de três salários mínimos mensais. Essa característica permite concluir que a maioria dos entrevistados pertence à classe média/alta.

Gráfico 3- Faixa etária dos turistas entrevistados



Fonte: Serra, 2017

Dos turistas entrevistados, 45% concluíram o nível superior de ensino ou estavam em fase de conclusão, ao passo que 37% tinham o ensino médio, 14% pós-graduação e apenas 4% o ensino fundamental. Presume-se que os turistas que frequentam o atrativo possuem conhecimentos relacionamentos a educação ambiental, pois o tema é considerado transversal na educação escolarizada conforme Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN).

Em relação ao raio de atratividade das Cachoeiras, 71% dos entrevistados afirmaram ser de São Luís (capital), 24% dos municípios próximos: Morros, Rosário, Humberto de Campos e Barreirinhas, 4% de outros povoados e 1% de outros estados. O atrativo turístico é capaz de atrair visitantes afastados cerca de 180 km, distância aproximada em relação à capital maranhense, atraindo novos turistas, pois 81% estavam visitando o povoado pela primeira vez.

Os turistas entrevistados ficaram sabendo do atrativo através dos amigos que haviam frequentado anteriormente o povoado e recomendaram a visita. Entre as características destacadas em relação à motivação, a paisagem (Figura 21) foi o fator que atraiu 85% dos entrevistados, 10% destacaram a tranquilidade e 5% a proximidade em relação a outros atrativos.

Figura 21- Cachoeiras do Boqueirão – Icatu-MA.



Fonte: Serra,2016

Os entrevistados indicaram que recomendariam o atrativo a outras pessoas e que retornariam em novas oportunidades. Destes, 90% acreditam que a atividade pode trazer benefícios à comunidade, porém 32% afirmam que o turismo não gera impactos ambientais no povoado. Isso demonstra que apesar dos impactos ambientais serem visíveis pela comunidade, alguns turistas não conseguem visualizá-los, pois preocupam-se apenas em utilizar o atrativo.

Ao serem indagados sobre as sugestões para otimização do espaço os turistas destacaram: práticas de educação ambiental, limpeza pública do local, intervenção na estrada de acesso ao povoado, aumento do controle da atividade, colocação de placas de sinalização, entre outras. Em relação ao lixo encontrado no atrativo, os turistas afirmaram que recolhem,

porém, a comunidade questiona essa afirmação ao destacar entre os impactos da atividade o lixo acumulado.

Dos visitantes entrevistados, 86% concordam com a cobrança feita no acesso ao atrativo, porém 95% desconhecem o destino do dinheiro arrecadado pela comunidade. Ao serem perguntados sobre a história da comunidade, 86% afirmaram que possuem curiosidade em conhecer através das práticas de educação ambiental, sendo que 59% afirmaram que não sabem se a comunidade é quilombola.

O perfil dos visitantes contribui na estruturação de práticas de educação ambiental, além do desenvolvimento econômico da comunidade com a geração de renda. A transparência em relação a gestão dos recursos obtidos com o turismo pela comunidade deve ser repensada, pois os turistas ao conhecerem a gestão podem contribuir de forma efetiva.

A fragilidade do território turístico é identificada com a análise das características geoambientais do município que serão apresentadas no item seguinte. A partir da inter-relação entre os anseios dos moradores, os perfis dos visitantes e a formação natural é possível estabelecer os parâmetros para a CCT e o MIV.

5.4 Aspectos geoambientais da comunidade

Neste item serão analisados alguns dos aspectos geoambientais considerados fundamentais na gestão do território turístico das Cachoeiras do Boqueirão. Utiliza-se o silogismo ou inferência dedutiva ao se iniciar as análises a partir das características do município até o nível das peculiaridades ambientais do povoado.

Nos estudos dessa natureza são comuns as análises compartimentadas, afinal essa postura auxilia na identificação das fragilidades ambientais, contribuindo na proposição de medidas mitigadoras para os diferentes impactos. Diante dessa perspectiva, aspectos como: clima, pluviometria, hidrografia, geologia, geomorfologia, relevo e pedologia serão descritos e inter-relacionados para que se diagnosticar as fragilidades do território turístico. As análises servem de suporte ao planejamento do TBC e a elaboração das estratégias de sensibilização ambiental dos agentes envolvidos (comunidade e turistas).

A classificação climática é resultante da análise de fatores como: temperatura média anual, precipitação pluviométrica, vegetação, umidade relativa do ar, além de outros mecanismos físicos produtores de chuva, como as massas de ar, por exemplo. Os Sistemas de Classificação Climática (SCC) utilizam de séries históricas, com no mínimo trinta anos, para classificar o clima de uma região. Entre os diferentes sistemas de classificação, os mais

adotados nos estudos científicos são os de Köppen e Geiger (1928) e Thornthwaite (1948) que são utilizados nesta pesquisa.

O Maranhão encontra-se em uma área de transição climática, com características do semiárido nordestino, identificadas na porção oriental, e da Amazônia brasileira com índices pluviométricos elevados, principalmente, no Noroeste do Estado (PEREIRA,2006). Alguns fatores ajudam a ratificar essa característica de clima de transição, como, por exemplo, o início do período chuvoso que se diferencia entre alguns municípios do Estado.

Segundo Maranhão (2002), o município de Icatu encontra-se em uma área com temperaturas médias anuais superiores a 27° C e umidade relativa do ar acima de 79% na porção Centro-sul e superior a 82% ao Norte, onde a influência marítima é maior. Essas características favorecem as precipitações pluviométricas anuais que se encontram entre 1600mm e 2000mm⁸⁹.

Em relação a classificação climática de Thornthwaite (1948), Icatu possui características de dois tipos climáticos: Úmido B₁(porção ocidental) e Sub-Úmido C₂(porção oriental) que se caracterizam pela “moderada deficiência hídrica no inverno, entre junho e setembro, com evapotranspiração potencial inferior a 48% nos três primeiros meses do ano se comparada a evapotranspiração anual⁹⁰” (MARANHÃO,2002, p.36).

De acordo com Köppen e Geiger (1928), o município localiza-se em uma área de clima tropical do tipo Aw (clima tropical com estação seca de inverno), essa classificação deve-se pelas seguintes características: temperaturas médias nos meses mais frios do ano são superiores a 26°C, forte precipitação anual, altas temperaturas o ano todo e ausência de estação invernal ou invernos rigorosos. Em Icatu, as chuvas são comuns nos primeiros meses do ano, em geral, entre janeiro e junho, e mais escassas ao final, portanto as Cachoeiras do Boqueirão encontram-se com volume d'água maior nos meses entre março e junho, quando os índices pluviométricos são maiores se comparados ao demais meses do ano.

As características climáticas e hidrográficas do Maranhão são diferentes em relação aos demais estados do Nordeste brasileiro, principalmente, pelo excedente hídrico. Apesar disso, o gerenciamento das bacias hidrográficas, através do monitoramento de uso e ocupação é de fundamental importância para manutenção da qualidade dos recursos no Estado.

Alguns autores como Tucci (1997) e Barrella (2001) são convergentes ao conceituarem as bacias hidrográficas, considerando-as como uma área de captação d'água

⁸⁹ Para Maranhão (2002, p.34), os principais fatores que interferem na distribuição das chuvas são: localização geográfica, cobertura vegetal, extensão territorial, relevo e maritimidade.

⁹⁰ A evapotranspiração resulta da perda da água dos vegetais para a atmosfera através do somatório da evaporação e transpiração.

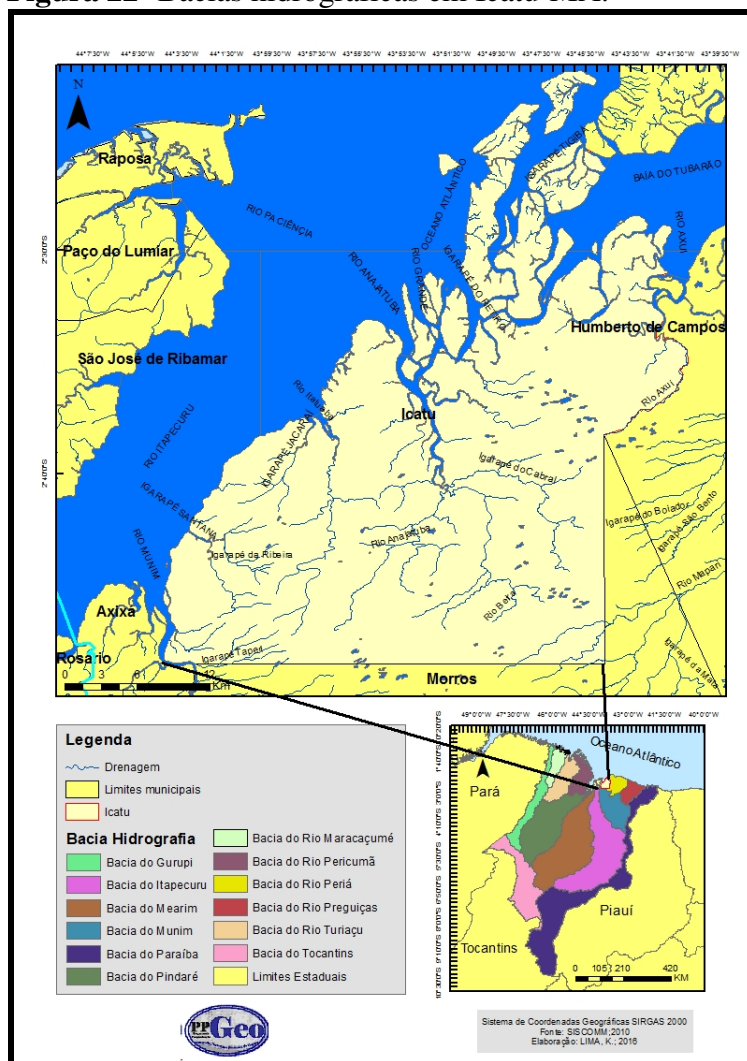
composta por uma rede de drenagem (superficial e subsuperficial) confluyente que resulta em um leito único até o exutório (local de desembocadura). As bacias hidrográficas são limitadas pelos divisores de água que podem ser topográficos e/ou freáticos, conforme a estrutura geológica (VILLELA E MATTOS, 1975), sendo que o conjunto destas formam as regiões hidrográficas.

O Maranhão situa-se em três regiões hidrográficas: Tocantins-Araguaia, Parnaíba e Atlântico Nordeste Ocidental. Segundo Brasil (2016), 91% da Região Hidrográfica Atlântico Nordeste Ocidental situa-se no Estado, correspondendo a 1% da vazão hídrica do país, sendo formada, principalmente, pelas bacias hidrográficas maranhenses dos rios: Mearim, Itapecuru, Munim, Gurupi, Pericumã e Turiaçu⁹¹.

O município de Icatu pertence a Bacia Hidrográfica do rio Munim (Figura 22) que compreende a 5% da área territorial do Maranhão, influenciando diretamente 23 municípios maranhenses (MARANHÃO,2002). A bacia hidrográfica é formada pelo conjunto de rios principais e secundários que compõem as sub bacias e/ou micro bacias, conforme a ordem de grandeza. Além do Munim, outros rios como: Grande, Beira, Anajatuba, Axuí, do Meio, Itatuaba e Mararucaia, além dos igarapés, compõem a drenagem superficial no município.

⁹¹ A Resolução do Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH) n° 32 de 25 de Junho de 2003 definiu doze regiões hidrográficas no Brasil.

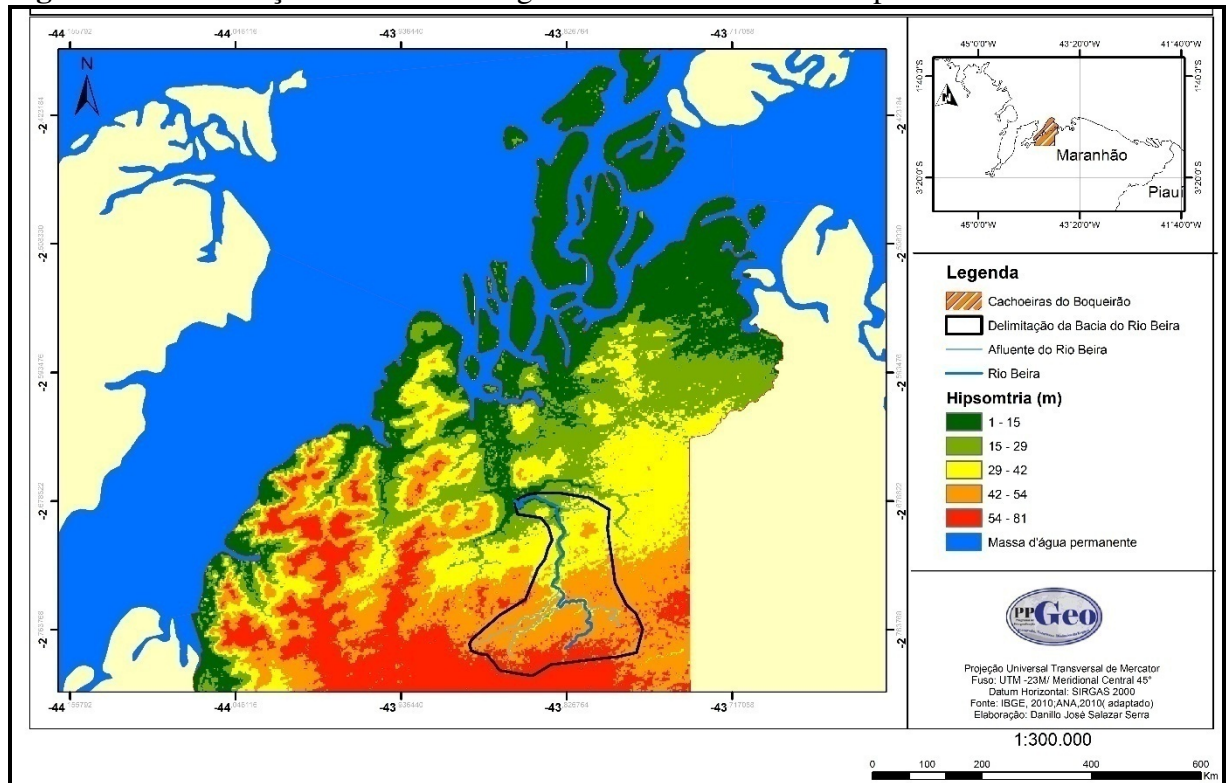
Figura 22- Bacias hidrográficas em Icatu-MA.



Fonte: Lima, 2016.

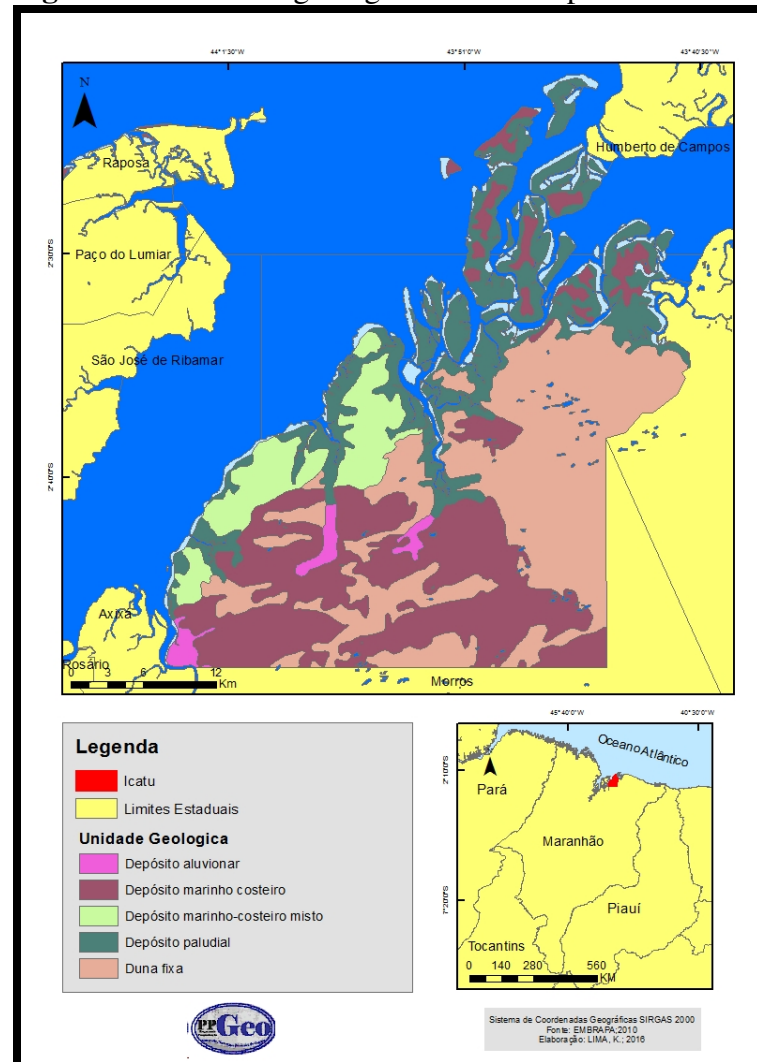
As Cachoeiras do Boqueirão encontram-se na área da sub bacia hidrográfica do Rio Beira, portanto conhecer suas características é fundamental para manutenção da potencialidade turística e uso pela comunidade (Figura 23). Ressalta-se que além dos rios e igarapés, a estrutura geológica no município favorece a formação de importantes reservatórios subterrâneos com grande potencialidade para perfuração de poços (CPRM,2011). Essa característica permite aos gestores públicos a adoção de estratégias que favoreçam o fornecimento de água potável à população através dos sistemas hidro geológicos.

Figura 23- Delimitação da Bacia Hidrográfica do Rio Beira com hipsometria.



Fonte: Serra, 2016.

Na escala de 1:750.000 do Mapa Geológico e de Recursos Minerais do Estado Maranhão (SOUSA *et al.*, 2012), a região encontra-se na província estrutural brasileira do Parnaíba, sendo que o município de Icatu possui coberturas superficiais como: Depósitos Eólicos Continentais Antigos, Depósitos de Pântanos e Mangues e Depósitos Aluvionares que recobrem as bacias submersas sedimentares de Barreirinhas e de Ilha Nova (Figura 24). As Cachoeiras do Boqueirão estão uma área de domínio geológico formado pelos aluviões marinhos com areias e argilas inconsolidadas que recobrem a Formação Itapecuru.

Figura 24- Unidades geológicas do município de Icatu

Fonte: Lima, 2016.

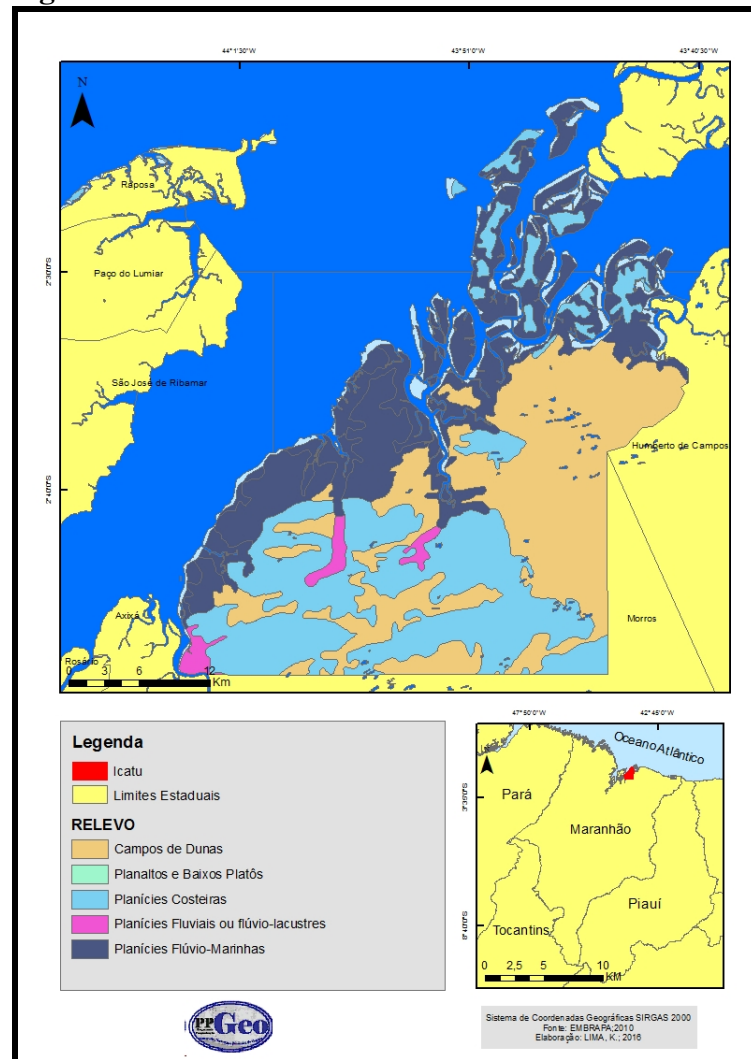
Para Maranhão (2002), em Icatu podem ser encontradas três formações geomorfológicas: Litoral em “Rias”, Lençóis Maranhenses e Golfão Maranhense. O Norte do município é geomorfológicamente classificado como Litoral em “Rias”, “pois as ‘rias’ foram convertidas em planícies aluviais, com a presença de ilhas formadas pela ação marítima” (MARANHÃO, 2002, p.18).

A análise geomorfológica serve de suporte na identificação das diferentes formas de relevo no município na medida em que resultam da combinação dos fatores fisiográficos supracitados. Segundo Girão e Corrêa (2004, p.37), “as feições topográficas e os processos morfogenéticos atuantes em uma determinada área possuem papel relevante na orientação de categorias de uso do solo, tanto para as atividades agrícolas como para as urbana-industriais”.

Os campos de dunas recobrem a maior parte do município, com dunas fixas, móveis e paleodunas que se formaram ao longo do tempo pela presença de vegetação. A formação tem suas características associadas à feição geomorfológica dos Lençóis Maranhenses e

principalmente pela atuação dos ventos como agente modelador do relevo. Nas áreas onde os Campos de Dunas não estão presentes, podem ser identificadas, em geral, as Planícies Costeiras formadas pelos sedimentos do Terciário ou Quaternário que se consolidaram (Figura 25).

Figura 25- Relevo de Icatu



Fonte: Lima, 2016

O atrativo turístico em análise situa-se entre as Planícies Costeiras e os Campos de Dunas sendo consideradas de formação recente e mais susceptíveis aos processos erosivos. As características pedológicas de Icatu estão associadas diretamente a influência flúvio-marinha. Segundo Maranhão (2002) são identificados dois grupos pedológicos no município: Areias Quartzosas Marinhas e Dunas e Solos Indiscriminados de Mangue. O primeiro caracteriza-se pela presença de solos arenosos quartzosos, em geral, profundos com baixo teor de argila e são característicos de áreas planas ou suavemente onduladas.

Os Solos Indiscriminados de Mangue estão nas desembocaduras dos rios, considerados mal drenados, com textura argilosa a arenosa, devido a influência marítima. Para a EMBRAPA (2006) três grupos pedológicos são percebidos em Icatu: Gleissolo Tiomórfico/ Gleissolo Háptico, Neossolo Quartzarênico e Neossolo Quartzarênico/ Latossolo Amarelo.

Os gleissolos hápticos são identificados nas áreas de manguezais, pois ficam permanente ou periodicamente inundados com horizonte glei e influência direta do mar. Os neossolos quartzarênicos/ latossolos recobrem quase a totalidade do município de Icatu e caracterizam-se por serem não hidromórficos e excessivamente drenados, apresentando boa permeabilidade. Os solos quartzarênicos não latossolos distinguem-se em relação as cores dos horizontes de formação e os teores de argila, sendo encontrados em menor proporção no território de Icatu. As classificações adotadas por Maranhão (2002) e EMBRAPA (2006) possuem características semelhantes, porém adota-se as definições e subdivisões pedológicas da EMBRAPA.

O relevo associa-se aos graus de declividade no município, sendo que nas áreas mais elevadas (30°) estão presentes os neossolos quartzarênicos/ latossolos e ao nível do mar (0°) os gleissolos tiomórficos/ hápticos. Nas Cachoeiras do Boqueirão, situadas em área entre 3° e 30° de declividade encontram-se os solos neossolos quartzarênicos/latossolos.

Com as informações sobre o perfil da comunidade e seus anseios, as características dos visitantes e os aspectos fisiográficos têm-se a preocupação em estabelecer formas de mitigar os impactos observados com base na capacidade de carga do atrativo turístico, sugerindo transformações territoriais. Diante disso, fez-se utilização das metodologias propostas por Cifuentes (1992) e pelo ICMBio (2011) que serão apresentadas no subitem que segue.

5.5 Capacidade de Carga como Ferramenta de Gestão Turística

No intuito de aferir um número possível de uso da cachoeira do Boqueirão, com a finalidade de comparar com a realidade vivenciada, balizou-se o quantitativo de visitas diárias em Cifuentes (1992), já discutido aqui, para a trilha de acesso e em proposta do ICMBio (2011) que traz um roteiro com normas de manejo. Dessa maneira, utilizamos dessas ferramentas para calcular o quanto de pessoas podem vivenciar o atrativo das cachoeiras ao mesmo tempo e se esse número pode ser atendido no contexto atual pesquisado.

Cabe discutir antecipadamente o que disse Ferretti (2002), quanto à Capacidade de Carga no que se refere às comunidades locais. Ela sugere que deva se considerar esse aspecto

no cálculo, pois, para a pesquisadora além das variáveis tradicionais - componentes biofísicos do ambiente; aspectos psicológicos dos visitantes; e capacidade de manejo – há os fatores socioculturais da população residente. Ruschmann (2001), cita que no que concerne à comunidade receptora a capacidade de carga pode ser ultrapassada se o uso turístico do espaço no qual se dá a reprodução do lugar passar a ser visto como hostil, como agressor da reprodução cultural comunitária.

Faz-se esta observação para explicitar que a Capacidade de Carga não se aterá neste momento ao fator supracitado, uma vez que a Associação Quilombola do Boqueirão se mostra assertiva quanto à prática do turismo em sua localidade, o que deverá ser considerado na execução do turismo pela escolha que se fez pelo Monitoramento de Impacto do Visitante (ICMBio, 2011; SÁ TELES, 2011) que garante uma gestão de planejamento cíclica e constante. Salienta-se que a MIV é uma garantia de melhor adequação do uso turístico do Boqueirão, pois a Carga obtida é um balizador inicial de manejo, como conclui Delgado (2007, p. 91) “ao avaliar a Capacidade de Carga Turística, devido à complexidade do sistema e à existência de elementos subjetivos e qualitativos que influenciam nesse processo, torna-se inviável a obtenção de um ‘número mágico’ que indique a não-existência de impactos”. E que, ela é o “início de um processo de planejamento turístico”, como afirma Sá Teles (2011), dentre todas as metodologias de planejamento e gestão para uso dos ambientes naturais no turismo, faz-se necessário escolher qual melhor se adequa às características intrínsecas da localidade.

Neste primeiro momento far-se-á o cálculo da Capacidade de Carga da trilha de acesso ao lago e cachoeira e do tempo de permanência no atrativo. A trilha tem 113,84m desde a entrada, na qual há barreiras para impedir a entrada de motos e carros. O primeiro passo é calcular a Carga Física, ou seja, o total de pessoa que caberiam lado a lado na trilha ininterruptamente, ela é dada pela fórmula: $CCF = (S/SP) \times Nv$.

Onde:

- S – Superfície disponível em metros lineares (113,84m)
- SP - A superfície utilizada para visitação por pessoa (1,5m).
- Nv – Número de vezes que a trilha poderá ser utilizada pela mesma pessoa. O modelo para cálculo do Nv sugere que se divida o horário disponível para visitação (**Hv**) pelo tempo necessário de visitação (**Tv**), ou seja: $Nv = Hv/Tv$. O tempo de visitação tem que considerar que a trilha dá acesso na ida e na volta, bem como o período de sua permanência na recreação. Cronometrando os grupos, obteve-se uma média entre a ida e volta na trilha de 14,42 minutos, ao que se considerará 15 minutos para o cálculo.

- Deve-se somar o tempo dispendido no atrativo, que é de 2 horas em média, totalizando 2h15min, ou 2,25 horas. A visitação ocorre a partir das 07h e encerra-se às 18h30min, perfazendo 11:30hs, ou 11,50 horas.

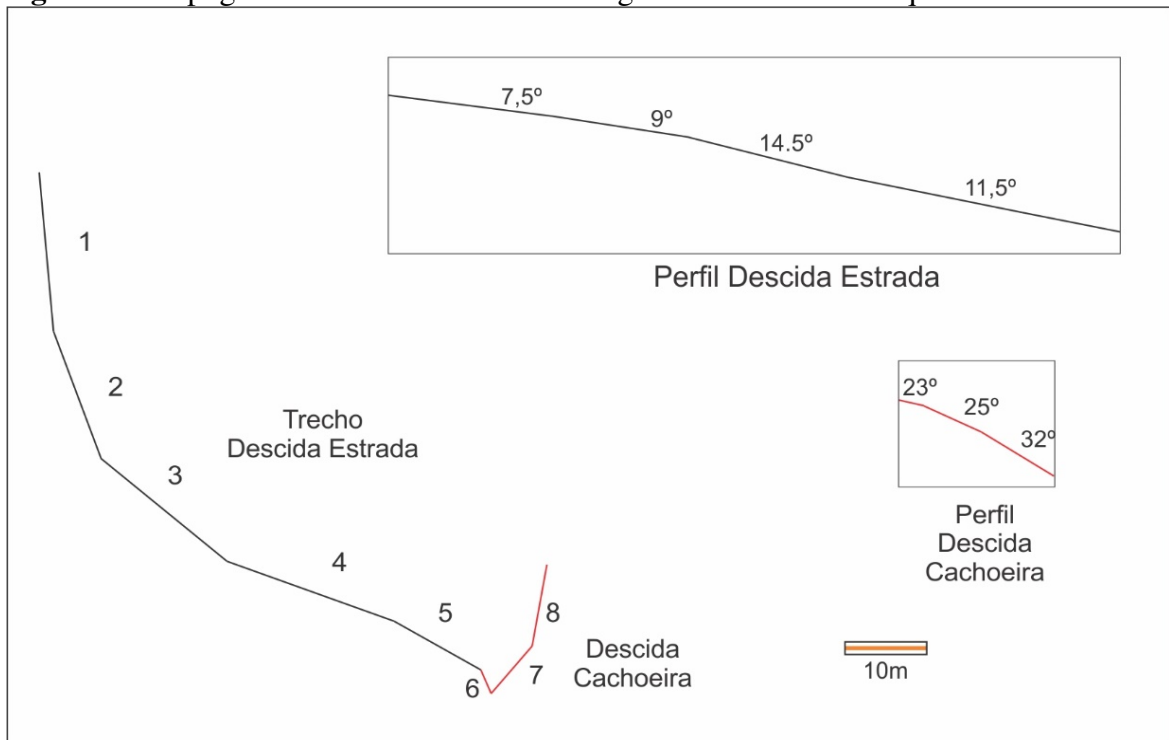
O cálculo do Número de visitas que a trilha pode ofertar, portanto, deu-se por:

$$Nv=11,5/2,25 = 5,11 \text{ visitas/pessoa.}$$

Para a Carga Física temos: $113,84/1,5 \times 5,11$, ou seja, a **CF = 387,81 pessoas**.

Esse valor corresponde ao total de visitas possíveis em um dia, sob condições ideais, a partir dela, diminuí-se os fatores não ideais, encontrando-se um valor de Carga Real. Dessa maneira, consideram-se os problemas sociais, físicos e ambientais (como Fatores de Correção-FC) que são aplicados à fórmula, descontando-se percentualmente cada um dos itens sucessivamente. O FC é o resultado da divisão do fragmento no qual há necessidade da correção (M1, M2, M3...) pelo total da trilha (MT): $FC = (1 - M1/MT) \times 100$.

O primeiro fator verificado foi o de erosão, **FCero**. Por toda a trilha a erosão é presente, mais sensivelmente quando a inclinação passa a 14,5°, que não configuraria, por si, inclinação grave, as inclinações podem ser vistas na figura 26. O contribuinte para esse aumento da erodibilidade é a canalização do leito, causada pelo rebaixamento, e a largura excessiva da trilha (chegando a 5,90 metros).

Figura 26- Topografia da trilha de acesso ao Lago e cachoeiras do Boqueirão

Fonte: Pesquisa, 2017.

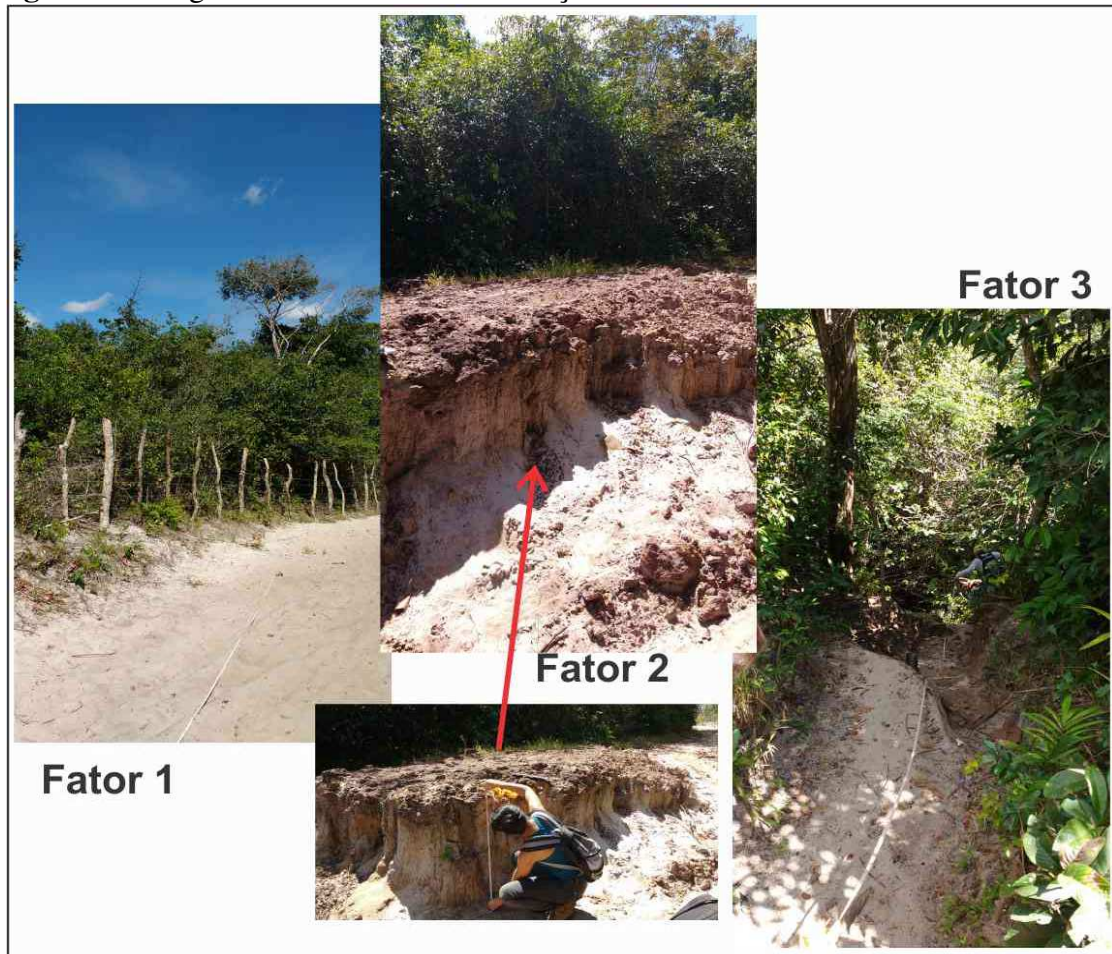
No quadro 4 estão descritos os Fatores de Correção observados nos pontos de verificação da trilha com suas características e dimensões. Salienta-se que a escolha seguiu as metodologias mencionadas anteriormente. Na figura 27 estão demonstrados os três fatores de correção.

Quadro 4- Fatores de correção erosão

Fator	Item	Caracterização	Dimensão
1	Baixa Inclinação	Área que mesmo rebaixada, apresenta condições de manutenção das características pedológica aceitáveis	37m
2	Média Inclinação	Inclinação entre 14,5° e 20° com sulcos no solo e grande rebaixamento da calha de trânsito	55,77m
3	Alta inclinação	Inclinações maiores que 20°, canalização da água pluvial, sinais de graves erosões.	21,17m

Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

Figura 27- Fragmentos dos fatores de correção de erosão



Fonte: Autor, 2017.

O **FCero** considerado refere-se aos trechos 2 e 3, que resultou em 76,94m, os quais aplicados à fórmula:

$$\text{FCero} = 1 - (M1 / M.T) \quad -\text{FCero} = 1 - (77,94 / 113,84) = 1 - 0,68 = 0,320 \text{ (32,0\%)}$$

Outro fator a ser considerado pelo cálculo é o **Fator de correção social (FCsoc)**, ele indica que a visitação por grupos, considera aspectos referentes à satisfação do visitante (TEIXEIRA; OLIVEIRA, 2015), assim, a visitação deve ser organizada por grupos, mas neste aspecto, por ser a permanência na área do lago e cachoeiras o determinante do tempo de visitação, este fator não será considerado, mesmo sendo evidente, uma vez que o MIV se dedica a isso e far-se-á essa consideração a partir da Capacidade de Carga Real (CCR)⁹².

⁹²Outros fatores como o fechamento para manutenção, dias chuvosos, saneamento (limpeza, infraestrutura) não foram incluídos uma vez que a procura pelo atrativo ocorre majoritariamente aos finais de semana, com maior procura fora desse período somente nos meses de maior demanda turística, julho, dezembro, janeiro e fevereiro, uma vez que há tempo para tais atividades serem executadas. No que se refere aos dias de maior precipitação,

A CCR para essa trilha após aferidos esses fatores limitantes será de:

$$\text{CCR} = \text{CCF} \times (\text{FCero})$$

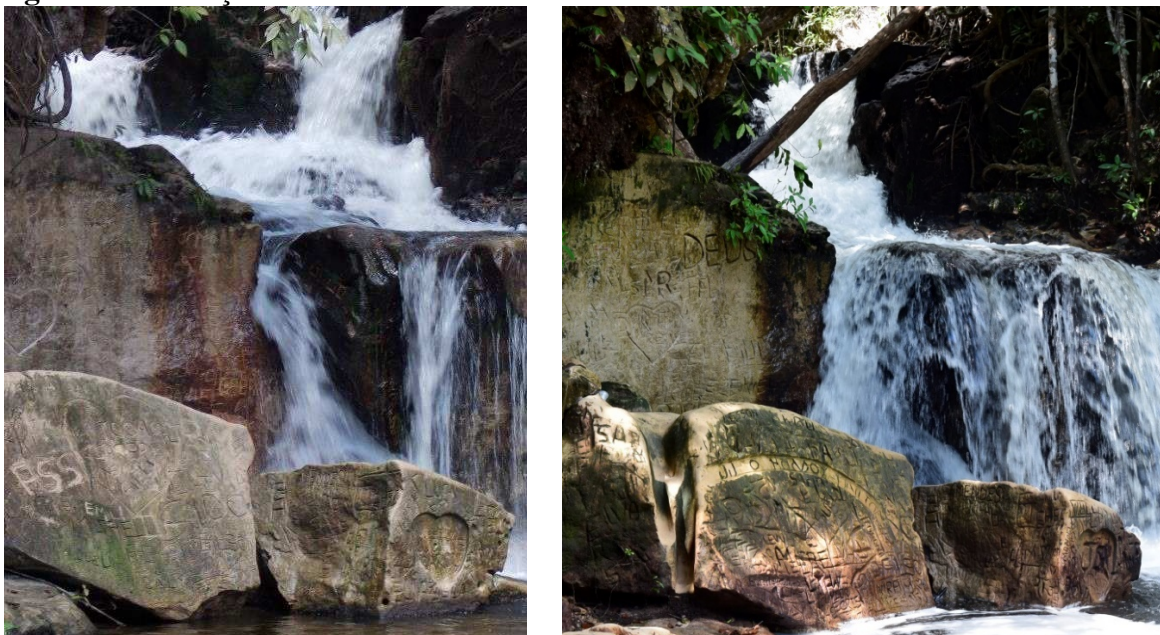
$$\text{CCR} = 387,81 \times 0,320 = 124 \text{ visitas/dia}$$

Considerando-se esse número de visitas diárias calculado a partir das diretrizes físicas, a VIM foi utilizada para se estabelecer um número que permita qualidade da visita e que possa revelar um indicador de monitoramento da qualidade do atrativo, da satisfação do visitante e da manutenção do recurso natural. Busca-se, portanto, o “Número Balizar de Visitantes, NBV” (ICMBio, 2011, p.30; DINES e PASSOLD, 2006, 47-49).

Os critérios a serem considerados são alocados em planilha com valores de 1 a 3, quanto maior mais suscetível a impactos negativos. O primeiro, quanto à demanda, é calculado para se decidir qual dos atrativos é prioritário na elaboração do NBV, o que não se aplicaria neste caso, por tratar-se de um único atrativo, mas se o calculou para mensurar em que grau ele tem importância. Nele, quanto maior a demanda, mais elevado o valor, a sugestão de percentagens refere-se a intervalos de até 40%, entre 40% e 70% e mais que 70%. Por tratar-se de atrativo único considerou-se 100%, portanto com valor 3.

O segundo critério é a presença de impactos que são divididos nos seguintes níveis: sem evidências, pouco evidentes ou em nível inicial e o mais alto, visíveis, conhecidos, evidentes. O lago e a trilha apresentam significativos impactos, não só ao ambiente, mas também quanto a queixas dos visitantes. Quanto a trilha já se os considerou na CCR, no lago e cachoeiras há inscrições no arenito que em certos pontos adornam quase toda a rocha (Figura 28) tendo aumento significativamente em 4 anos. O lixo deixado pelos usuários é outro item citado, bem como o estado de acesso ao atrativo.

eles não interferem no cálculo, causando menor demanda espontânea ou, no caso de volumes excessivos, o fechamento. Estes casos foram considerados no item segurança e socorrismo da NBV.

Figura 28- Inscrições no arenito

Fonte: Serra, 2013; 2017. Nota-se à esquerda (julho de 2013) e na da direita (junho de 2017) novas inscrições, sobretudo no bloco menos sujeito à água que cai da cachoeira.

Os impactos evidentes têm peso 2 na matriz de priorização do MIV, que considera uma variedade de atrativos, o que não se constitui neste caso. Portanto, ela se restringirá ao objeto estudado, que teve índices máximos para a demanda e para os impactos, tabela 4.

Tabela 4- Matriz de Priorização

Atividade	Demanda de visitação	Impactos Evidentes	Total
Visita à Cachoeira e Lago	3	3 (x2) = 6	9

Fonte: Adaptado de ICMBio (2011, p.27).

Partindo-se da prioridade, que neste caso serviu para indicar os impactos evidentes, por tratar-se de um único atrativo visitado, estabelece-se o NBV. Convém salientar que o número obtido “variará de acordo com as mudanças nas condições de manejo da visitação. Deverá ser utilizado como um elemento orientador e auxiliar ao manejo de impactos da visitação” (ICMBio, 2011, p.30). Dessa forma foram consideradas as condições de manejo de visitação que são de caráter físicas e mensuráveis⁹³. O resultado poderá ser comparado ao já calculado, restringindo-o, mas não aumentando, uma vez que o cálculo considera as

⁹³ Salienta-se que ele se refere ao atrativo, uma vez que o número total de visitas, com a trilha e o tempo de visita, já foi calculado.

condicionantes da trilha e qualquer aumento de carga se dá por correção das restrições apontadas.

O NBV leva em conta as condicionantes envolvidas no uso do atrativo, como espaço suficiente e protegido para o número de pessoas em caso de pontos de parada, mirantes, bordas de lago e cachoeiras, número de equipamentos suficiente, vagas em área de acampamento, variando conforme as características. Entretanto, “o fator espaço físico disponível sempre deverá ser considerado, pois permite identificar o número máximo de visitas que certo lugar poderia acomodar”, ao que se deve responder a algumas questões, estabelecidas para o Boqueirão (Quadro 5), segundo o que se pode constatar para as condições locais atuais. Os fatores limitantes do manejo podem ser variáveis, dependendo das características do ambiente e do uso que se faz (ICMBio, 2011, p.31-31).

Quadro 5- Questões levantadas para o cálculo do NBV.

ITEM CONSIDERADO		QUESTÃO DE MANEJO
1	Espaço disponível para a atividade	O entorno do lago e ele próprio pode abrigar que número de visitantes para a atividade de banho e vivência das cachoeiras?
2	Segurança: equipamentos e serviço de socorrismo	Há fator de risco à atividade? Ele condiciona serviço de segurança? Há equipamentos de segurança para prevenção dos riscos?
3	Controle da depredação	Há programas de E.A. ou de fiscalização para minimizar as depredações do ambiente do lago-cachoeiras?
4	Qualidade da visita	O visitante sente-se satisfeito em sua visita, a qualidade da visita está garantida pelo manejo?
5	Infraestrutura	Quais as infraestruturas necessárias ao uso turístico? Elas existem e qual com que grau satisfazem o papel que lhes cabe?

Fonte: Adaptado de ICMBio, 2011, p.31; Dines e Passold, 2006.

Calculou-se a dimensão do lago no qual os visitantes permanecem e a do entorno, na qual utilizam como suporte ao banho - dispensa de material da visita como toalha, mochila, apetrechos, roupa de troca. Considerou-se que para o banho a área necessária por visitante é de 6m² e para o entorno do lago, 4m² (ICMBio, 2011; DELGADO, 2007). O valor maior se justifica por haver variabilidade significativa da dimensão do lago e fazer-se o cálculo pela cota de cheia, que é 1/3 maior que a da vazante.

O cálculo se dá pela fórmula: $NBV = D/N \times NV$, onde:

D - Disponibilidade em metros lineares / quadrados / quantidade

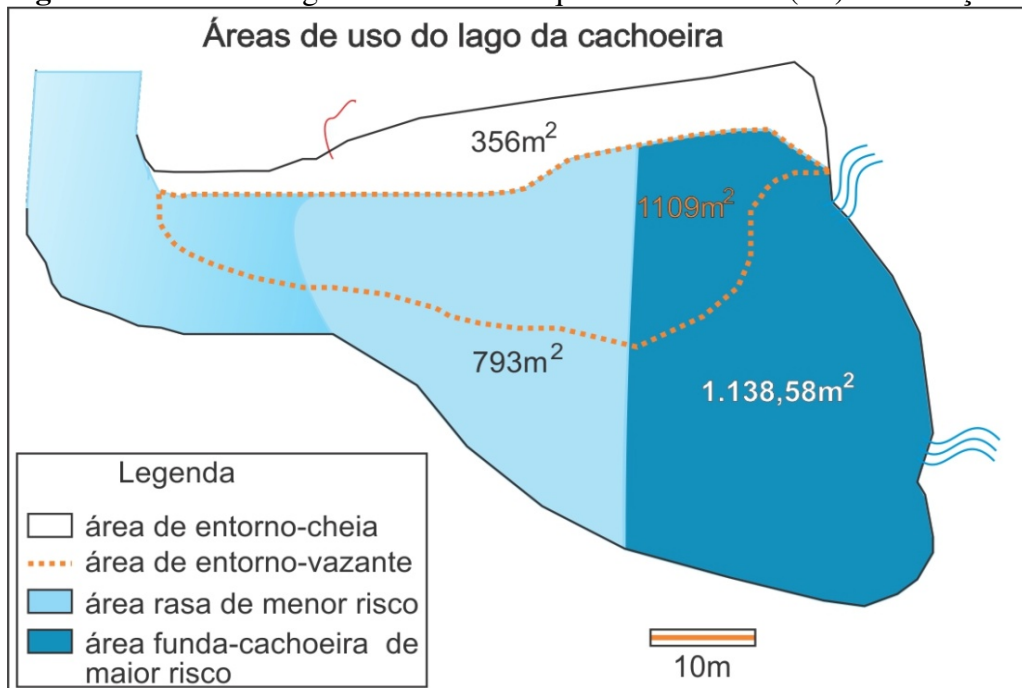
N - Área necessária para a atividade por visitante

NV – Número de vezes que o grupo, ou pessoas podem visitar o atrativo, ele é obtido por: $NV = TO/TN$

TO - Tempo diário de visitação
 TN – Tempo necessário para a atividade.

Nota-se que o NV é exatamente a CCF de Cifuentes, cujo cálculo resultou em **387,81** visitas/dia, cujo fator considerado foi a trilha, com 2 metros para cada usuário. Para a CCF já se estabeleceu o NV, que foi de 5,11 visitas/dia, ou seja, 5,11 grupos com um tempo de permanência de 2,25 h em um período de funcionamento de 11,5 horas/dia. Para o NBV do lago, é necessário observar-se a diferença de área alagada, que é menor na seca. Para esta pesquisa, consideramos o valor para o período chuvoso, mais restritivo, uma vez que a área maior, de lago, exige também área individual maior, e oferecer mais riscos ao visitante. A figura 29 apresenta as dimensões das áreas para os períodos, destacando que elas podem variar, dependendo do comportamento do clima⁹⁴.

Figura 29- Área do Lago e entorno do Boqueirão com áreas (m²) de visitação



Fonte: Pesquisa, 2018.

O número de visitas neste caso depende da área do lago e do entorno, que são:

NBV lago: 1 - NBV Entorno + 2 - NBV Lago x NV (5,11)

$$1 - 356\text{m}^2 / 4 = 89 \text{ pessoas}$$

$$2 - 1.931,58 / 6\text{m}^2 = 322 \text{ pessoas}$$

⁹⁴ Foram estabelecidas com dois períodos secos, 2013 e 2017 e um chuvoso, 2017.

$$\text{NBV Lago} = (89 + 322) \times 5,11$$

$$\text{NBV LAGO} = \underline{\underline{2.100 \text{ pessoas / dia}}}$$

Esse número considera que haja condições ideais, o que não é a realidade. Dessa forma exige-se que se calcule os fatores limitantes de manejo. Ao considerarmos que esse número significa que 89 mais 322, 411 pessoas estarão ao mesmo tempo no atrativo, evidentemente é extremamente grande, e se utilizado criaria um aglomerado que não satisfaria o visitante. Somado a isso uma das carências mais graves é a inexistência de banheiro, uma necessidade urgente, dado o tempo médio de permanência de mais de 2 horas. Na capacidade de carga esse fator seria utilizado com uma porcentagem, aqui, na MIV, deve-se aumentar o fator limitante diretamente no item de uso, ou seja, no espaço ocupado. Assim dobrou-se os valores, de 4m² para 8m² e de 6m² para 12m².

$$\text{NBV lago - Aglomeração: } 1 - \text{NBV Entorno} + 2 - \text{NBV Lago} \times \text{NV} (5,11)$$

$$1 - 356\text{m}^2 / 8 = 44,5 \text{ pessoas}$$

$$2 - 1.931,58 / 6\text{m}^2 = 161 \text{ pessoas}$$

$$\text{NBV Lago} = (44,5 + 161) \times 5,11$$

$$\text{NBV LAGO} = \underline{\underline{1.050 \text{ pessoas / dia}}}$$

O número de 1.050 visitas dia é, portanto, o máximo de pessoas que podem frequentar o atrativo, se as condições forem ideais, mas, como calculado anteriormente, há grande precariedade no acesso por trilha, que foi de 124 visitas/dia, aqui deve-se considerar que cada ciclo de visitas, dos 5,11 estabelecidos para a trilha com intervalo de 2,25 horas, é integrado por um grupo que vivenciará as cachoeiras e o lago, portanto se deve dividir pelo número mais restrito, ou seja: 124 visitas / 5,11. Como não se pode utilizar um tempo fracionado, já que as visitas têm um tempo de 2,25 hora, usou-se 5 visitas, cujos grupos devem ser de 124, ajustado para 125. Então o NBV deve ser de 124 pessoas/dia, com 5 grupos de 24,8, ou seja, grupos de 25, mas que se as questões da trilha forem adequadas, ele pode chegar a 1.050/dia.

Este número pode parecer demasiadamente pequeno, porém o estado do acesso é precário e a ausência de banheiros - mas fácil de ser solucionado – exigem esse uso. A melhor alternativa é, para a trilha, criar-se acesso pela parte superior (Apêndice III), construindo-se escadas e pontes suspensas para se chegar à margem esquerda da segunda cachoeira, dali, descendo-se para a margem oposta da que hoje é utilizada, através de escadas. A literatura dispõe de uma gama diversificada de sugestões para esse tipo de intervenção infra estrutural,

das quais, traz-se uma proposta, em croqui, da intervenção (Apêndice IV). Para o banheiro, aperfeiçoar construção em alvenaria, com acesso por escada em parcela da trilha atualmente em descida, dando-lhe a função sanitária necessária.

Cabe ainda considerar alguns critérios para o NBV, o último passo a obtenção de indicadores⁹⁵ que deverão ser avaliados e, dependendo dos impactos, implantar novas ações de manejo. O quadro 6 mostra os passos no estabelecimento deles.

Quadro 6- Procedimentos para seleção de indicadores

Seleção de indicadores para mensuração do nível de impactos da visitação na qualidade do ambiente e da experiência do visitante.

Especificação de padrões para cada indicador e mensuração da condição atual dos indicadores.

Estabelecimento da estratégia de monitoramento com a elaboração da Matriz de Monitoramento de Impactos.

Fonte: ICMBio, 2011, p. 50.

Primeiramente deve-se identificar e relacionar os indicadores possíveis para medir as condições do ambiente e da qualidade de visitação, eles devem ser capazes de avaliar “os impactos da visitação nos recursos biológicos, físicos e culturais” (ICMBio, 2011, p. 52), para cada atividade por lugar de visitação.

Precisa ser estabelecido um conjunto de indicadores específicos que constituam um “conjunto simples, porém eficiente e eficaz, de indicadores na fase inicial de implementação do manejo de impactos da visitação (ICMBio, 2011, p. 52). A partir destes indicadores, a operação deles aperfeiçoa-os, amplia-os e complexificando-os, passando à fase de consolidação.

As características desejáveis são, genericamente: que sejam verificáveis; específicos (focados e precisos); confiáveis e repetíveis (mensuráveis periodicamente e diretamente relacionados aos impactos causados pelo uso dos visitantes); finalizando, serem de reposta rápida ao manejo (MANNING, 2007).

Os indicadores de impactos selecionados referem-se ao uso e ao ambiente. Para a inter-relação dos dois consideraram-se para uso da cachoeira e lago do Boqueirão: número de sinais de fezes humanas ou papel higiênico; sinais de carvão-cinzas de churrasco; decibéis

⁹⁵Indicadores são ferramentas utilizadas para auxiliar no monitoramento cuja função primordial é fornecer informações de várias dimensões quanto ao ambiente, sociedade, cultura, recursos, serviços e todo o contexto que compõem o desenvolvimento sustentável do sistema na sociedade (CARVALHO, *et al.*, 2011). Eles são parâmetros que monitoram com a intenção de avaliar o sucesso dos programas de manejo, e devem contemplar todos os impactos causados pelo uso público.

acima do padrão estabelecido na porção média do lago causado pelos visitantes (medido antecipadamente e a cada dia sem uso, só com o som da água). Os genuinamente ambientais são: remoção da vegetação além da área específica de trânsito; presença de fauna relatada para a área do lago; vandalismo à rocha (presença de novas inscrições). Os relacionados ao visitante: fila para o banheiro; fumaça de fogueira-churrasco; aglomeração nas cachoeiras; acidentes (Quadro 7).

Quadro 7- Indicadores especificados para o Boqueirão.

TIPO DE INDICADOR	INDICADOR	ATRIBUTO
Ambiental / Experiência	Número de sinais de fezes humanas ou papel higiênico;	Poluição
	Carvão- cinza de churrasco	Segurança- conflito de uso
	Decibéis acima do padrão estabelecido na porção média do lago causado pelos visitantes	Fauna – conflito de uso
Ambiental	Remoção da vegetação além da área específica de trânsito	Flora
	Presença de fauna relatada para a área do lago	Fauna
	Presença de novas inscrições na rocha arenítica	Geologia
Experiência	Fila, tempo de espera para o banheiro	Infraestrutura
	Fumaça de fogueira-churrasco	Uso conflitante
	Aglomeração nas cachoeiras	Uso excessivo
	Acidentes	Educação ambiental

Fonte: Dados da pesquisa, 2018.

Forma definidas as condições mínimas e/ou máximas a serem medidas para cada um deles. Eles foram estabelecidos como referência inicial do manejo que se implantará, seguindo os critérios declarados por Manning (2007), os quais devem ser expressos em: tempo e espaço, probabilidade (aceitável, alerta e intolerável), focados em metas a serem alcançadas e/ou que se desejem que não se alterem. Importante é obter-se a medida atual do indicador, ou seja, a “linha de base do indicador” (ICMBio, 2011, p.61). A partir destas etapas foi elaborada a matriz de monitoramento, discriminando-se cada item dos indicadores, como se vê no quadro 8.

Quadro 8- Matriz de Monitoramento de Impactos da Visitação

LOCAL	INDICADOR	PADRÃO mínimo-máximo	LINHA DE BASE	CÁLCULO
Trilha de acesso Lago – Entorno Cachoeiras	Número de sinais de fezes humanas ou papel higiênico;	Zero de ocorrência	Mensuração a partir do início da operação do monitoramento	Nº de fezes em qualquer parte do uso do atrativo
Lago - Entorno Margens dos rios	Carvão-cinza de churrasco	1-mínimo 2-ação de manejo	Períodos de 1 mês	Nº de pontos de ocorrência
Lago	Decibéis acima do padrão estabelecido na porção média do lago causado pelos visitantes	3 decibéis acima aceitável 4 decibéis, revisão do NBV	3 ocorrências no período de 1 mês	Apontamentos de planilha mensal
Trilha - Entorno do Lago	Remoção da vegetação além da área específica de trânsito	5% - mínimo aceitável >5%, revisão NBV	A partir de 2 meses	Fragmentos pré-estabelecidos: Trilha, lago, escada de acesso ao banheiro
Lago – Entorno Floresta adjacente	Presença de fauna relatada para a área do lago	Menor ocorrência em 1 mês	Sucessão em 2 meses	Observação pelo morador mais apto. Qualitativo
Arenito exposto Lago	Presença de novas inscrições na rocha arenítica	Mínimo 1 nova inscrição Máximo 2 inscrições	1 mês	Comparação com imagem base do estado atual
Banheiro	Fila, tempo de espera para o banheiro	Mínimo semanal Duas semanas sucessivas/ Duas em um mês	1 mês	Apontamentos de planilha mensal
Todas áreas de visitação	Fumaça de fogueira-churrasco	1-mínimo 2-ação de manejo	1 mês	Apontamentos de planilha mensal
Cachoeiras	Aglomerção nas cachoeiras	1 - mínimo 2 - máximo	1 mês	?
Todas áreas de visitação	Acidentes	1 – acidente 2 - acidentes	1 mês	?

Fonte: Dados da pesquisa, 2018.

Uma questão que deve ser discutida é a apropriação total do ‘atrativo’ (entre aspas por contrapor-se à naturalidade do cotidiano do espaço vivido na comunidade) em todos os períodos, e a manutenção de ocasiões de impedimento de uso turístico, no qual somente os moradores possam utilizá-lo.

Estes são parâmetros e indicadores sugeridos a partir da realidade encontrada no uso do lago e cachoeiras do Boqueirão. A partir do cálculo inicial pode ser iniciar o manejo pelos atores locais do turismo, detentores desse recurso que é ao mesmo tempo parte da cultura, do território ainda comunitário e gerador de renda na inserção da comunidade no contexto da modernidade do mercado de consumo. A partir deles, e pelo empoderamento do turismo local pelo Boqueirão, a implantação da gestão e monitoramento é uma ação imprescindível para a manutenção do atrativo que pode contemplar a reprodução do local e dele na escala universalizante do turismo como alternativa.

Salienta-se que este item apresentou um parâmetro, demonstrando o quanto se poderia obter de uso das cachoeiras e do lago em benefício da comunidade do Boqueirão, sem que isso lhes acarrete demasiada perda de vínculos com as reproduções de seu espaço, de seu território de sua cultura e dinâmica cotidiana.

A escolha das ferramentas se fez por se entender que expressam em seus preceitos uma característica fundamental nesse sentido, o constante replanejamento do manejo, garantindo aos agentes locais a possibilidade de manterem uma relação benéfica de geração de renda, necessária à sua inserção-transição ao mundo moderno e sua territorialidade construída em tempos distintos dos atuais.

6. CONCLUSÕES

A localização geográfica e os atrativos naturais e culturais contribuem para a inserção do povoado Boqueirão na rota turística que interliga os polos São Luís, Munim e Lençóis Maranhenses. Com o crescimento desordenado do fluxo turístico na região houve a intensificação dos impactos negativos da atividade na comunidade que busca de forma tímida reorganizar o território em face a nova dinâmica.

O controle de acesso ao atrativo, através da cobrança de valores monetários, por exemplo, demonstrou a tentativa da comunidade de gerar recursos com o turismo e direcioná-los as melhorias de infraestrutura como: construção dos banheiros, recuperação das áreas degradadas e locais de apoio aos visitantes. As necessidades da comunidade são debatidas em assembleias sendo as decisões colocadas em prática através do envolvimento coletivo.

Percebeu-se que a comunidade anseia por visitas programadas ao povoado com horários e quantidade de visitantes previamente estabelecidos. Diante disso foram utilizadas as metodologias do Controle de Capacidade de Carga Turística (CCT) proposto inicialmente por Cifuentes e do Manejo de Impactos da Visitação (MIV) do Instituto Chico Mendes de Biodiversidade (ICMBio), estabelecendo parâmetros de controle e manejo do atrativo que permitem a gestão efetiva pela comunidade.

A quantidade de visitas diárias ao lago e cachoeiras calculado pelas metodologias mencionadas permitiram identificar o panorama atual da atividade e as possibilidades de manejo que podem redinamizar o atrativo atraindo novos visitantes e gerando receitas. O cenário atual indica que os recursos financeiros gerados pelo turismo local ainda são insuficientes para inserção da comunidade na contemporaneidade do mercado de consumo.

Quando se considera que a maior demanda turística ocorre em feriados prolongados, ficando outros finais de semana com poucos visitantes, a renda não é suficiente para abarcar as necessidades coletivas do Boqueirão ou, até mesmo, do manejo necessário. Porém, a escolha dessas ferramentas demonstrou que ações focadas nas deficiências de manejo podem contribuir na otimização do uso, aumentando o número de visitas.

Nesse sentido, a construção de infraestrutura que desvie o acesso e a implantação definitiva dos banheiros possibilita que o número atual de 125 visitantes diários passe para 1.050, número alto, mas seguro se as ações de manejo forem implementadas.

Como se vem discutindo a cobrança do acesso, como taxa de manutenção, se o valor for de apenas R\$ 20,00, nos feriados, em ao menos 2 dias de uso máximo, a comunidade

arrecadará R\$42.000,00. Somando-se aos finais de semana poder-se-á arrecadar o suficiente para minimizar a pressão econômica quanto às novas demandas sociais da comunidade.

Obviamente essa carga de visitação deverá ser acompanhada do controle necessário para que não se degrade o atrativo. Além disso, a comunidade tem que se organizar de forma participativa, solidária e autogestacional, discutindo seus problemas e utilizando dos benefícios financeiros para melhoria nas condições de vida dos moradores, o que deverá ocorrer pois apresenta um bom grau de mobilização e participação.

REFERÊNCIAS

- ABREU, R. C. L. de. **CCQ, Círculos de Controle de Qualidade: Integração-Trabalho-Homem-Qualidade Total**. 2. ed. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1991. p. 175-176.
- ACERENZA, M. Á. **Administração do turismo**. Bauru, SP: EDUSC, 2002.
- ALMEIDA, M. V. **Matriz de avaliação do potencial turístico de localidades receptoras**. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) Universidade de São Paulo, 2006.
- AMADOR, C. *Fet al.* Turismo alternative como herramienta para el desarrollo local: el caso de el parque nacional el chico en el estado de Hidalgo. **Revista de Investigación en Turismo y Desarrollo Local (TURYDES)**, v.5,n.13, dez.2012.
- AMARAL FILHO, J. do. **Desenvolvimento Regional Endógeno em um ambiente federalista**. In Planejamento e Políticas Públicas, n°14, dez.1996 (IPEA).
- ANDRADE, M. C. **A questão do território no Brasil**. São Paulo: Hucitec; Recife: IPESPE, 1995.
- ARAÚJO, R. da. C. Análise sobre a monocultura de soja e o desenvolvimento sustentável na Amazônia com base na teoria do desenvolvimento endógeno. **Revista Economia e Desenvolvimento**, vol.26, n.1, 2014, p. 105-118.
- ARAÚJO, C.P.de. Da EMBRATUR à Política Nacional do Turismo. **Revista Pós**, v.19, n°.31, São Paulo, junho, 2012, p. 146-163.
- BACHELARD, G. **O novo espírito científico**. Lisboa: Edições 70, 1986.
- BANDUCCI JR. A; BARRETTO, M. (orgs.). Introdução. In **Turismo e identidade local: uma visão antropológica**. Campinas, SP: Papyrus, 2001.
- BARBOSA, Y. M. **História das viagens e do turismo**. São Paulo: Aeph, 2002. (Coleção ABC do Turismo).
- BARQUERO, A. V. **Desenvolvimento Endógeno em tempos de globalização**. Tradução Ricardo Brinco. Fundação de Economia e Estatística, 2001.
- BARRELLA, W. et al. **As relações entre as matas ciliares os rios e os peixes**. In RODRIGUES, R.R.; LEITÃO FILHO; H.F. (Ed.) **Matas ciliares: conservação e recuperação**. 2.ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.
- BARRETTO, M. **Manual de iniciação ao estudo do turismo**. Coleção Turismo. Campinas: Papyrus, 1999.
- _____. **Turismo e Legado Cultural**. As possibilidades do planejamento. 6. ed. Campinas: Papyrus, 2001.
- BARTHOLO, R.; SAN SOLO, D.G.; BURSZTYN, I. (Orgs.). **Turismo de base comunitária: Diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.

BAUMANN, Z. **Comunidade: a busca por segurança no mundo atual**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

BENI, M. C. **Análise estrutural do turismo**. Editora Senac, São Paulo, 2004.

_____. **Política e planejamento de turismo no Brasil**. São Paulo: Aleph, 2006.

BOLIGIAN, L; ALMEIDA, ROSÂNGELA, D. **A transposição didática do conceito de território no ensino de Geografia**. In GERARDI, Lúcia H. **Ambientes: Estudos de Geografia**. Rio Claro: Programa de Pós graduação em Geografia – UNESP; Associação de Geografia teórica – AGETEO, 2003. p. 235-248.

BOGGIANI, P. C. **Estudo de Impacto Ambiental da Visitação Turística do Monumento Natural Gruta do Lago Azul** – Bonito, MS. Campo Grande: Editora da UFMS, 2007a.

BOGGIANI, P. C.; SILVA, O. J; GESICKI, a. L. D.; GALATTI, E. A. B; SALLES, L. O. **Estudo de Impacto Ambiental da Visitação Turística do Monumento Natural Gruta do Lago Azul**. **Geociências**, v. 26, n.4. São Paulo: Unesp, 2007b. p. 333-348.

BOO, E. O planejamento ecoturístico para áreas protegidas. In **Ecoturismo: Um guia para planejamento e gestão**. Kreg Lindberg e Donald E Hawkins (ed.). São Paulo: Senac, 1995. P.35-58.

BRASIL, Ministério do Turismo. **Segmentação do Turismo: Marcos Conceituais**. Brasília: Ministério do Turismo, 2006.

_____. **Lei nº 12.651, 25/05/2012**. Brasília: Imprensa Oficial, 2012. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12651.htm. Acesso em: 12 mai 2015.

_____. **Lei nº 9.394. 20/12/1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm. Acesso em 12 de jun de 2017 às 23 h.

_____. Ministério do Turismo. **Programa de Regionalização do Turismo** – Roteiros do Brasil: Módulo Operacional 8 – Promoção e Apoio à Comercialização. Brasília: Ministério do Turismo, 2007, p.17.

_____. Agência Nacional de Águas. **Regiões hidrográficas**, 2016. Disponível em: <<http://www2.ana.gov.br>. Acesso em: 06 mar. 2017.

_____. Congresso. Senado. **Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008**. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=322>>. Acesso em: 12 nov. 2016.

_____. Congresso. Senado. **Lei nº 9.985, de 18 de Julho de 2000**. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=322>>. Acesso em: 12 nov. 2016.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. **Economia Solidária, outra economia acontece: Cartilha da Campanha Nacional de Mobilização Social**. Brasília: MTE, SENAES, FBES, 2007.

_____. Ministério do Turismo. **Dinâmica e diversidade do Turismo de Base Comunitária**. Brasília, 2010.

_____. Ministério do Turismo. **Plano Nacional de Turismo 2007-2010: uma viagem de inclusão**. Brasília, 2007.

_____. Ministério do Turismo. **Marcos Conceituais**. Disponível em: http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Marcos_Conceituais.pdf Acesso em 12 de jan. 2016.

_____. Ministério do Turismo. **Novo Mapa do Turismo**. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/%C3%BAltimas-not%C3%ADcias/6469-maranh%C3%A3o-tem-novo-mapa-tur%C3%ADstico.html> Acesso em 03 de nov. de 2016.

_____. **Relatório Diagnóstico do Município de Icatu: projeto cadastro de fontes de abastecimento por água subterrânea**. CPRM, 2011.

BUBER, M. **Sobre comunidade**. São Paulo: Perspectiva, 1987.

CARVALHO, J. R. M. de; CURI, W. W. F; CARVALHO, E. K. M. de A, CURI, R. C. Proposta e validação de indicadores hidroambientais para bacias hidrográficas: estudo de caso na sub-bacia do alto curso do Rio Paraíba, PB. **Revista Sociedade e Natureza**, Uberlândia, v. 23, n. 2, agosto 2011.

CASTRO, V. M. **Intersetorialidade e Transdisciplinaridade: Educação, Cultura Popular e Turismo Comunitário: O Caso da Ação Griô Nacional**. Dissertação de Mestrado. João Pessoa. UFPB, 2009.

CIFUENTES, M. **Determinación de capacidade de carga turística en áreas protegidas**. Centro Agronomico Tropical de Investigacion y Enseñanza Cati e. Turrialba, Costa Rica, 1992.

_____. *et al.* **Determinación de la Capacidad de Carga Turística en los sitios de visita del Parque Nacional Galápagos**. Puerto Ayora, Islas Galápagos, Equador: Serviço Parque Nacional Galápagos, 1996.

CISNER, R; GASTAL, S. Turismo e sua história: discutindo periodizações. **Anais do VI Seminário de Pesquisa em Turismo do Mercosul**. Universidade de Caxias do Sul, Caxias-RS, 2010.

COLLADO, J. J. C. **Impacto socio-económico de los grandes eventos: el caso de Brasil**. Universitat Politècnica de Catalunya, Espanha, mayo 2012. Disponível em: <http://upcommons.upc.edu/bitstream/handle/2099.1/15738/TESINA.pdf>. Acesso em 10 de fev de 2016.

CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente. **Resolução nº 001/86**. Estabelece as definições, as responsabilidades, os critérios básicos e as diretrizes gerais para uso e implementação da Avaliação de Impacto Ambiental como um dos instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente. MMA, 1986. Disponível em

<<http://www.mma.gov.br/port/conama/res/res86/res0186.html> > Acesso em 09 de nov de 2016 às 20h.

CORDEIRO, Itamar; LEITE, N. K.; SELVA, V. Determinação da capacidade de carga turística a partir do método Cifuentes et al (1992): Aplicação à Praia dos Carneiros (Tamandaré/PE). **Turismo: Visão e Ação (Online)**. v. 15, p. 57-70, 2013.

CORIOLOANO, L.N.T.; SILVA, S.B de Melo e. **Turismo e Geografia: abordagens críticas**. Fortaleza: EDUECE,2005.

_____. O turismo comunitário no nordeste brasileiro. In BARTHOLO, R; SANSOLO, D.G e BURSZTYN, I. (orgs.). **Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro. Ed. Letras e Imagens, 2009.

_____. **Reflexões sobre o Turismo Comunitário**, 2006. Disponível em <http://www.etur.com.br/conteudocompleto.asp?idconteudo=11164>. >. Acesso em: 11 mar. 2016.

CORRÊA, R. L. **Redes geográficas: reflexões sobre um tema persistente**. Revista Cidades do Grupo de Estudos Urbanos, v.09, n°16, São Paulo, p. 198-218. Disponível em: <http://revista.fct.unesp.br/index.php/revistacidades/article/viewFile/2378/2122>. Acesso em 08 de nov de 2016.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

_____. PLANO-CLARK, V. L. **Pesquisa de métodos mistos**. 2. ed. Porto Alegre: Penso, 2013.

CRUZ, R.de C.Ariza da. **Introdução a geografia do turismo**. São Paulo: Roca,2003.

DA SOLLER, J; BORGHETTI, C. Capacidade de Carga Turística: Um Estudo no Caminhos Rurais de Porto Alegre, Rio Grande do Sul. **Revista Rosa dos Ventos**, p.511-527, jul-set, 2013.

DELGADO, M. Análise da Metodologia Criada por Miguel Cifuentes Referente à Capacidade de Carga Turística. **Turismo em Análise**, v. 18, n. 1, p. 73-93. São Paulo: USP, 2007. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/rta/article/view/62609/65397>. Acesso em: 05 jan. 2018.

DINES, M; PASSOLD, A. J. **Estruturação da capacidade de suporte para diferentes atividades de uso público, visando minimizar os impactos das mesmas em 3 unidades de conservação: PN do Itatiaia, PN Chapada dos Veadeiros e PN Marinho dos Abrolhos**. Relatório Consolidado. Brasília: IBAMA, DIREC, 2006.

DIAS, R.; AGUIAR, M. R. **Fundamentos do Turismo: conceitos, normas e definições**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2002.

DIAS, R. **Planejamento do Turismo: Política e Desenvolvimento do Turismo no Brasil**. São Paulo: Atlas, 2008a.

_____. **Sociologia do Turismo**. São Paulo: Atlas, 2008b.

DURKHEIM, E. "O que é fato social?". In **As Regras do Método Sociológico**. Trad. por Maria Isaura Pereira de Queiroz. 6.a ed. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1972. p. 1-4, 5, 8-11.

_____. **De la division du travail social** [Document électronique]. Institut National de la Langue Française (INaLF). Centre National de la Recherche Scientifique, 1893. Disponível em: http://classiques.uqac.ca/classiques/Durkheim_emile/division_du_travail/division_travail_1.pdf>. Acesso em 01 de nov de 2016.

EGLER, T.T.C. Espaço social e política urbana global. **Revista Outro desarrollo urbano: ciudad incluyente, justicia social y gestión democrática**. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciências Sociales. CLACSO, 2009. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/campus/poggiese/08cohen.pdf>. Acesso em 08 de set de 2016 às 19horas,2009, p.63-75.

EMBRAPA. **Manual de métodos de análise de solo**. 2. ed. Rio de Janeiro: CNP,1997. 193p.

_____. Centro Nacional de Pesquisa de Solos. **Sistema brasileiro de classificação de solos**. Rio de Janeiro, 2006. 306p.

ESPOSITO, R. Nilismo e Comunidade. In: PAIVA, R. (Org.). **O retorno da comunidade: os novos caminhos do social**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007. p. 15-30.

ESTEVE SECALL, R. **Turismo, ¿democratización o imperialismo?** Málaga, Espanha: Universidad de Málaga, 1983.

FABRINO, N. H. **Turismo de Base Comunitária: Dos conceitos às práticas e das práticas ao conceito**. Dissertação de Mestrado. Centro de Desenvolvimento Sustentável. Universidade de Brasília. Brasília, Distrito Federal, 2013.

FAMERJ. **Manejo da visitação em áreas naturais – conceitos para o planejamento**. Disponível em: <http://www.cbme.org.br/novo/wp-content/uploads/2017/01/FEMERJ-MAN-2012-01.1.pdf>. Acesso em: 23 dez. 2017.

FERNANDES, L.R. **A capacidade de carga como instrumento do planejamento turístico sustentável em áreas litorâneas**. <https://www.uces.br/site/midia/arquivos/gt4-a-capacidade.pdf>. Acesso em: 20 de janeiro de 2016.

FERREIRA, A. J. de A. O Turismo e a produção do espaço no estado do Maranhão, Brasil. **Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**. Vol. XI, nº 245 (58), 2007. ISSN: 1138-9788.

FERRETTI, E.R. **Turismo e meio ambiente**. São Paulo: Roca, 2002.

FEYERABEND, P. **Contra o método**. Tradução de Octanny S. da Mota e Leonidas Hegenberg. Rio de Janeiro, F. Alves, 1977.

FRATUCCI, A. C. **O ordenamento territorial da atividade turística no Estado do Rio de Janeiro: processos de inserção dos lugares turísticos nas redes do turismo.** Instituto de Geociências, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2000.

GEPLAN. **Atlas do Maranhão.** Gerenciamento de Planejamento e Desenvolvimento Econômico, Laboratório de Geoprocessamento, UEMA, São Luís, 2002.

GIRÃO, O; CORRÊA, A.C. A contribuição da geomorfologia para o planejamento da ocupação de novas áreas. **Revista de Geografia.** Recife. UFPE, v.21, n.02, jul/dez, 2004, p.36-59.

GUSMÃO, Neusa Maria Mendes de. **Terra de pretos, terra de mulheres. Terra, mulher e raça num bairro rural negro.** Brasília: Fundação Cultural Palmares, 1995.

GUZMÁN, S. J. M; CARVALHO, K. D. El turismo en la dinámica territorial: ¿Lógica global, desarrollo local?. **Revista Estudios y Perspectivas en Turismo.** Vol.20,2011,p.441-461.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: Do “fim dos territórios” à multiterritorialidade.** 2.ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

HARVEY, D. **A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural.** 16 ed.São Paulo: Loyola, 2007.

HENRIQUE, W. Pela continuidade da geografia crítica. **Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales,** v. VII, n. 400, 2002. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/b3w-400.htm>. Acesso em: 12 de janeiro de 2017.

HOLZER, W. **A discussão fenomenológica sobre os conceitos de paisagem e lugar, território e meio ambiente.** Território, Rio de Janeiro: LAGET/UERJ, v.3, jul./dez.1997.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios,** 2017. Disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/icatu/panorama>. Acesso em 12 de agosto de 2017 às 12 h.

ICMBio. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. **Roteiro Metodológico para Manejo de Impactos da Visitação com** enfoque na experiência do visitante e na proteção dos recursos naturais e culturais. Brasília: MMA-ICMBio, 2011.

IGNARRA, L. R. **Fundamentos do Turismo.** 2. ed. São Paulo: Pioneira Thompson Learning,2003.

IMESC. Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos. **Índice de Desenvolvimento Municipal: Ano 2013. V.1 (2014).** São Luís: IMESC, 2014. Disponível em: <<http://imesc.ma.gov.br/src/upload/publicacoes/53769520511429a2ba9d259ec778b203.pdf>>. Acesso em 02 de nov. de 2016.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil.** Ano 2013. Disponível em: <<http://www.atlasbrasil.org.br/2013/>>. Acesso em 03 de nov. de 2016.

IRVING, M. A. Reinventando a reflexão sobre turismo de base comunitária - inovar é possível? In BARTHOLO, R.; SANSELO, D.G.; BURSZTYN, I. (Orgs.). **Turismo de base comunitária: Diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009. p. 108-119.

_____. Participação: questão central na sustentabilidade de projetos de desenvolvimento. In IRVING, M. A.; AZEVEDO, J. (Orgs.). **Turismo: o desafio da sustentabilidade**. São Paulo: Futura, 2002, p. 35-45.

JOEL, W. de A. **Manejo de Trilhas**. Disponível em: www.femesp.org, Acesso em 12 de novembro de 2017.

KLEBA, M.E; WENDAUSEN, A. Empoderamento: processo de fortalecimento dos sujeitos nos espaços de participação social e democratização política. **Revista Saúde e Sociedade**. São Paulo, v.18, n.4,p.733-743, 2009.

KOSIK, K. **Dialética do concreto**. Tradução de Célia Neves e Alderico Torfóbio. 8. reimpressão. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010.

KÖPPEN, W.; GEIGER, R. **Klimate der Erde**. Gotha: Verlag Justus Perthes, 1928.

KRIPPENDORF, J. **Sociologia do Turismo – para uma nova compreensão do lazer e das viagens**. São Paulo: Aleph, 2001.

LAVILLE, J.L;ROUSTANG, G. L'enjeu d'un partenariat entre État et société civile.In: DEFOURNY *et al.* **Revista Economie social au Nord et au Sud. Bruxelles**. Deboeck, 1999. p. 217-238.

LEITE, I.B. **Quilombos e quilombolas: cidadania ou folclorização?** Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 5, n. 10, p. 123-149, maio 1999.

LEMOS, L. **Turismo: que negócio é esse?: Uma análise da economia do turismo**". Papirus, São Paulo,2001.

LEMOS, R.C; SANTOS, R.D. **Manual de descrição e coleta de solo no campo**. Campinas, Sociedade Brasileira de Ciências do Solo,1996.

LICKORISH, L. J. **Introdução o turismo**. Tradução de Fabíola de Carvalho S.Vasconcellos. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

LIMA, R.P.de. **Turismo de Base Comunitária com Inovação Social**. COOPE, Rio de Janeiro. Tese de Doutorado apresentada ao Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia, UFRJ, 2011.

LOCATEL, C. **Agricultura e ruralidade: uma abordagem**. Modernização da agricultura, políticas públicas e ruralidades: mudanças e permanências na dinâmica rural das microrregiões de Jales e de Fernandópolis. 2004 (tese de doutorado) – UNESP - Campos de Presidente Prudente, São Paulo 2004.

M. S. **Tourisme alternatif** : espace de valorisation des populations issues de l'immigration ?, in A. Manço et M. Sarlet (éds), *Tourismes et diversités : facteurs de développement ?*, Paris, Budapest, Turin, L'Harmattan, coll. "Compétences interculturelles" fondée et dirigée par Altay Manço de l'IRFAM, 2008, p. 17-50.

MACHADO, J. M. O pós-turismo de Sérgio Molina. **Caderno Virtual de Turismo**, v.03, n. 04, Rio de Janeiro, 2003.

MACROPLAN. **Desafios da Gestão Estadual**, 2017. Disponível em: <https://www.desafiosdosestados.com/>. Acesso em 12 de janeiro de 2018 às 23 h.

MAGALHÃES, A.P.F. **Metodologia Aplicada ao Turismo de Base Comunitária em Reservas Extrativistas**: valorização da atratividade turística de Resex: o exemplo de Mapuá, Arquipélago do Marajó, Breves-Pará. UFPA. Dissertação (mestrado) apresentada no Programa de Pós Graduação em Gestão dos Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia, Belém, 2014.

MAIA, L. O conceito de meio técnico-científico-informacional em Milton Santos e não visão da luta de classes. **Revista Eletrônica Ateliê Geográfico**, v.06, n°.04, Goiânia-GO, p.175-196, dez, 2012.

MALDONADO, C. O Turismo Rural Comunitário na América Latina. In BARTHOLO, SANSOLO E BURSZTYN, **Turismo de Base Comunitária**: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.

MARANHÃO. **Atlas do Maranhão**. Gerência de Estado de Planejamento e Desenvolvimento Econômico. Laboratório de Geoprocessamento, UEMA, 2002.

_____. Gerência de Planejamento e Desenvolvimento Econômico. **Plano de Desenvolvimento Integral do Turismo do Maranhão**: Plano Maior. São Luís, 2000.

_____. Secretaria Estadual do Turismo. **Plano maior - Maranhão 2020**: "turismo a certeza do futuro". São Luís: SETUR, 2011.

MARINS, S.R; MAYER, V.F; FRATUCCI, A.G. Impactos percibidos del turismo:un estudio comparativo con residentes y trabajadores del sector en Rio de Janeiro – Brasil. **Revista Estudios y Perspectivas en Turismo**, vol.24, p.115-134, 2015. Disponível em: <http://www.scielo.org.ar/pdf/eypt/v24n1/v24n1a07.pdf>. Acesso realizado em 09 nov de 2016.

MASTELL, A. A. S. **O Pós-Modernismo na Literatura e nos Estudos Organizacionais**: Manifestações e Características. Anais do XXXVI Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração. Rio de Janeiro, setembro, 2012. Disponível em http://www.anpad.org.br/admin/pdf/2012_EOR775.pdf. Acesso em 08 de nov.de 2016.

MATTEI, L. Turismo Rural e Ocupações Não-agrícolas: o caso de Santa Catarina. In: CAMPANHOLA, C.; GRAZIANO da Silva, J. (Orgs). **O Novo Rural Brasileiro**: novas atividades rurais. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2004 . v.6.p-183-218.

MEDAGLIA, J; SILVEIRA, C.E. O papel histórico do turismo de massa na consolidação da união europeia e suas relações com a política nacional de turismo no Brasil. **Revista Turismo Visão e Ação** – Eletrônica, Vol. 12 - nº 2 - p. 159–171/ mai-ago 2010. Disponível em: www.univali.br/revistaturismo. Acesso em: de 07 de nov. de 2016.

Ministério do Meio Ambiente. Secretaria de Biodiversidade e Florestas. **Diretrizes para a visitação em unidades de conservação**. Brasília: MMA, 2006. 61p.

MANDEL, E. **Introdução ao marxismo**. Lisboa: Antidoto, 1978.

MANNING, R. E. **Parks and carrying Capacity**. London/Washington/Covelo: Island Press, 2007.

MAX-NEEF, M.A. **Desarrollo a escala humana**: conceptos, aplicaciones y algunas reflexiones. Icaria Editorial, S.A Barcelona, 1993.

MILL, R. C; MORRISON, A. M. **O Sistema turístico**: uma introdução tex.2ed, Englewood Clifss,1992.

MOESCH, M. **A produção do saber turístico**. 2ed. São Paulo: Contexto, 2002.

MOLINA, S. **O pós-turismo**. São Paulo: Aleph, 2003.

MORAES, W. V. **Análise do ordenamento dos atrativos de turismo de base comunitária no território da Serra do Brigadeiro-MG**. Tese (Doutorado em Ciência Florestal), Universidade Federal de Viçosa.Viçosa-MG,2011.

NASCIMENTO, C; A autogestão e o “novo cooperativismo”. In BENINI, É. et al (Org.). **Gestão pública e sociedade**: fundamentos e políticas da economia solidária. São Paulo: Outras Expressões, 2011.

NEVES, B. A. de C. Patrimônio Cultural e Identidades. In: Clerton Martins (org.). **Turismo, Cultura e Identidade**. São Paulo: Roca, 2003.

OKECH, R; HAGHIRI, M; GEORGE, B. P. Rural tourism as a sustainable evelopment alternative: an analysis with special reference to luanda, kenya. **Revista de Cultura e Turismo**, CULTUR, ano 06, n.03, ago, 2012, P.36-54. Disponível em: <http://www.uesc.br/revistas/culturaeturismo/issue/okech.pdf>. Acesso em 15 de nov. 2016.

OLIVEIRA, F.V. de. Capacidade de Carga em Cidades Históricas. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, RBPTUR, v.4, n.1, p.61-75, abril, 2010.

OLIVEIRA, G. B. de. **Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento**. Revista da FAE, Curitiba, v.5, n.2, p.41-48, maio/ago. 2002.

OLIVEIRA, S.L de. **Tratado de metodologia científica**: projetos de pesquisa, TGI, TCC, monografias, dissertações e teses. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002. 320 p.

Organização Mundial do Turismo-OMT. **Introdução ao Turismo**. Madrid, 2001.

_____. Disponível em: <http://publications.unwto.org/>. Acesso em 20/12/2017 as 23 h.

PALÁCIOS, M. O medo do vazio: comunicação, socialidade e novas tribos. In RUBIM, A. A. (Org.). **Idade média**. Salvador: UFBA, 2001.

PARSON, T. Las estructuras principales de La comunidad: un punto de vista sociológico. In: FRIEDRICH, C. J. (Org.). **La comunidad**. México: Roble, 1969. p. 155-178.

PATTUSSI, M. P., et all. Capital Social e a Agenda da Pesquisa em Epidemiologia. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 22, n.8, Ago. 2006 p.1525-1546. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csp/v22n8/02.pdf> >. Acesso em 14 nov. 2016.

PEREIRA, E.D. **Avaliação da vulnerabilidade natural à contaminação do solo e aquífero do reservatório Batatã-São Luís (MA)**. Tese de doutorado. Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2006, p.133.

PEREZ, B.; CARRILLO, E. **Desarrollo local**: Manual de uso. Madrid: Esic, 2000.

PESSOA, V. C; BORGHI, L. Análise Faciológica da Formação Itapecuru (Cretáceo, Bacia do Parnaíba) em testemunhos de sondagem. **Anais do III Congresso Brasileiro de P&D de Petróleo e Gás**, Salvador, 2005.

PHIPPS, D. J.; SHAPSON, S. A mobilização de conhecimentos para construção de pesquisa que colabore na inovação social. **Evidence & Policy**, v. 5, n. 3, p. 211-227, 2009.

PIRES, P. S. Capacidade de carga como paradigma de gestão dos impactos da recreação e do turismo em áreas naturais. **Revista Turismo em Análise**, p.5-28,2005.

_____. Sustentabilidade dimensão ambiental. In BENI, M. (Org.). **Turismo: planejamento estratégico e capacidade de gestão**. São Paulo: Manole, 2012. p.183.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

RECH, D. **Cooperativas**: uma alternativa de organização popular. Rio de Janeiro, FASE, 1995.

RECMA. A solidariedade em questão. **Revista RECMA**, v.80, n.279, jan.2001.

REDTURS. Rede de Turismo Comunitário da América Latina,2016. Disponível em: <http://www.redturs.org/>. Acesso em 27/12/2016 as 02h.

REJOWSKI, M. **Turismo e pesquisa científica**. 2. ed. Campinas: Papirus, 1998.

_____. **Turismo e pesquisa científica**: pensamento internacional x situação brasileira. Campinas: Papirus, 2000.

_____. **Turismo e pesquisa científica**: Pensamento internacional x Situação Brasileira. 5 ed. Campinas: Papirus, 2001.

_____. **Turismo no Percurso do Tempo**. São Paulo: Aleph, 2002.

ROCHA, S. S. **O turismo na Prainha do Canto Verde (CE): Comunidade e sustentabilidade**. Dissertação de Mestrado, COPPE/UFRJ. Rio de Janeiro, 2003.

RUSCHMANN, D. **Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente**. São Paulo: Papirus, 2001.

RVING, M. A. Reinventando a reflexão sobre turismo de base comunitária - inovar é possível? In BARTHOLO, R.; SAN SOLO, D.G.; BURSZTYN, I. (Orgs.). **Turismo de base comunitária: Diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009. p. 108-119.

SÁ TELES, Reinaldo Miranda de. **Turismo e meio ambiente**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

SANTOS FILHO, João dos. **O turismo em nossa latinidade: uma nova forma de colonização**. In **Turismo: enfoques teóricos e práticos**. Miguel Bahl (organizador). São Paulo: Roca, 2003.

_____. **Thomas Cook: marco da historiografia dominante no turismo: Ensaio sociológico sobre o surgimento e preconceito ao fenômeno turístico na história**. IN: Seminário de pesquisa em turismo do Mercosul, Caxias do Sul. Anais... UCS, 004, 1 CD-ROM, 2004.

SANTOS, M. **Por uma Geografia Nova**. São Paulo: Hucitec, Edusp, 1978.

_____. **Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia**. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. **A natureza do espaço**. São Paulo: Hucitec, 1997.

_____. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. São Paulo: Record, 2000.

SATO, M. **Debatendo os desafios da Educação Ambiental**. Iº Congresso de Educação Ambiental Pró Mar de Dentro. Anais. Rio Grande: FURG, 2001.

SEABRA, L.dos.S. **Determinação da Capacidade de Carga Turística para a trilha principal de acesso à Cachoeira de Deus – Parque Municipal Turístico- Ecológico de Penedo**. Itatiaia, Rio de Janeiro. Dissertação de Mestrado, CEG/IG/PGCA, 1999.

Secretaria de Turismo. **Turismo Alternativo una nueva forma de hacer Turismo**. México: Primerts S.A. de C.V, 2004.

SILVA, Diego Marques da. **A caracterização da interpretação ambiental pelo conteúdo das mensagens: análise da atividade de um guia do Parque Estadual Mata dos Godoy (Londrina/PR)**. 2012. 93 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ensino de Ciências e Educação Matemática, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2012.

SILVA, C.; MARTÍNEZ, M.L. **Empoderamiento: proceso, nivel y contexto**. *Psykhé*, Santiago/Chile, v.13, n. 1, p. 29-39, mai. 2004.

- SINGER, P. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Fundação Percecu Abramo, 2000.
- SMITH, V. **Anfitriones e invitados**. Antropología del Turismo. Madrid: Endymion, 1989.
- SOUSA, C.S.; KLEIN, E.L.; VASQUEZ, M.L, *et al*, 2012. Mapa Geológico e Recursos Minerais do Estado do Maranhão. In: Klein, E.L. & Sousa, C.S. (organizadores) **Geologia e Recursos Minerais do Estado do Maranhão**: Sistema de Informações Geográficas – SIG, Escala 1:750.000. Belém: CPRM, 2012.
- SALVADOR, D.S.C.O. A Geografia e o método dialético. In **Revista Sociedade e Território**. Natal, v.24, n° 1, p. 97-114, jan-jun, 2012.
- SOUTO MAIOR, A. **História Geral**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1990.
- SOUZA, M. L. **Desenvolvimento de Comunidade e Participação**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2004.
- SPOSITO, E. S. **Geografia e Filosofia** - Contribuição para o ensino do pensamento geográfico. São Paulo: UNESP, 2004.
- TAKAHASKI, L.Y. **Limite Aceitável de Câmbio (LAC)**: Manejando e monitorando visitantes. In: Anais do I Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação. Curitiba: IAP: UNILIVRE: Rede Nacional Pro Unidades de Conservação, v.02, 1997.
- TEIXEIRA, P. R., OLIVEIRA, L. T. O. O Método de Cifuentes e a Avaliação da Capacidade de Carga na Trilha na ‘Serrinha’. São João da Baliza, Roraima. **Rosa dos Ventos, Turismo e Hospitalidade**, v.7, n. 1, jan-mar, 2015, 120-132. Disponível em: <http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/rosadosventos/article/view/2667>. Acesso em out. 2017 às 22 h.
- THEOBALD, William F. (Org.). **Turismo global**. Tradução: Anna Maria Capovilla, Maria Cristina Guimarães Cupertino e João Ricardo Barros Penteadó. 2. Ed. São Paulo: SENAC, 2002.
- THIOLLENT, M. **Pesquisa-ação nas Organizações**. São Paulo: Atlas, 1997. UERJ/Curso de Turismo. Monitoramento dos Projetos de Turismo Base Comunitária. Relatório Final, jul. 2011.
- THORNTHWAITE, C.W. *An approach towards a rational classification of climate*. **Geographical Review**, London, v.38, p.55-94, 1948.
- TÖNNIES, F. Comunidade e sociedade como entidades típico-ideais. In: FERNANDES, F. (Org.). **Comunidade e sociedade**: leituras sobre problemas conceituais, metodológicos e de aplicação. São Paulo: Editora Nacional e Editora da USP, 1973. p. 96-116.
- TUCCI, C. E. M. 1997. **Hidrologia**: ciência e aplicação. 2.ed. Porto Alegre: ABRH/Editora da UFRGS, 1997.

UERJ – Universidade Estadual do Rio de Janeiro. **Monitoramento dos Projetos de Turismo Base Comunitária**. Relatório Final, Julho, 2011.

VALLS, J.F. **Las claves del mercado turístico**. Bilbao: Deusto, 2003.

VERANO, L. **Economia solidária**: uma alternativa ao neo-liberalismo. Santa Maria: Cesma Edições, 2001.

VIANA, F. M. de F; ROCAHA, C. H.B. R. **Impactos ambientais em unidades de conservação**. Disponível em: http://www.ufjf.br/ecologia/files/2009/11/E.-Doc%C3%Aancia-Final_Fernanda.pdf. Acesso em: 23 dez. 2017.

VIEIRA, E.W; FERREIRA, A.J de; SERRA, D.J.S. Turismo e território: planejamento turístico para o desenvolvimento sustentável do Polo Munitim, Maranhão. **Revista da Casa da Geografia de Sobral**, Sobral/CE, em parceria com o V Congresso Brasileiro de Educação Ambiental Aplicada à Gestão Territorial, v. 18, n. 2, p. 100-117, Set. 2016.

VILLELA, S. M.; MATTOS, A. **Hidrologia Aplicada**. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1975.

WEBER, M. Comunidade e sociedade como estruturas de socialização. In FERNANDES, F. (Org.). **Comunidade e sociedade**: leituras sobre problemas conceituais, metodológicos e de aplicação. São Paulo: Editora Nacional e Editora da USP, 1973.p. 140-143.

WELLMAN, B.; BERKOWITZ, S. D. **Social structures**: a network approach. New York: Cambridge University Press, 1988.

WOOD, S; HOUSE, K. **O bom turista**. Mandarin, Londres, 1991.

WWF-BRASIL. **Proposta de Manejo e uso recreativo para o núcleo Caboclos**, com ênfase ao roteiro da Trilha do Chapéu - Projeto Plano de uso Recreativo do PETAR, Iporanga e Apiaí – SP. Roteiro Final, Brasília: WWF, 2002.

ZAGO, L.H. O método dialético e a análise do real. In **Kriterion**, vol.54, n.127. Belo Horizonte: UFMG, 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-512X2013000100006. Acesso em 21 de nov. 2017 às 21 h.

ZIMMERMANN, A. **Visitação nos parques nacionais brasileiros**: um estudo à luz das experiências do Equador e da Argentina. Brasília, 2006. 259 p. Dissertação (Mestrado) – Pós-graduação em Política e Gestão Ambiental, Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília.

ZACCHI, G. P. **Gestão ambiental estratégica: sistema de gestão turística sustentável para unidades de conservação**. Dissertação de mestrado. Florianópolis, UFSC, CPGA, 2002.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Formulário para identificação das características dos moradores do povoado boqueirão



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

MESTRADO ACADÊMICO EM GEOGRAFIA, NATUREZA E DINÂMICA DO ESPAÇO

FORMULÁRIO DE PERFIL SOCIOECONÔMICO DOS MORADORES DO POVOADO BOQUEIRÃO/ICATU-MA

ATENÇÃO:

AS INFORMAÇÕES REGISTRADAS NESTE FORMULÁRIO SERÃO UTILIZADAS EXCLUSIVAMENTE PARA FINS ACADÊMICOS. A VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES É FUNDAMENTAL PARA O DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA. TODOS OS REGISTROS FORAM AUTORIZADOS PELO(A) ENTREVISTADO(A).

Entrevistado(a): _____

Endereço/ característica da fachada do domicílio: _____

Aplicador: _____

Contato: _____

SOBRE O MORADOR

SEXO

() Masculino () Feminino

IDADE: _____ ANOS

() 18-24 anos

() 25-29 anos

() 30-39 anos

() Mais de 39 anos

Quanto tempo reside no povoado?

_____ anos

Escolaridade () completo () incompleto

() Ensino Fundamental

() Ensino Médio

() Ensino Superior

() Outro/ _____

Área(graduação): _____

Estado civil:

() Solteiro

() Casado

() Divorciado

() Viúvo

Profissão/ ocupação

() Lavrador(a)

() Pescador(a)

() Estudante

() Dono(a) de casa

(

) Outro(a): _____

Renda mensal

- menor que R\$ 880,00 / _____
- entre R\$ 880,00 e R\$ 1.760,00
- mais de R\$ 1.760,00 / _____

Tem outra fonte de renda

- Sim Não
- Qual? _____

Quais as principais atividades econômicas do Povoado?

Natural

- Boqueirão
- Outro povoado de Icatu / _____

Outro município do MA/ _____

Outro Estado/ _____

-

Etnia

- Branco(a)
- Pardo(a)
- Negro(a)
- Amarelo(a)
- Índio

Religião

- Católico(a)
- _____
- Protestante: _____

Espirita

Umbandista

Estrutura familiar

- Menos de 04 pessoas na família/ _____
- Mais de 04 pessoas na família/ _____

Quantas pessoas residem na casa?
_____ pessoas.

SOBRE A COMUNIDADE / TURISMO

A comunidade é quilombola?

- Sim Não Não sei

Você se considera quilombola?

- Sim Não

Por quê?

O município de Icatu possui potencial turístico??

- Sim Não

Quais lugares poderiam ser utilizados como atrativo turístico no município?

Além das Cachoeiras do Boqueirão, quais outros atrativos turísticos do povoado?

Quais as manifestações culturais do povoado? _____

Você acredita que a atividade turística pode trazer benefícios à comunidade?

- Sim

- Não

Quais os malefícios da atividade turística?

() Nenhum () Não sei

Quais as modificações observadas na comunidade foram trazidas pelo fluxo turístico?

Quais medidas você sugere para minimizar os impactos das atividades turísticas no povoado?

Você faz parte da Associação de Moradores do Povoado Boqueirão?

() Sim
() Não.

Por quê? _____

Você sabe como ocorre a gestão do dinheiro arrecadado pela associação com o fluxo turístico?

() Não sei

Você acredita que a cobrança para acesso às cachoeiras deve ser realizado?

() Sim

Por quê? _____

() Não

Por quê? _____

Você conhece a história de formação do povoado?

() Sim

() Não

Você conhece alguma lenda que envolva o povoado e/ou as Cachoeiras?

() Sim

() Não

Você sabe fazer algum tipo de artesanato:

() Sim.

Qual? _____ () Não

Você acomodaria turistas em sua casa?

() Sim () Não

Por quê? _____

Existe algo que você ou alguém de sua família sabe fazer que você acredita que os turistas iriam gostar?

() Sim/ _____

() Não

APÊNDICE B- Formulário para identificação dos perfis dos turistas



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DO
MARANHÃO



Pós-Graduação em
Geografia, Natureza
e Dinâmica do Espaço

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
MESTRADO ACADÊMICO EM GEOGRAFIA, NATUREZA E DINÂMICA DO ESPAÇO

FORMULÁRIO DE PERFIL DOS TURISTAS QUE FREQUENTAM AS CACHOEIRAS DO POVOADO BOQUEIRÃO/ICATU-MA

ATENÇÃO:

AS INFORMAÇÕES REGISTRADAS NESTE FORMULÁRIO SERÃO UTILIZADAS EXCLUSIVAMENTE PARA FINS ACADÊMICOS. A VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES É FUNDAMENTAL PARA O DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA. TODOS OS REGISTROS FORAM AUTORIZADOS PELO(A) ENTREVISTADO(A).

Entrevistado(a): _____

Aplicador: _____

Contato: _____

SOBRE O(A) ENTREVISTADO(A)

Sexo

() Masculino () Feminino

Idade: _____ anos

Escolaridade() completo () incompleto

() Ensino Fundamental

() Ensino Médio

() Ensino Superior

() Pós graduado(a)

() Outro/ _____

Área(graduação): _____

Estado civil:

() Solteiro (a)

() Casado (a)

() Divorciado (a)

() Viúvo(a)

Profissão/ ocupação

() Estudante

() Funcionário(a) público

() Trabalhador(a) autônomo

() Dono(a) de casa

(

) Outro(a): _____

Renda mensal

() menor que R\$ 880,00 / _____

() entre R\$ 880,00 e R\$ 1.760,00

() mais de R\$ 1.760,00 / _____

Natural

() Outro povoado de Icatu / _____

() São Luís

() Morros

() Outro município do MA/ _____

() Outro Estado/ _____

Etnia

() Branco(a)

() Pardo(a)

() Negro(a)

() Amarelo(a)

() Índio

Religião

() Católica

() Protestante: _____

() Espirita

() Umbandista

() Outra: _____

Quantas vezes você já visitou o local?

- () Primeira vez
 () Duas
 () Mais de duas vezes: Quantas/ _____

**SOBRE A PERCEPÇÃO DO(A)
 ENTREVISTADO(A)**

Como ficou sabendo das Cachoeiras?

- () Jornal/ Revista
 () Telejornais
 () Amig@s
 () Internet
 () Agência de viagens. Qual? _____
 () Outra: / _____

O que motivou você a visitar as Cachoeiras?

- () Paisagem
 () Tranquilidade
 () Acesso
 () Proximidade a: _____
 () Outra: _____

Você pretende voltar às Cachoeiras?

- () Sim
 () Não. Por
 quê? _____

**Você acredita que os turistas trazem
 benefícios à comunidade?**

- () Sim. Quais? _
 () Não.
 Por quê?

**Você acredita que a atividade turística gera
 impactos negativos no povoado?**

- () Sim () Não
 Quais?

**Quais medidas você sugere para melhoria do
 ambiente observado?**

OBSERVAÇÕES ADICIONAIS:

**Você já jogou ou deixou lixos nas
 proximidades das Cachoeiras?**

- () Sim
 () Não

Você recolhe o lixo produzido?

- () Sim
 () Não

Por quê?

**Você é a favor da cobrança feita no acesso às
 Cachoeiras?**

- () Sim () Não

Por quê?

**Você sabe o que a comunidade faz com o
 dinheiro arrecadado?**

- () Sim () Não

**Você conhece ou já ouviu falar da história de
 formação do povoado?**

- () Sim
 () Não

Possui interesse em saber? () Sim () Não

Você sabe se a comunidade é quilombola?

- () Sim () Não () Não sei o que é isso

**Quais outros pontos turísticos você já visitou
 que ficam próximos ao povoado?**

**Como você avalia a recepção da
 comunidade?**

- () Ruim () Regular () Boa () Ótima

**Como você avalia o atrativo turístico de
 forma geral?**

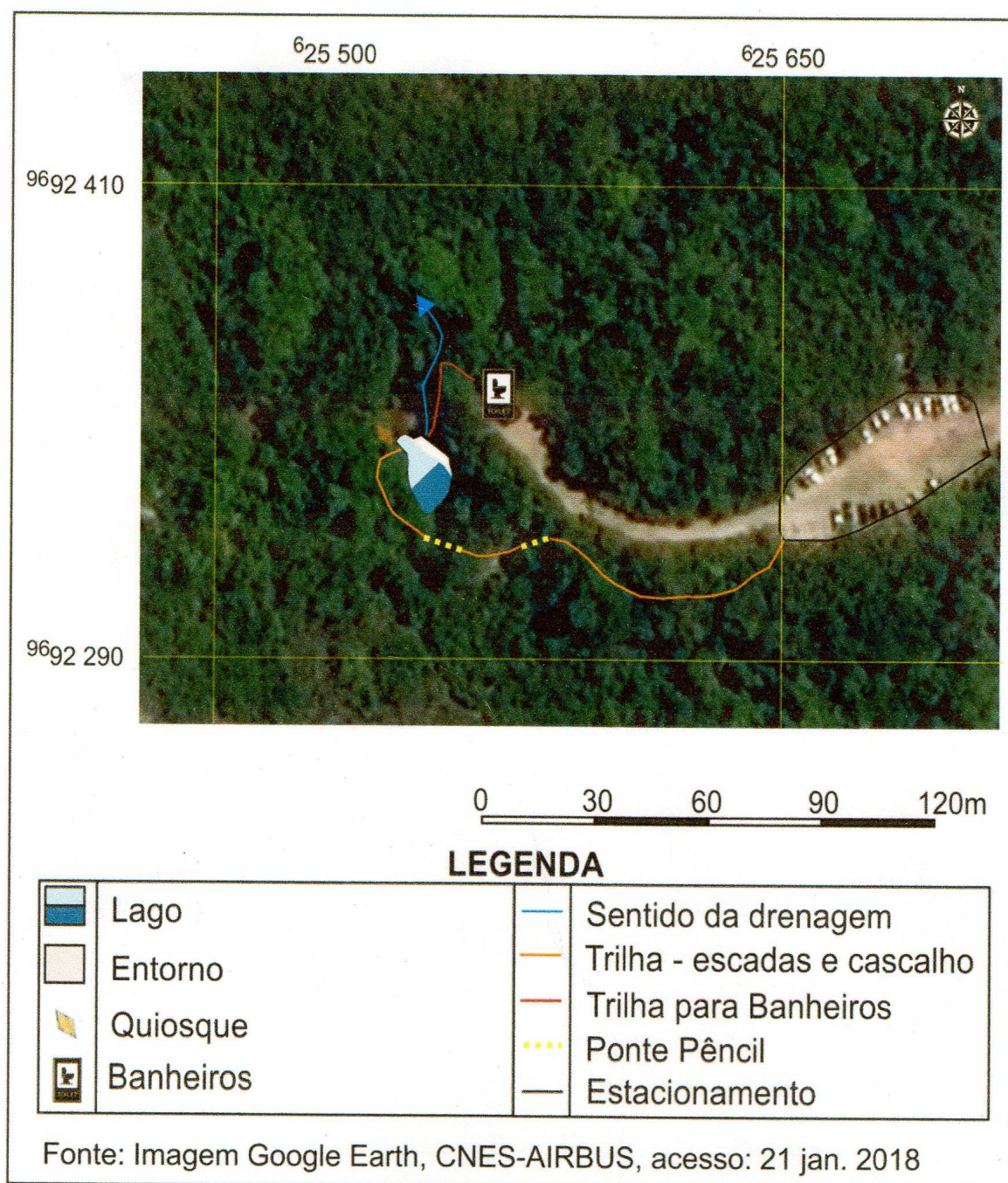
- () Ruim () Bom () Regular () Ótimo

**Você recomendaria o atrativo às outras
 pessoas?**

- () Sim () Não

Por quê?

APÊNDICE C- Acesso alternativo para a trilha




APÊNDICE D- Infraestrutura sugerida

A comunidade pode optar por cabos de 3/8" em aço galvanizado ou mesmo cordoalha de aço de uso em curral (resistência de 400Kg). Os esteios devem ser de eucalipto tratado, já disponível na região a preços vantajosos, e a passarela de tábuas do mesmo material, todos com tratamento extra de preservativo de madeira.

A comunidade pode optar por troncos de eucalipto cortados no tamanho dos degraus e fixados por estacas da mesma madeira com tamanho que permita não deslocar o tronco. Pode-se optar por fatiar ao meio o tronco. É necessário preencher o degrau que recebe o pisoteio com pedras, preferencialmente brita peneira 1 e 2 em proporções iguais. Nas laterais é necessário fazer canal para escoamento da água

As sugestões seguiram trabalhos dessa natureza testados em outros atrativos e que demonstram exitosidade, como: BOGGIANI, 2007^a; 2007b; BOO, 1995; FAMERJ, 2012; JOEL, 2003; VIANA, 2017; WWF, 2002. As fontes das imagens são: Easy Protein Snacks: Beef Jerky and Pistachios, disponível em: <https://mountainamericajerky.com/fuel-your-run-beef-jerky/>; Gestão Turística em UC e a Capacidade de Carga - O Caso Juréia-Itatins. Disponível em: <http://www.blogcaicara.com/2010/07/gestao-turistica-em-uc-e-capacidade-de.html>; Escada de Madeira, disponível em: <https://www.istockphoto.com/pt/foto/escada-de-madeira-gm495626010-78090799>; Turismo independente, disponível em: <http://www.turismoindependente.com.br/caverna-aroe-jari-centro-geodesico/> e Gestur, disponível em: <http://www.gestour.com.br/ivetur/atrativos/detalhes/4261/bosque-reinhard-maack-curitiba-pr>

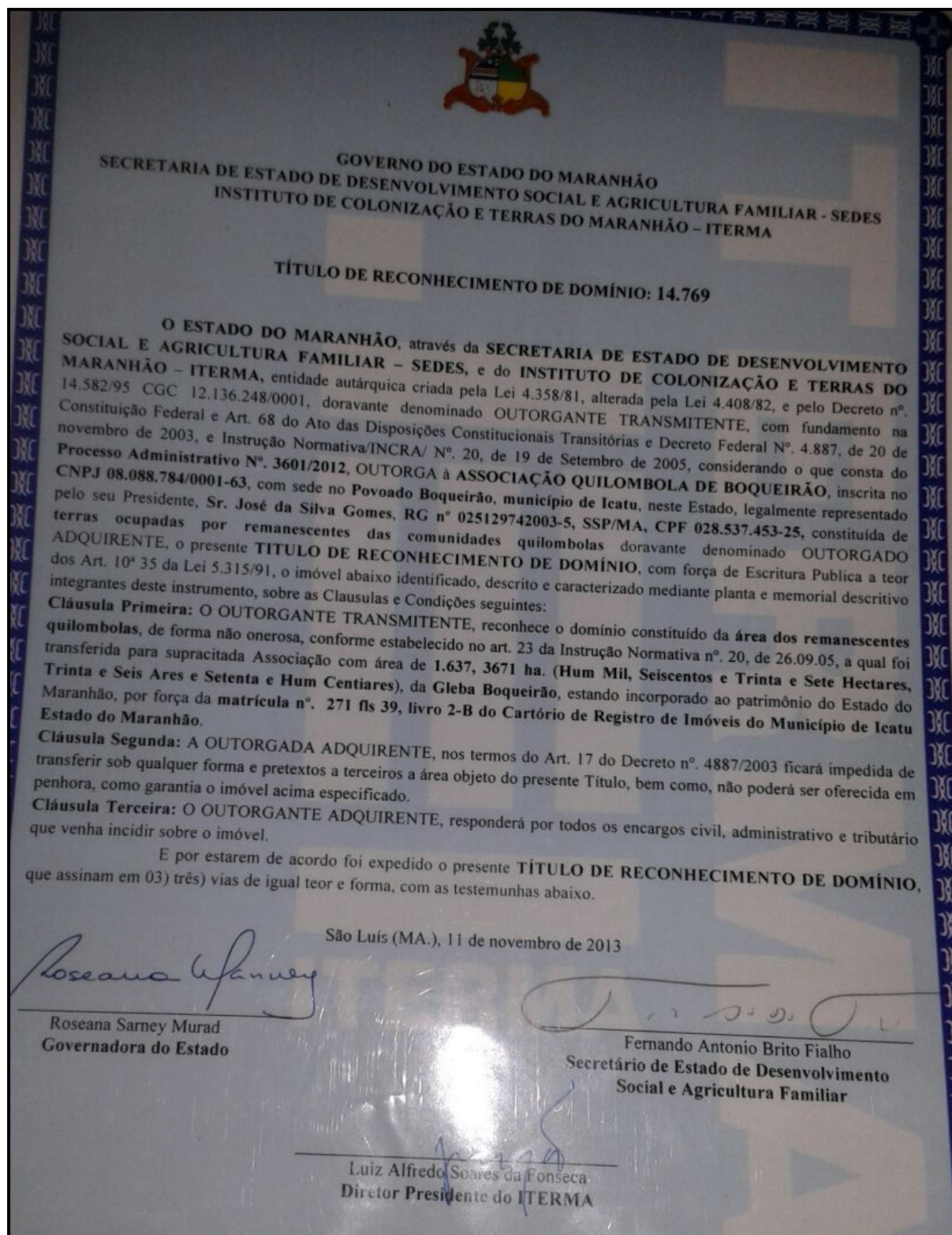
Trilha - escadas e cascalho
 Trilha para Banheiros
 Ponte Pêncil
 Estacionamento




Fonte: Dados da pesquisa, 2018.

ANEXOS

ANEXO A- Título de reconhecimento de domínio do território quilombola





GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E AGRICULTURA FAMILIAR - SEDES
INSTITUTO DE COLONIZAÇÃO E TERRAS DO MARANHÃO - ITERMA

TÍTULO DE RECONHECIMENTO DE DOMÍNIO: 14.769

O ESTADO DO MARANHÃO, através da SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E AGRICULTURA FAMILIAR - SEDES, e do INSTITUTO DE COLONIZAÇÃO E TERRAS DO MARANHÃO - ITERMA, entidade autárquica criada pela Lei 4.358/81, alterada pela Lei 4.408/82, e pelo Decreto nº. 14.582/95 CGC 12.136.248/0001, doravante denominado OUTORGANTE TRANSMITENTE, com fundamento na Constituição Federal e Art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e Decreto Federal Nº. 4.887, de 20 de novembro de 2003, e Instrução Normativa/INCRA/ Nº. 20, de 19 de Setembro de 2005, considerando o que consta do Processo Administrativo Nº. 3601/2012, OUTORGA à ASSOCIAÇÃO QUILOMBOLA DE BOQUEIRÃO, inscrita no CNPJ 08.088.784/0001-63, com sede no Povoado Boqueirão, município de Icatu, neste Estado, legalmente representado pelo seu Presidente, Sr. José da Silva Gomes, RG nº 025129742003-5, SSP/MA, CPF 028.537.453-25, constituída de terras ocupadas por remanescentes das comunidades quilombolas doravante denominado OUTORGADO ADQUIRENTE, o presente TÍTULO DE RECONHECIMENTO DE DOMÍNIO, com força de Escritura Publica a teor dos Art. 10º 35 da Lei 5.315/91, o imóvel abaixo identificado, descrito e caracterizado mediante planta e memorial descritivo integrantes deste instrumento, sobre as Clausulas e Condições seguintes:

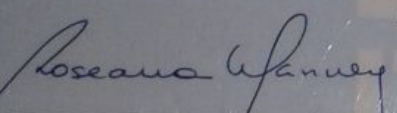
Cláusula Primeira: O OUTORGANTE TRANSMITENTE, reconhece o domínio constituído da área dos remanescentes quilombolas, de forma não onerosa, conforme estabelecido no art. 23 da Instrução Normativa nº. 20, de 26.09.05, a qual foi transferida para supracitada Associação com área de 1.637, 3671 ha. (Hum Mil, Seiscentos e Trinta e Sete Hectares, Trinta e Seis Ares e Setenta e Hum Centiares), da Gleba Boqueirão, estando incorporado ao patrimônio do Estado do Maranhão, por força da matrícula nº. 271 fls 39, livro 2-B do Cartório de Registro de Imóveis do Município de Icatu Estado do Maranhão.

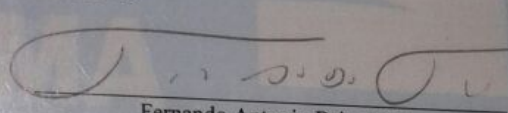
Cláusula Segunda: A OUTORGADA ADQUIRENTE, nos termos do Art. 17 do Decreto nº. 4887/2003 ficará impedida de transferir sob qualquer forma e pretextos a terceiros a área objeto do presente Título, bem como, não poderá ser oferecida em penhora, como garantia o imóvel acima especificado.

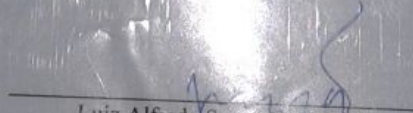
Cláusula Terceira: O OUTORGANTE ADQUIRENTE, responderá por todos os encargos civil, administrativo e tributário que venha incidir sobre o imóvel.

E por estarem de acordo foi expedido o presente TÍTULO DE RECONHECIMENTO DE DOMÍNIO, que assinam em 03) três) vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo.

São Luís (MA.), 11 de novembro de 2013


 Roseana Sarney Murad
 Governadora do Estado


 Fernando Antonio Brito Fialho
 Secretário de Estado de Desenvolvimento Social e Agricultura Familiar


 Luiz Alfredo Soares da Fonseca
 Diretor Presidente do ITERMA

Fonte: Associação Quilombola de Boqueirão